



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 84

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	1948
CPI DOS FRIGORÍFICOS	1948
ADVOCACIA GERAL	1951
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	1952
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1953
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1954

TAQUIGRAFIA

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em 26 de Abril de 2016.

Presidência Pelo Sr.
Edson Martins - 1º Vice - Presidente

Secretário Pelo Sr.
Ezequiel Junior - Deputado

(Às 15 horas e 04 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PSDC), Jean Oliveira (PMDB), Lebrão (PMDB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), e Saulo Moreira (PDT).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da ata da sessão ordinária anterior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Secretário ad hoc) - Proceda à leitura da ata da sessão ordinária anterior.

Lida a ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Secretário ad hoc) - Proceda à leitura do expediente recebido:

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 053/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 12.911.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias: Superintendência Estadual de Turismo - SETUR, Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia - SUDER, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER, Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL e Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.”.

02 – Mensagem nº 054/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 3.687.599,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial de Proteção Ambiental - FEPRAM”.

03 – Mensagem nº 055/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 3.517.667,14, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL”.

04 – Mensagem nº 056/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 598.766,00, em favor da Unidade Orçamentária: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER”.

05 – Mensagem nº 057/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 432, de 3 de março de 2008, que “Dispõe sobre a Nova Organização do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

06 – Mensagem nº 058/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 827, de 15 de julho de 2015, que “Dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”.

07 – Mensagem nº 059/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera a redação do artigo 44 da Lei nº 3.594, de 22 de julho de 2015, que ‘Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016’, e do artigo 8º da Lei nº 3.745, de 23 de dezembro de 2015, que ‘Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2016’.

08 – Mensagem nº 060/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Altera a Lei nº 3.138 de 5 de julho de 2013 e dá outras providências”

09 – Mensagem nº 061/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Disciplina por resoluções concessões inerentes às atividades parlamentares e dá outras providências”

10 – Ofício nº 633/2016 – SESDEC, encaminhando resposta ao Requerimento nº 468/16, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

11 – Ofício nº 3203/2016 – SEDUC, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 506, 230, 168, 1528, 1523, 1491, 1446, 1443, 1426, 1280, 1273, 1254, 1253, 1252, 1251, 1250, 1063, 100, 099/15, de autoria de Diversos Deputados.

12 – Ofício nº 186/2016 – Tribunal de Justiça, encaminhando Liminar suspendendo os efeitos das Leis Estaduais nº 1.403, de 2004, 1.635, de 2006 e artigo 2º, parágrafo único da Lei nº 2.656, de 2011, até julgamento definitivo. ADIN nº 0800530-26.2016.8.22.0000.

13 – Ofício nº 187/2016 – Tribunal de Justiça, encaminhando Liminar suspendendo os efeitos dos artigos 29, caput, 37, § 2º, 39 a 41; 57 e 58, da Lei Estadual nº 3.122, de 2013, até julgamento final. ADIN nº 0800899-20.2016.8.22.0000.

14 – Ofício nº 008/2016 – Associação dos Produtores Rurais do Projeto Calama-Jacundá e Moradores da Vila Nova

Samuel, encaminhando documento que trata da suspensão do cumprimento do mandado de reintegração de posse, Município de Candeias do Jamari.

15 – Ofício nº 141/2016 – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando Relatório Institucional referente ao ano de 2015.

16 – Carta nº 090/2016 – Eletrobras, encaminhando resposta ao Requerimento nº 511/16, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

17 – Memorando nº 172/2016, Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando denúncia com pedido de providências cabíveis dentro da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais da ALE/RO.

18 – Memorando nº 088/2016 – Gabinete do Deputado Dr. Neidson, encaminhando pedido de apoio e reivindicações que tratam da Saúde em Guajará-Mirim, para análise dentro da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da ALE/RO.

19 – Requerimento do Senhor Deputado Hermínio Coelho, justificando ausência na sessão do dia 06 de abril de 2016.

20 – Requerimento do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando ausência nas sessões do dia 06 e 19 de abril de 2016.

21 – Requerimento do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando ausência na sessão do dia 09 de março de 2016.

22 – Comunicado nº AL135726 a AL135820/2015 – Ministério da Educação, informando da deliberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente, passemos agora às Breves Comunicações. Não há oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças.

Vamos só inverter aqui, Deputado Ezequiel, o Deputado Adelino parece que ele tem um compromisso, quer sair, vamos prosseguir.

Então, com a palavra o ilustre Deputado Ezequiel Júnior, nas Comunicações de Lideranças, por 20 minutos, com apertes.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras Deputadas, cumprimento quem nos assiste através da TV/ALE, a imprensa que nos acompanha, o nosso público que acompanha os trabalhos desta Casa também.

Venho tratar de um assunto que está me causando uma grande preocupação ali na região do Vale do Jamari, especialmente no município de Cujubim, mais uma vez trago aqui um assunto ligado à Segurança Pública. Eu recebi vários telefonemas na manhã de hoje de pessoas que são proprietárias de terras na linha 114, que é uma região bem conflituosa no município de Cujubim, Deputado Adelino. Há notícias circulando na região de que Sem-terras estarão no próximo final de semana, entre sexta e sábado, ocupando diversas propriedades nas Linhas 114, lá do município de Cujubim. Alguns fazendeiros e pequenos proprietários que têm terras naquela localidade mantiveram contato comigo hoje, preocupados com essa

notícia, que segundo eles é notícia quente e que realmente há essa possibilidade dessa tentativa de ocupação dessas áreas. E o que me deixa muito preocupado é a possibilidade de um conflito ali na Linha 114, no município de Cujubim, aquilo ali se transformou num barril de pólvora e com essa notícia os proprietários de áreas ali naquela linha já manifestaram o desejo de não permitir e falam até em se preparar para que isso não venha a acontecer.

Eu já fiz um comunicado ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, o Coronel Ênedy, que já está a par dessa situação, já existe um bom contingente de policiais devido a onda de violência lá no município de Cujubim, e eu espero sinceramente que não haja um conflito lá como está previsto, se caso essas pessoas realmente cumprirem com a promessa, com o anunciado de ocupar algumas áreas de terras, algumas propriedades ali na linha 114, no município de Cujubim. Então, o Comandante Geral da Polícia Militar já está sabendo e isso demonstra mais uma vez o caos quando se fala de Reforma Agrária no nosso País, a falta de ação do INCRA, por isso que tudo isso vem acontecendo no nosso Estado.

Então, venho aqui hoje manifestar minha preocupação Presidente, com essa possibilidade de conflito na linha 114 no município de Cujubim, espero que até lá as autoridades policiais e as autoridades agrárias, em especial o INCRA tome alguma providência para que o pior não venha acontecer, para que não haja nenhum conflito ali no município de Cujubim, mas eu fiquei preocupado depois de alguns telefonemas que recebi na manhã de hoje de proprietários de terras ali da linha 114. Espero sinceramente que não haja um conflito ali naquela localidade, mas os proprietários de terras estão dispostos a defender o que é deles e o que foi conquistado à custa de muito trabalho.

Deputado Adelino, com a palavra.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o Deputado Ezequiel, nós tivemos lá em Cujubim essa semana juntos, e também o pessoal, domingo lá na feira o pessoal, os produtores me procuraram colocando essa situação e esperamos que as autoridades, que a Polícia Militar, a Polícia Civil investigue, que não deixe acontecer o pior, que está criando pânico entre os produtores, os donos daquelas propriedades dizendo que vão fechar a linha, vão fechar aquela linha ali, então, está criando um pânico, está criando uma situação muito ruim e esperamos que com certeza as autoridades, Polícia Civil, Polícia Militar investigue e que não deixe acontecer o pior ali e esperamos que não seja só um alarme falso, nós não podemos deixar, esperamos também que o INCRA, o órgão competente que hoje praticamente ele está inerte, não se manifesta e isso está deixando essa insegurança no campo, nos preocupa muito e com certeza parabenizar por Vossa Excelência trazer esse assunto, trazer a público esse assunto para que seja tomada a providência para evitar qualquer conflito agrário, mais conflito agrário na nossa região no Vale do Jamari. Obrigada.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – Só parabenizar Vossa Excelência pelo tema que traz, o discurso, e aproveitar, até gostaria de pedir licença para, falando na questão de conflito agrário, saudar

aqui os nossos amigos lá de Rio Pardo que se fazem presentes, Valdemar Base, nosso pré-candidato a Vereador lá do nosso partido, o PSDB, que está aqui; o Edson Carequinha, seu filho, acompanhado dos professores; o seu Tião, o seu Nego. Em nome do Deputado Edson também deixar o nosso abraço lá do Distrito de Rio Pardo, nós que estamos hoje aqui fazendo a solicitação da necessidade da recuperação da linha 01 que liga ali o município de Buritis ao Distrito de Rio Pardo, Jacinópolis, que foi uma solicitação do Valdemar Base e dos seus companheiros que seus companheiros que nos visitam. Só isso, meu nobre Deputado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Seja bem-vindo esse povo aí lá da região de Rio Pardo. Pois é, Presidente, então é esse o alerta que eu venho fazer aqui nesta Casa, espero que realmente não aja esse conflito lá na região de Cujubim na linha 114.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, só saudar aqui, se permitir, saudar aqui o nosso Presidente da Câmara do Município de Alvorada d'Oeste, Vereador Cícero Antônio da Costa, Vereador já por três mandatos no município de Alvorada, Vereador Max Altamirando e o Vereador Jonacir Casteluber, do PT, em nome do Deputado Lazinho aqui, Max, PT, o nosso PT se entendem, aqui o Vereador Max e o Vereador Jonacir, o William também, o Controlador da Câmara, pessoal de Alvorada que se faz presente, é uma alegria recebê-los aqui.

O SR. CLEITON ROQUE – Pela Ordem, Sr. Presidente? Aproveitar a oportunidade de registrar e agradecer a presença do nosso companheiro o ex-Prefeito de Parecis, Marcondes de Carvalho, e ele está acompanhado de toda uma delegação ali do município de Parecis, o Vereador Marcão de Carvalho, irmão do ex-Prefeito Marcondes e o Marcão da Capa 8 também está se fazendo presente no Plenário. Agradecer pela presença e tem uma matéria hoje que deverá ser discutida do interesse do município de Parecis. Cumprimentar o Nelson, que assumiu recentemente a chefia local da SEDAM em Pimenta Bueno, e o nosso amigo Nelson está à frente do órgão lá; cumprimentar o Jader Praça, filho do ex-Prefeito Augusto Praça, de Pimenta Bueno; Jader hoje é o chefe regional do IDARON em Pimenta Bueno e região, ele está acompanhado do nosso amigo Júlio, agradecer pela presença também.

O SR. LAERTE GOMES – Cumprimentar também, registrar a presença do Presidente da Câmara do município de Nova Brasilândia, o nosso companheiro de partido do PSDB, o Vereador Menudo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Registrar também a presença do Nelson de Barros Lima, Diretor Regional do SEDAM do município de Pimenta Bueno, em nome do meu amigo Deputado Cleiton Roque, Anderson Barbosa, Presidente da Associação de Criadores - ASCRIVALE, Vale do Paraíso. Registrar também a presença do Waldiney Filho, Presidente do Sindicato dos Taxistas Autônomos do Estado de Rondônia; registrar também a presença do Luiz do Hotel, Prefeito do município do Vale do Paraíso, muito obrigado pela presença. Registrar a presença do Marcão, como já disse ali o Deputado Cleiton Roque, município de Parecis, o Rodney Antônio Paes, Superin-

tendente da SEJUCEL, também presentes servidores da Junta Comercial - JUCER, também muito obrigado pela presença e também o Jader Praça, Superintendente Regional do IDARON do município de Pimenta Bueno; também registrado pelo ilustre Deputado Cleiton Roque. Agradecer a presença de todas as pessoas que compõem o Plenário, a galeria desta Casa, prestigiando os trabalhos, muito obrigado.

Ainda nas Comunicações de Lideranças, concedo a palavra ao ilustre Deputado Adelino Follador, por vinte minutos, com apertes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoal aqui presente, para nós é um prazer mais uma vez estar aqui na tribuna, falar diversos assuntos importantes do Estado de Rondônia, da nossa região.

Dizer que nós hoje estivemos no DER cobrando mais atenção às estradas do Estado, onde hoje o Diretor Geral, Ezequiel prometeu que vai se empenhar, resolver, porque eu estive ali na região de Colina Verde, Cacaupôndia, onde para fazer quinze quilômetros, Deputado Aécio, na RO tem que demorar quase uma hora de carro, não tem mais estrada. Então, tivemos uma posição do Diretor Geral de que vai se empenhar.

Quero mais uma vez deixar registrado aqui a cobrança das pranchas que ficou para as duas pontes, a ponte do rio Pardo e a ponte do rio Canaã, a RO-10 que se encontra em péssimas condições, diz que já serraram as pranchas, levou e elas sumiram, não chegou até lá, aí diz que amanhã está indo um outro caminhão, uma outra madeira para entregar direto lá na linha, espero que isso aconteça de fato para que a gente consiga recuperar aquelas pontes que estão em péssimo estado de conservação. E agora nós precisamos que o Governo do Estado resolva. Esses dias nós demos aqui, eu fui relator de dois projetos de contratação de servidores, tanto para o espaço alternativo e outro que seria para contratação de operadores, onde seria entre braços 200 cargos. E hoje o diretor me falou que esses não são para operadores que vão ser contratados, que vai mandar outro projeto ainda para esta Casa, Deputado Aécio, teria que mandar logo, porque a chuva vai cessar, agora é a melhor época para recuperar as estradas, a saída das chuvas, a terra ainda está molhada, é o melhor momento para patrolar, para encascalhar, é agora. Então, nós não podemos contratar daqui 30 dias e aí quando chega até fazer o teste seletivo ou maneira de contratar que vai ser feito, aí chega lá já passou a metade da seca.

Então, fazer um alerta ao Diretor Geral do DER que se precisar esses cargos para operadores das máquinas, que venham o mais rápido possível, que há necessidade urgente. Eu quero também falar, ontem nós ficamos presos na BR, inclusive o Deputado Lazinho deu a volta lá por Triunfo, eu andei 06 km a pé e andei mais de moto uns 40 km para poder chegar no horário da CPI aqui na Assembleia. E andando e conversando com aquele povo que estava lá na BR, que eu também acho, vejo muita gente insatisfeita, os que estavam na BR porque eles não têm nada que ver, eles têm direito de ir e vir, eles estavam lá, todo mundo preso das 09:00 horas da manhã até as 06:00 horas da tarde, mas eles estiveram também colocando a situação deles. Esse pessoal ali em Candeias estão lá de 20 até 22 anos, Deputado Ribamar, já estão assentados há mais de 20 anos naquela propriedade e agora vem alguém que

se intitula como proprietário, dizendo que era do Aldo Castanheira, que era 25 mil hectares a terra dele, queria saber como é que ele conseguiu adquirir esses 25 mil hectares, só numa área, e ele vendeu, um tal de Paulo. E aí agora, há pouco de 04 anos, dizendo eles que foi vendida, não mais de 04 anos, e agora o juiz dá uma reintegração de posse. E aí, Deputado Aécio, a minha preocupação é que eles falaram que a Polícia Militar não tem policial para guarnecer a nossa região, Ariquemes, o Estado de Rondônia, está faltando policiais para tudo, mas os policiais estão dando guarnição às pessoas que estavam levantando as picadas que o fazendeiro está fazendo para demarcar, Deputado Ribamar, a fazenda do fazendeiro. Então, a Polícia Militar a serviço da topografia e ontem eu conversei com o Comandante Geral da Polícia Militar e ele me falou que é ordem judicial. Mas tem tanta ordem judicial que não é executada e tem como justificar, porque hoje há falta de policiais militares, então eu não vejo por que tirar o pessoal lá que está há mais de 20 anos pacificamente, produzindo, tudo que eles têm está lá dentro.

Então, nós temos que rever essas situações nesse país, essa reintegração de posse de pessoas que pacificamente, se tivessem questionado dentro de um ano, dois anos, antes do pessoal se assentar, antes de o pessoal estar lá tanto tempo, e agora, ontem, eu vi muito aquele pessoal andando e junto com eles eu vi que eles devem ter uma atenção maior. E eu concordo, eu acho que não, ninguém tem direito de tirar o ir e vir da BR-364, eu vi muitos caminhoneiros, muitas pessoas revoltadas porque eles não têm nada que ver, mas aquele povo, eles viram a única solução, única maneira de chamar atenção foi interditar a BR-364. O Deputado Lazinho, como eu já falei, teve que dar a volta lá por Triunfo e nós estivemos passando ali por todos aqueles caminhoneiros, eu fiquei ali umas quatro horas junto com eles e ouvi tanta reivindicação e conheço a maioria das famílias que estão lá dentro, conheço, tem gente que foi meeiro lá no meu irmão, lá na 20; tem gente que foi meeiro lá na propriedade dos meus vizinhos, pessoas honestas, trabalhadoras, estão há 22 anos lá dentro daquela área, têm lá as propriedades pequenas, são 10, 12, 15 alqueires para cada um e agora uma só pessoa se diz dono de 25 mil hectares, vai lá e tira essas famílias, se não me engano só nessa área acho que são trezentas e oitenta famílias. Com a palavra o Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Adelino, quero parabenizar Vossa Excelência, eu estou achando até que vou filiar o Deputado Adelino no PT, porque o discurso de Vossa Excelência está corretíssimo, parabéns a Vossa Excelência por ter centrado. Inclusive no dia 09 de junho está marcada uma Audiência Pública, e eu estou tentando trazer o pessoal do INCRA de Brasília e as partes envolvidas na questão da liminar dada. Como essa área, eu tenho o conhecimento *in loco* de ver a situação que estão essas famílias, nós temos no Estado, Deputado Adelino, várias áreas nesse mesmo modelo que estão aí famílias de vinte anos, era uma área de vinte e cinco mil hectares que o suposto dono nunca reivindicou, nunca foi atrás quando não tinha valor que agora as terras estão valorizadas porque os agricultores foram lá para dentro, estão trabalhando há vinte, vinte e dois anos trabalhando em cima dessas terras, as estradas, como disse o Deputado Ribamar, foram

eles que fizeram, no braço. Este ano, nós tivemos que pegar o DER, e aí agradecer ao Governo do Estado, para ir fazer a 45, que eles estavam isolados lá naquela área, e agora aparece um juiz com a cabeça Deus sabe onde estava, porque não conhece a realidade, que o juiz quando dá uma liminar dessa é porque ele não conhece a realidade, primeiro que ele tem certeza que não vai ser cumprida nunca, que você não tira quatrocentos, quinhentas famílias de cima de uma área, isso vai dar três mil famílias dentro de uma área, vai dar nove mil pessoas, nove mil pessoas aproximadamente de adultos, segundo informações lá. Com uma vila já criada, que é a Vila Samuel, uma infraestrutura toda, o juiz sabe que não vai tirar, mas cria isso para trazer problema para o Estado, e aí as pessoas se obrigam a ficarem igual eles ficaram na BR. Eu jamais reclamaria de eles estarem se posicionando na BR ali, porque quem está de fora não sabe a vida que é de uma família vinte anos em cima de uma área e de uma hora para outra ter que sair fora e perder tudo. Então, as pessoas quando vão para ali num sol daquele, num sofrimento daquele, é porque não têm mais para onde ir, para onde reivindicar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não têm mais alternativa...

O Sr. Lazinho da Fetagro – E aí, eu quero desde já agradecer Vossa Excelência e convidar Vossa Excelência no dia 09, convidar o Deputado Ribamar, que conhece bem a área, todos os Deputados, para que a gente possa estar aqui na Assembleia, estou tentando trazer o Dr. Gercino, estou tentando trazer a parte do INCRA envolvida em Brasília, daqui do Estado, e também chamando a parte do judiciário que deu a liminar para ver se a gente consegue entrar num acordo aqui, o Governo do Estado também tem que se envolver nessa questão porque é um problema de Estado, não é um problema, ah! não, isso é problema do INCRA, é do Governo Federal, não, problema é do Estado, está causado aqui dentro. Então, eu agradeço a Vossa Excelência e pode contar com a gente, que isso aí é uma luta que a gente faz há muitos anos no Estado de Rondônia. Obrigado, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer, inclusive o Deputado Ezequiel trouxe aqui o assunto a respeito lá da Linha 114, como também o pessoal está entrando para tirar, eu sou contra qualquer pessoa que está lá assentado, qualquer, como sou contra tirar também quem está lá pacificamente tantos anos. Então, se o cara se sentia dono, que nem o senhor falou, Deputado Lazinho, por que ele não reivindicou antes?

Então, tem que ter um tempo para a pessoa requisitar, se ele se acomodou, se ele não reclamou, ele tem que perder o direito, já está lá dentro, está pacífico vinte anos, não tem mais condições. Então, eu vi muito aquelas pessoas, eu falei inclusive que ia trazer esse assunto hoje para a tribuna, para que a gente pudesse discutir e fomentar, já que tem essa audiência, acho muito importante.

O Sr. Marcelino Tenório – Uma Questão de Ordem, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Marcelino Tenório.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado, esse assunto que Vossa Excelência traz a essa tribuna, agora Vossa Excelência fala uma coisa aqui que vai convidar o Deputado Lazinho, Deputado Adelino Follador para integrar o PT, isso é um convite feito aqui ao público. Deputado Adelino Follador, um país imenso como esse, falta as autoridades desse país, Deputado Adelino Follador, o cidadão que está em uma cidade, que está na zona rural que ele quer trabalhar, ele quer gerar riqueza e renda para sua família e acima de tudo gerar emprego e renda para o país, ele tem que se apossar, invadir, seja como for, como o Deputado Lazinho fala. O país tinha que ter respeito a essa população que quer trabalhar, ele deveria fazer um programa de governo. Eu sei, Deputado Adelino Follador, que ele não vai conseguir resolver em um ano só, isso vai por vários anos, mas criar uma linha de crédito financiando essas pessoas que queiram, Deputado Lazinho, adquirir cinco, dez, quinze, vinte hectares de terra, para que assim ele possa trabalhar dignamente e pagar vários anos, Deputado Adelino Follador, pode colocar em dez anos para ele pagar, quinze anos, com juros bem pequeninhos, um juro de 1, ou 2% para que ele possa trabalhar e gerar riqueza. Agora, deixar, Deputado Lazinho, o conflito agrário aonde há desperdício de todas as partes, é o setor público colocando a segurança para tomar conta, são as pessoas tentando buscar um pedaço de terra para trabalhar e acima de tudo deixando de gerar renda e riqueza para este País.

Então, o Governo Federal devia ser justo, abrir uma linha de crédito para que esses pequenos produtores rurais deste imenso País pudessem, dentro da sua condição, comprar 05, 10 hectares de terra, Deputado Lazinho da Fetagro, comprar com juro subsidiado, que ele vai trabalhar, vai gerar riqueza para este País. Aí nós vamos, Deputado Adelino Follador, não vai haver conflito agrário. Aí nós vamos viver num País mais pacífico e justo para todos nós, Deputado Adelino Follador.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Um aparte, Deputado? Nós temos no Brasil, e aqui no Estado de Rondônia está avançando bem, agora mesmo, está com 60 dias, nós participamos da entrega dos títulos aqui do crédito fundiário. Existe esse programa, com juros de 5%, com 20 anos para pagar. A maior dificuldade que nós encontramos no Estado é documentação das áreas...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É burocracia. Burocracia...

O Sr. Lazinho da Fetagro – Documentação das áreas para poder entrar no programa. Essa área mesmo aqui, de Candeias do Jamari, que foi o dia que o Ministro Patrus Ananias, esteve aqui, é uma área onde há várias pessoas, hoje são 159 famílias. Hoje, no Estado de Rondônia, já passa de 700 famílias assentadas pelo crédito fundiário. Só que é um programa que depende muito do valor da terra e depende muito da documentação da terra para poder entrar no programa. Essa é a dificuldade que tem, mas o programa é de suma importância e é isso aí que tem que ser feito.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Infelizmente, Deputado Lazinho, Deputado Marcelino, a burocracia mata todo mundo no cansa-

ço. Eu, inclusive, quando fui Prefeito, tentei aprovar lá no meu município, mas ficou 03 anos. Aí foi a pessoa que cedeu a área para vender, quando foi buscar, aí já não tinha mais, o dono já tinha vendido. Aí arrumou outra área, aí demorou tanto no Banco, aí se uma pessoa está inadimplente, trabalhar em grupo, aí o outro vai ter que trocar... Para você mudar aquela pessoa, você tem que começar todo o projeto de novo. É uma burocracia muito grande.

Então, tem que desburocratizar. Tem que criar um fundo nos Bancos, que a pessoa vá lá, tem quem vende, tem quem compra; vai lá, indeniza, financia para as pessoas. Com certeza essa é uma maneira de fazer. E eu tenho certeza de que o Juiz que deu a sentença não conhece a realidade. Aquilo que o senhor falou, Deputado Lazinho, porque se conhecesse a realidade lá no campo, sabendo que tinha todas as famílias lá dentro, por mais ruim que ele seja, ele jamais daria uma reintegração de posse numa área daquele tamanho para uma pessoa só e tirar tantas pessoas que já estão lá há mais de 20 anos. Então, com certeza, nem sempre aquilo que está no processo é a realidade. Então, precisa que o Judiciário também procure saber aí, infelizmente as pessoas que estão lá muitas vezes não têm advogado bom para fazer a defesa, acompanhar o processo e acontecem essas coisas. Então, eu quero deixar aqui registrada essa preocupação nossa.

E também, eu entrei com Requerimento, nós temos uma reclamação, recebemos reclamação toda hora da CAERD. A CAERD, em Ariquemes, uma semana, Setor 9, Setor Jorge Teixeira, aquela região não tem água. Na outra semana, 'ah, mas é porque estourou os canos lá na...' Aí era uma lá. Na outra semana, é no outro setor ou talvez aquele de novo e está assim, toda hora nós temos reclamação. E a gente vê, e o pessoal da CAERD mesmo fala que está faltando recurso e a água aumentou e os recursos nunca dão. E esses dias eu fui interrogado, eu fui questionado por que é que nós aprovamos, criou uma lei nesta Casa, a Lei 299, onde aprovou a contratação de muitos cargos lá naquela CAERD. Então, eu estou fazendo um Requerimento para que a Presidente da CAERD me forneça o nome, o cargo e também o grau de instrução de todas as pessoas que foram nomeadas nesses cargos que nós aprovamos nesta Casa, para ver onde estão, se as pessoas que estão lá estão tendo capacidade de trabalhar, se eles têm condições. Porque nós temos que acompanhar aquilo que nós aprovamos aqui.

Então, eu quero aqui, constando o nome do servidor, o cargo que ocupa, onde está lotado e qual o grau de instrução de cada servidor que foi contratado na Lei 299/2016, que foi aprovada por esta Casa. Nós precisamos dar satisfação à sociedade. Então eu espero que a Presidente da CAERD forneça esses dados para que a gente consiga acompanhar e poder dar explicação à população para que a gente não seja criticada. Quando a gente fez, a desculpa na época, quando foi mandado esse projeto, inclusive nós relatamos para dizer porque precisava pessoal técnico para trabalhar, para melhorar o serviço da CAERD. E eu quero saber se de fato está sendo aplicado nesse setor, nesse investimento lá na CAERD. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Presidente, só uma Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Concedida a Questão de Ordem, Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Quero pedir a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$598.766,00, em favor da EMATER. Tratores, tanques de resfriamento e outros implementos estão apenas esperando a aprovação deste Projeto para serem entregues.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deferido o seu pedido, Presidente.

O SR. ALEX REDANO – Presidente, gostaria, sei que não é a minha vez, mas peço Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado. Serei rápido. Eu gostaria de cumprimentar os nossos amigos presentes no Plenário. E saudar aqui, em nome de todos os Presidentes dos times profissionais de Rondônia, nosso amigo Roni Silva, Presidente do Real Ariquemes, acompanhado do nosso amigo Zé.

O que acontece, senhor Deputado, Senhores Deputados, nós já participamos de várias reuniões, está aqui o Deputado Adelino que participou conosco, o Deputado Cleiton Roque. E foi feito uma audiência pública em novembro do ano passado. Está aqui o Deputado Doutor Neidson também que está nos ajudando. E ficaram de fazer um repasse para os times profissionais e os times fizeram um compromisso com esse repasse, que foi acertado em novembro do ano passado. Já estamos na metade do campeonato e até agora não foi feito o repasse. Participamos de várias reuniões semana passada e hoje teria uma reunião, aí foi cancelada, o pessoal está aqui, não avisaram que seria cancelada. Então, pedimos uma atenção maior da Casa Civil. Parece que agora vai ser através de patrocínio e não convênio como faz no Rio Grande do Sul, através do Banco do Rio Grande do Sul. Então, que seja feito rápido, porque daqui a pouco está terminando o campeonato estadual e os times que fizeram esse compromisso ficam... Estou terminando, Deputado Laerte. Então, peço esse apoio aos demais Parlamentares, a maioria dos Parlamentares já estão nos ajudando nessa luta. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex Redano.

O SR. DOUTOR NEIDSON – Questão de Ordem, Deputado Laerte.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Doutor Neidson, concedida a Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES – É Questão de Ordem, não é discurso, não.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, nós já vínhamos acompanhando as equipes lá de Guajará-Mirim e todas as equipes que nós vemos aí e as dificuldades que eles têm em manter

as equipes hoje. Estivemos aí em uma reunião no ano passado, ainda me recordo bem, Deputado Adelino Follador, Deputado Cleiton Roque, Deputado Airton Gurgacz, Deputado Alex Redano aí, para pedir, e colocamos, fizemos uma Emenda no Orçamento do Estado, foi incluída essa Emenda, agora temos a dificuldade aí para distribuir as equipes e vamos pedir aí juntamente, vamos unir forças para pedir aí ao Governador que possa junto com a sua equipe poder liberar o mais rapidamente possível, porque as equipes estão se unindo, estão querendo paralisar o início da 2ª rodada do campeonato devido à falta de recursos. E nós vemos aí as dificuldades das equipes, então vamos pedir aí o apoio dos Pares para que possamos agilizar essa questão. Obrigado, Presidente.

O SR. CLEITON ROQUE – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pela ordem.

O SR. CLEITON ROQUE – Só para eu indagar: qual está sendo a alegação do Executivo em relação a isso? Porque eu me lembro bem que foi uma proposta feita ao Orçamento pela Comissão de Esporte e Lazer, tendo o Deputado Airton e o Deputado Adelino como os principais patrocinadores da Emenda ao Orçamento na qual nós acatamos em comum acordo com o Executivo. E aí temos que saber qual está sendo a alegação por parte dos técnicos? A emenda já foi feita na SEJUCEL, na Secretaria de Juventude Esporte e Lazer, e o porquê de não está sendo executada, qual está sendo a justificativa do Estado, até porque a Emenda foi feita em comum acordo com os técnicos do Estado, os técnicos orçamentários, os técnicos da SEJUCEL, então não podemos permitir, que nós estamos entrando aí no 5º mês, na 2ª fase já do campeonato e esse benefício aos clubes perfeitamente acordado antes e não está em execução.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. LAERTE GOMES – Minhas pernas estão doendo aqui já.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Nós estivemos lá com o Governador, na sexta-feira, não quinta foi feriado, na quarta-feira à tarde, e o vice-Governador estava com quatro clubes representados, inclusive o Guajará estava, o vice-Governador, o Presidente Maurão, e nós inclusive conversamos, já tem o Parecer, todo mundo já concordou, o Secretário de Planejamento, Governador já concordou duas vezes, já mandou fazer, tem o orçamento, tem tudo e o pessoal da Comunicação do Governo já tem o Parecer favorável da Procuradoria do Estado. O Deputado Maurão estava junto lá, nós fizemos. E sexta-feira foi marcada uma reunião, o Emerson Castro também ficou para reunir com a equipe toda na sexta-feira para decidir, para liberar agora no 2º turno. Então, eu não sei o resultado dessa reunião de sexta-feira, que eu não estava aqui, mas eu gostaria de pedir, de suplicar que os times precisam demais desse recurso para concluir o campeonato, caso contrário todos os

times no ano que vem correm o risco de não conseguir mais trabalhar, não é, Deputado Neidson? Os times correm o risco de ficar devendo tanto que ano que vem só tem cinco times participando do campeonato, sete, e está sujeito a não ter mais. Tem várias cidades que não estão mais participando. Hoje tem oito porque tem dois de Ariquemes e surgiu mais um aqui de Porto Velho. Mas nós estamos em várias equipes do Estado de Rondônia, o Rolim de Moura não quer mais participar, Vilhena já saiu fora, Espigão já saiu fora, várias cidades saíram fora porque termina o campeonato e ficam endividados e não conseguem mais sobreviver para participar no outro ano, isso é lamentável. E essa contrapartida, Deputado Aécio, também já está combinado com os clubes de investir nas categorias de base, o Governo do Estado investiria só os quinhentos e trinta mil, que é pouco para todos os times do Estado de Rondônia, e a contrapartida é eles investirem nas categorias de base, acho muito importante. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Nas Comunicações de Lideranças, o líder dos *Tucanos*, o ilustre Deputado Laerte Gomes, por 20 minutos, com apartes.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Primeiro, antes de entrar no tema aqui principal do meu discurso, eu gostaria de dizer que o DER, através do nosso Diretor Ezequiel Neiva e através do Diretor Operacional Marcelo já colocaram as máquinas no anel viário. Ontem eu passei lá, tinham 06 caçambas, 03 patrões e hoje chegaram mais máquinas. Conversava hoje no DER para cobrar deles, e me falaram que até sexta-feira vamos ter mais de 40 máquinas trabalhando no anel viário.

Então, comunicar isso que é importante, a população de Ji-Paraná, da região central já estava desacreditada dessa obra, a própria imprensa está cobrando muito, mas graças a Deus parece que iniciaram os trabalhos e a gente espera agora que essas máquinas só saiam do anel viário quando concluir a obra, Deputado Lazineho, que é de fundamental importância para todos nós de Rondônia, não só para Ji-Paraná, não só para a região central.

Mas o que me traz aqui, senhor Presidente, hoje, é uma preocupação que tenho tido andando pelos municípios do Estado de Rondônia. Tenho ouvido, senhor Presidente, e visto muitas reclamações de comerciantes, de produtores, de jovens, muitos comércios fechados devido logicamente à crise econômica que atravessa principalmente nossos pequenos e médios municípios, muitos deles por falta de geração de renda e emprego.

Sabemos, Senhores Deputados, que com essa crise que nosso país atravessa, é uma crise política que tem efeito na crise econômica, esses municípios pequenos, Deputado Lazineho, dificilmente, já não era fácil, Deputado Ezequiel, receber indústrias como forma de gerar emprego e renda e movimentar a economia local. Então, no pouco que eu entendo, a única forma de nós mudarmos a história dessas cidades, dessas pequenas e médias cidades principalmente, a gente sabe que esse efeito está em todas, mas as pequenas e médias têm sentido mais, é através do que nós temos de mais rico aqui no Estado de Rondônia, que são as nossas terras férteis, são os

nossos produtores, principalmente porque moramos num Estado com modelo de assentamento para isso acontecer, senhor Presidente, é preciso que a Secretaria de Agricultura do Estado, que para mim, e eu disse hoje junto com o Presidente Maurão lá no DER, para mim torna-se neste momento uma das mais importantes, senão a mais importante do Governo do Estado, creio eu que tem que ser fortalecida. E aqui eu reverencio o Deputado Lazinho, que trabalhou na época do orçamento para melhorar o orçamento da Agricultura, mas eu quero chegar a isso um pouquinho lá na frente, Deputado Lazinho. E como alternativa para que nós possamos superar essa crise de falta de dinheiro no comércio é investindo no setor produtivo, é investindo na agricultura, não podemos mais aceitar calados um Estado de terras férteis, um Estado que chove 06 meses por ano, um Estado que na sua maioria das propriedades são pequenos produtores, modelo de assentamento, não temos, Deputado Edson Martins, um programa voltado à agricultura como forma de gerar emprego, de gerar renda aos nossos produtores. Estive em Alvorada e falei isso num encontro de cafeicultores, o Deputado Lazinho esteve lá, o Deputado Só na Bença também esteve, o Deputado Lebrão esteve, e fomos visitar um *Dia de Campo* de cafeicultura do seu Antônio Baiano, um modelo de agricultura e aí eu disse no meu discurso aqui, o mérito não é nosso, nenhum, o mérito aqui é desses produtores, Deputado Marcelino, é dessa família que não tem um centavo de apoio, de incentivo, de subsídio público, tudo mérito da competência e do trabalho deles. O vice-Governador disse '*não, mas você não pode falar que melhorou, multiplicamos a produção de calcário?*' Tudo bem, multiplicou, mas o que adianta isso? Multiplicar lá na indústria o que nunca chega aqui na ponta e quando chega é sem forma de um programa, é sem objetivo definido. Isso, senhores Deputados, essa questão de calcário é importante, mas para mim não é um programa. Para incentivar a produzir nós precisamos criar programas de acordo com a aptidão de cada região.

Infelizmente, falo isso com tristeza, Presidente Maurão, e V. Ex^a como líder desta Casa nós temos que conversar com o Governador e tomar uma posição, o nosso Secretário de Estado de Agricultura, o Padovani, só sabe falar da *Rondônia Rural Show*, parece uma fita engasgada: *Rondônia Rural Show, Rondônia Rural Show, Rondônia Rural Show*. É importante? É, mas é apenas uma pecinha em uma engrenagem muito maior, Deputado Cleiton Roque, que nós precisamos. Gosta muito de mídia, gosta muito de revista, gosta muito de aparecer, mas de bom, criar programas, incentivo ao setor produtivo, aos nossos produtores para fomentar a economia local dos municípios, nada faz e o Governador, o nosso Governador Confúcio Moura, ele já deu, Deputado Edson Martins, ele já deu, Deputado Marcelino, o norte, eu já fui a vários eventos com o Governador Confúcio Moura em que ele dizia, Deputado Lazinho: "*Vamos plantar café, vamos plantar cacau*". Mas parece que isso não ecoa nos ouvidos da Secretaria de Agricultura. Criar programas com início, com meio e com fim, buscar aptidão de cada região, buscar parceiros como esses Deputados, esta Casa, com os produtores, os bancos, a EMATER e criar alternativas para colocarmos em prática esses programas. E não é reclamando: *Ah! Não tem orçamento*. Verdade. O orçamento da Agricultura, como eu já falei aqui com o Deputado Lazinho, junto com a Comissão, era baixo e ainda é pequeno, pela im-

portância dessa Secretaria, mas aonde não tem dinheiro, eu aprendi, Deputado Lazinho, aonde não tem dinheiro a gente tem que ter criatividade e buscar parcerias. Isso que é importante e é algo que parece que nós não temos na Secretaria de Agricultura.

Quando eu fui Prefeito no Município de Alvorada, de 2004/2012, está aqui o Vereador Max, o Vereador Jonacir que nos ajudou, que são do Partido dos Trabalhadores do Deputado Lazinho, que nos ajudaram a implementar esses programas, nós criamos um Programa lá do Plantio do Inhame, ninguém plantava, Vereador Max, inhame no Município de Alvorada, nós fomos lá, pegamos quatro produtores, iniciamos, compramos a muda de inhame, mandamos buscar, colocamos calcário, colocamos o trator, demos óleo diesel, a Prefeitura fez tudo isso. Desse pequeno Programa que nós criamos, desse pequeno Projeto, hoje são mais de 80 produtores que plantam inhame em Alvorada, hoje com uma renda anual, com volume anual de circulação de dinheiro na cidade de mais de cinco milhões de reais e Alvorada hoje ficou como uma referência, ficou hoje com uma referência no plantio de inhame.

O Sr. Marcelino Tenório - Questão de Ordem, Sr. Deputado?

O Sr. Cleiton Roque – Um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Com o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Cleiton Roque – Para mim ou para o Deputado Marcelino? Pedimos juntos.

O SR. LAERTE GOMES – Pela experiência.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Marcelino pela experiência.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Marcelino, pela experiência, primeiro.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado Laerte Gomes, todos esses fatos que Vossa Excelência está explanando aí na Tribuna, e isso lá em 2011 iniciou-se no 1º mandato nesta Casa, Deputado Lazinho, eu batia tanto atrás disso, porque eu sou desse setor, do setor do leite, do gado de corte, do inhame, como falou o Deputado Laerte Gomes, do café, do cacau, do milho, do arroz e todos os mais segmentos. Mas, infelizmente, parece que, como diz aqui o Deputado Laerte Gomes, parece que as pessoas que estão naquele cargo não observam isso. Um exemplo aqui, você quer, o servidor público do Estado de Rondônia ele precisa melhorar a remuneração dele, nós precisamos fazer uma adequação melhor para o nosso Estado de Rondônia, nós precisamos fazer uma saúde melhor para o nosso cidadão de Rondônia, nós precisamos fazer Segurança Pública no nosso Estado de Rondônia que está aí do jeito que se encontra, mas tem que ter recursos e nós temos as ferramentas, falta simplesmente colocar isso em prática para poder ser feito, Deputado Cleiton Roque. Hoje, no Estado de Rondônia, o laticínio hoje tem capacidade de processar quatro milhões de litro/leite/dia, Deputado Laerte Gomes...

O SR. LAERTE GOMES – Só para dar um dado a Vossa Excelência no seu aparte, eu tive uma informação, e se isso for com verdade é grave, que a nossa produção de leite recuou, falta do quê? Vinte por cento, falta de programas, melhoramento genético do rebanho, incentivo, uma pastagem melhor, falta programas.

O Sr. Marcelino Tenório – Existe e são quatro milhões. Nesse outro um ano e meio caiu quatrocentos mil litros/leite dia, você multiplica isso em média de quase um real a média, Deputado Cleiton Roque, Deputado Ezequiel Junior, aí você vê no final do mês quanto o Governo deixou de arrecadar e quando se trata no final do ano ele deixou de arrecadar aproximadamente trinta milhões de reais só nesses quatrocentos mil litros de leite dia, mas você vai para o café é a mesma situação, todo ano o café vai dar dois milhões de saca, ele não passa de um milhão, um milhão e duzentos mil sacas de café, como falou aqui o Deputado Laerte Gomes, tudo que está acontecendo na cafeicultura do nosso Estado de Rondônia é a força do produtor rural, não aquele Estado que tem que ser indutor. Você vai ao Espírito Santo, Deputado Lazinho, nós estivemos juntamente com Vossa Excelência lá na Bahia, o Governo ele faz políticas públicas, ele não faz aquilo, faça ou não faça não, ele executa. O Espírito Santo, hoje a maior riqueza daquele Estado lá é a cafeicultura. Mas, Deputado Laerte Gomes, Vossa Excelência falou que faz seis meses que chove em Rondônia, Rondônia chove aproximadamente é nove, dez meses, e este ano, 2015/2016, não passou um mês sem chover, choveu pouco, mas choveu, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – O que é mais grave ainda, há falta de comprometimento.

O Sr. Marcelino Tenório – É falta disso, aí você vai para a piscicultura do Estado de Rondônia, que ali tem o norte que é a agricultura que tem que cuidar dela, ela tem que ter segmento dentro dela. Os produtores hoje estão deixando, Deputado Cleiton Roque e Deputado Adelino Follador, de produzir por pura falta sabe de quê, Deputado Cleiton Roque? Da licença de renovação, que o produtor já solicitou e já está com mais de um ano e não consegue retirar a licença de operação dele. Como é que ele vai vender o peixe dele? Necessita, Deputado Laerte Gomes, recolher do vizinho.

Então, isso é o Secretário de Agricultura que tem que ter essa visão, ele não pode pensar que Rondônia é *Rural Show* que vai resolver o problema da agricultura do Estado de Rondônia, se resolve com programas efetivos, aí nós vamos ter um Estado forte. Isto tudo que nós estamos falando aqui o Deputado Laerte Gomes levantou nessa tarde. Em 2014, foi feita Audiência Pública, Deputado Laerte Gomes, em Ouro Preto d'Oeste sobre a cacauicultura do nosso Estado de Rondônia. A Assembleia disponibilizou trezentos mil reais para a criação do Jardim Clonal. Olha, o Jardim Clonal foi trazer todos os materiais da Bahia, os melhores materiais para ser introduzidos no Estado de Rondônia, está completando dois anos e até agora não foi feita a licitação desse recursos. Foram trezentos mil reais.

Então, o que é que você quer? Quem é que está dando condições nesse nosso país? As pessoas estão cegas? Estão

mudas? Estão surdas? O agronegócio é quem mais cresce, cresce 2, 3% enquanto as atividades estão aí caindo 10, 15% e parece que os Governos, principalmente o nosso, aquela pasta que é de grande importância, Deputado Lazinho, Deputado Laerte Gomes, parece não está havendo.

Deputado, parabéns, conte sempre comigo nessa discussão. Eu parei, viu, Deputado Laerte Gomes, de ir nas reuniões, porque marcar reunião para marcar outra, isso eu não quero, eu quero efetiva, coisa efetiva que aconteça. Marcar reuniões para marcar outra amanhã e outra e nunca acontecer, isso não existe. Projeto inseminar, amanhã farei o requerimento para saber o que estão fazendo com quase oito milhões de reais por ano que está sendo investido aonde? Por que o leite caiu, aonde está sendo investido esse recurso, Deputado Ezequiel Junior? Então, mais uma vez, Deputado Laerte Gomes, parabéns pelo seu pronunciamento, parabéns. Tudo que você fez como Prefeito lá no seu município, lá em Alvorada d'Oeste foi muito importante. Obrigado pelo aparte.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Marcelino. Deputado Cleiton.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Laerte, quero parabenizar pelo pronunciamento e deixar bem claro aqui que a preocupação desta Casa é que de fato o setor produtivo cada vez mais arranque e busque e contribua para que o Estado não passe pelo que outros Estados estão passando no plano nacional, a gente sabe que Rondônia hoje não está no vermelho pela força do agronegócio, pela força do setor produtivo. E aí eu concordo quando Vossa Excelência vem e tece comentários, emite as suas críticas, porque Vossa Excelência está sendo provocado por setores da sociedade, por setores do povo rondoniense que têm cobrado uma postura da Casa.

O SR. LAERTE GOMES – O próprio Governador tem cobrado de nós isso, dando o norte que ele tem, essa visão é dele.

O Sr. Cleiton Roque – Ele falou, é cafeicultura, uma saca de café, e o Deputado Marcelino pode me corrigir se eu estiver errado, uma saca de café ela contribui em média em torno de cinquenta reais aos cofres públicos do Estado de Rondônia, é isso, Deputado Marcelino?

O Sr. Marcelino Tenório – Diretamente, a primeira etapa; nas três etapas, ela contribui com aproximadamente cento e sessenta reais.

O Sr. Cleiton Roque – Ou seja, na primeira etapa, diretamente, cinquenta reais aos cofres do Estado de Rondônia por uma saca de café produzida. E aí, Deputado Laerte, eu me lembro quando relatei o orçamento para 2016 o esforço desta Casa, capitaneado pela Comissão da Agricultura, liderado pelo Deputado Lazinho, o Deputado Adelino e vários outros Deputados desta Casa aqui para que a gente melhorasse o orçamento para investimento da SEAGRI. E num esforço conjunto com a equipe técnica do próprio Executivo, da SEPOG, nós melhoramos o orçamento para investimento da SEAGRI em mais de nove milhões de reais visando justamente os programas. E aí, a exemplo da cafeicultura e nós temos cobrado uma posição

por parte do comandante da pasta da SEAGRI, o Secretário Evandro Padovani, resultados, porque antes era dito que não tinham o recurso e hoje você disponibilizou o orçamento, você disponibilizou recurso e nós precisamos que esses programas aconteçam lá na ponta, que atendam de fato ao produtor, atendam de fato à população do Estado de Rondônia, que tem muito a contribuir. Parabenizo pelo pronunciamento, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Cleiton Roque. Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Laerte, quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que o recurso dobrado do orçamento do Estado é mérito de toda esta Casa, assim como também é mérito do George que cuida da pasta do orçamento do Estado. Quando a Comissão de Agricultura propôs esse aumento, é justamente porque nós entendíamos que recurso colocado na Agricultura, no setor produtivo, não é despesa, é investimento. Então, quando você sai de dez milhões para vinte milhões, que foi o que aconteceu, você vai estar investindo vinte milhões num setor que cada um real te trará dez reais de lucro para o Estado. Agora, o que me preocupa, Vossa Excelência tem razão quando fala na questão da operacionalização, Deputado Adelino, Deputado Marcelino Tenório, Deputado Laerte e Deputado Ribamar, que fazem parte comigo da Comissão de Agricultura, ontem que eu recebi, depois de brigar e cobrar muito da Emater, o projeto dos dois milhões e meio que foi colocado na Emater, para implementação da Emater. O projeto para poder ir ao George, fechar com ele a questão do repasse e do recurso para poder finalizar a questão da licitação, ontem, cinco meses. Hoje eu estive na SEAGRI mais uma vez, Deputado Adelino, cobrando o Secretário Padovani. Realmente, eu acho que ele está viajando muito, já falei para ele que ele está passeando demais, é *Rondônia Rural* para lá, é *Rondônia Rural* para cá e o rural mesmo não tem nada, tem as máquinas que estão sendo comercializadas e que o resultado da feira nem é tudo que se divulga, não é tudo aquilo que é divulgado da feira, mas eu quero deixar bem claro aqui e o que mais cresceu neste Estado o ano passado foi o plantio de soja, que cresceu 812% e o grande produtor é muito importante para o Estado, mas o grande produtor, Deputado Edson, já tem as suas ferramentas de luta...

O SR. LAERTE GOMES – Basta o Estado não atrapalhar.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Basta o Estado não atrapalhar que eles vão para frente. Agora, a agricultura familiar, infelizmente nós estamos apanhando e o que falam, eu vou lá na Emater falar com o Luiz Gomes, o Luiz Gomes fala: “Não, mas George diz que não tem dinheiro.” Vou lá na SEAGRI, falam: “Não, mas o George está falando que não tem dinheiro.” Mas vocês levaram a demanda para o George? Não, ainda ninguém levou. Então, me passa esse projeto para cá que a Comissão junto como relator do orçamento vão sentar com o George e vão definir o recurso para Agricultura, porque nós não vamos perder esse recurso. Custou muito sair de dez para vinte milhões de investimento, nós precisamos ir para quarenta milhões de investimento na Agricultura, que aí vai ter recurso para os outros setores. E aí Vossa Excelência está colocando,

claro, eu acho que a gente precisa ter programa de Estado para Agricultura e não tem; nós temos aí o negócio do calcário que não conseguiu...

O SR. LAERTE GOMES – Que deram um cartãozinho para os Prefeitos e ninguém conseguiu buscar nada e onde buscou foi jogado para o espaço aí.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Pelo amor de Deus, o Governador fala é para fazer e lá dentro da estrutura a gente não consegue, não consegue nem fazer, vai deixando a gente maluco, Deputado Ribamar, de ver as coisas para acontecer e não acontecer. O George me falou o seguinte, numa conversa que eu tive com ele: “*Deputado Lazinho, uma comissão, o relator colocou no orçamento recursos, quando esses processos estiverem aqui, os projetos estiverem aqui, nós vamos trabalhar a liberação desses recursos. Então, vamos pegar o projeto, vamos levar lá para o homem, mas tem que chegar para ele.*” Infelizmente não está acontecendo. Parabéns, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado. Presidente, eu posso concluir, tem um aparte ainda, eu gostaria de concluir o meu discurso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não. Eu só queria pedir um pouquinho a compreensão, o Coronel Maia vai fazer uma apresentação daqui a pouco da 17ª Brigada e tem ainda dois oradores inscritos, que a gente seja objetivo para gente ouvir depois a apresentação do Coronel.

Pois não, concedido o aparte.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero só parabenizar, Deputado Laerte, por esse tema tão importante e com certeza todos os Deputados que apartearam falaram desse assunto e aí essa agonia não é só dos Deputados, não, é de toda população, todos os agricultores, principalmente quem está na agricultura familiar está desesperado porque a gente vê só notícia bonita. Inclusive nós aprovamos aqui nesta Assembleia o projeto que o Estado paga o juro, 100%, que o pessoal pode ir no banco buscar o recurso que o Estado paga. Esses dias eu pedi para o Secretário me fornecer e eu gostaria até... Eu vou fazer um Requerimento para esta Casa, para que forneça quanto foi pago até hoje, que a maioria dos que fizeram o projeto foram para o banco e o banco cobrou dos produtores porque o Estado não pagou.

Então, eu quero saber, porque nós não podemos viver só de fantasia e a Secretaria de Agricultura para comprar o calcário de uma emenda minha desde abril do ano passado, ainda não deu conta de comprar até agora, me chamou lá quatro vezes, reuniu todo mundo junto com o Procurador, aí primeiro era o calcário, depois pediu para mudar para o transporte, aí não tinha, já não tinha jeito: “*Não, está bom, muda para o transporte.*” Agora não pode mais para o transporte, aí é para passar para Emater. Então, pelo amor de Deus, ninguém se entende...

O SR. LAERTE GOMES – Aonde não tem gestão...

O SR. ADELINO FOLLADOR - A Secretaria de Agricultura tem que dar uma atenção maior para o setor produtivo, que é onde dá lucro, hoje o café é um dos que mais arrecadam no Estado de Rondônia, porque quando se fala dos outros segmentos que têm isenção, o café está pagando imposto. Hoje, investir na agricultura não é gasto, é investimento, é o retorno assegurado e eu tenho certeza que isso vai melhorar muito a economia do Estado de Rondônia. Precisa com certeza uma atenção especial, uma mínima, não falo nem especial, porque eu acho que quando a gente pede especial parece que está sendo feito normal e está querendo mais, o mínimo de respeito com agricultura familiar. É muita fachada, essas agroindústrias também estão faltando apoio, tem muita gente que fez, as agroindústrias, os produtores fizeram o prédio, estão esperando equipamento há mais de três anos e não chegou, cinco milhões que estavam previstos para o PIDISE e até hoje não chegaram esses equipamentos. Então, eu quero deixar aqui, parabenizar o Deputado Laerte por esse pronunciamento nesta Casa hoje, muito importante. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV – Um aparte, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Aécio.

O Sr. Aécio da TV – Eu quero só fazer um pequeno comentário, Deputado Laerte, porque aconteceu comigo o ano passado, nós fomos procurado aqui pela Presidência, inclusive pelos moradores do setor chacareiro aqui do Militão, cerca de quinhentos a setecentos pequenos produtores, que o Deputado Ribamar conhece tão bem, Deputado Ribamar, e que são pequenos chacareiros que têm suas hortas, produzem leguminosas, produzem hortaliças, produzem verdura aqui em volta de Porto Velho, e precisavam desesperadamente de calcário. Fui procurado, se eu não tinha como colocar uma emenda. Coloquei uma emenda de cento e vinte mil reais para transporte, já que o Governo dava o calcário, só para pagar o transporte era em torno de mil e quinhentas toneladas de calcário. Os recursos ficaram lá até o final do ano, a Secretaria de Agricultura não teve competência de fazer uma tomada de preço, em seis meses, em seis meses para fazer uma tomada de preço para transportar mil e quinhentas toneladas de calcário, e eu fui obrigado no final do ano, para não perder o recurso, transferir esse recurso para empenhar no DER, quando chegou em dezembro, para não perder o recurso, a emenda, eu transferi porque eu não consegui empenhar lá Secretaria de Agricultura, porque não conseguia fazer tomada de preço.

Nós sabemos que, infelizmente, colocar emendas na Secretaria de Agricultura é jogar fora, você vai perder seu recurso, não adianta, com aquela estrutura que tem ali, não funciona, e nós sabemos que se não houver programas não acontece nada. Há cerca de doze anos, nós tínhamos aqui o Pro-Leite. Quando ele iniciou, eu era Presidente da Associação dos Supermercados de Rondônia, fazia parte do Programa, em poucos anos foi assim: *“Olha, Rondônia subiu de uma vez só, passou a ser o primeiro colocado de produção de produtos lácteos da região Norte.* Daqui a pouco o Programa foi mur-

chando, murchando, os tourinhos, a genética, a inseminação foi parando, parando, já perdemos um monte da produção de leite, estamos em queda livre.

O SR. LAERTE GOEMS – 20% de queda.

O Sr. Aécio da TV – Já perdemos 20%, estamos em queda livre.

O SR. LAERTE GOMES – Parece.

O Sr. Aécio da TV – E se não voltar a haver investimento, não adianta, o que acontece na agricultura aqui é por iniciativa dos produtores, Programa da Secretaria de Agricultura não acontece, infelizmente.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Deputado Laerte, eu só gostaria também de compartilhar aqui com Vossa Excelência, parabenizar pela fala tão importante que Vossa Excelência traz aqui neste dia. E só dizer que, como está dizendo o Deputado Aécio da TV, eu também, Deputado Aécio, eu perdi já mais de dez Projetos e emendas minhas na Secretaria de Agricultura, parece que nós temos um Secretário que parece que ele ainda não entendeu a importância da Secretaria de Agricultura, a pasta que ele exerce no contexto econômico do Estado. Na verdade, muito ausente a Secretaria de Agricultura de atender o nosso produtor rural, que o pilar de sustentação da nossa economia é a agricultura do Estado.

Então, parabéns, Deputado Laerte Gomes, pelo discurso, um assunto tão importante que Vossa Excelência traz à tribuna desta Casa. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES. – Obrigado, Deputado Edson. Vou finalizar aqui o discurso, se Vossa Excelência me permitir. Eu coloquei agora e aí já coloquei na Emater, já estou também com medo de perder com o anúncio de Vossas Excelências uma emenda...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Eu acho que Vossa Excelência pode tirar, colocar em outra Secretaria que é muito provável que vai perder seus recursos.

O SR. LAERTE GOMES – Uma emenda de... Mas conversei com o Luiz Gomes, vou conversar com o Governador, uma emenda para aquisição de quatrocentas mil mudas de café clonal. E eu disse em uma reunião, no encontro de cafeicultores que teve em Alvorada d'Oeste, há uns dias, na linha 104, eu disse que se eu colocasse essas mudas da forma que é hoje, dando ao produtor, Deputado Adelino, ia perder mais da metade, porque ia morrer, porque o produtor hoje, o pequeno produtor não tem condições muitas vezes de ter acesso ao calcário, a uma análise de solo, ao financiamento da irrigação, se não tiver água ou poço artesiano, a tecnologia. Então, nós sentamos essa semana, semana passada, nós sentamos com o Gerente Regional da Emater de Ji-Paraná, de Assis, o Gerente Regional da Emater de São Francisco, Luciano, e o Gerente local, Deputado Lazineho, o Geovani, que o senhor conhece no

município de Alvorada. E fizemos juntos, nós quatro, criamos um modelinho de um programa de cafeicultura, colocamos até o nome 'Pré-Café', Programa de Revitalização Estadual da Cafeicultura. Com essas mudas, com essas quatrocentas mil mudas, Deputado Cleiton Roque, que nós colocamos, eu vou apresentar isso ao Governador, que nós colocamos para fazer aquisição para atender os produtores de Alvorada d'Oeste, numa área plantada de cento e vinte hectares, atendendo de um a dois hectares por produtor, com a média de serem beneficiados oitenta produtores com aptidão para cafeicultura que serão selecionados pela Emater. A previsão de calcário seriam duzentos e cinquenta toneladas, oito carretas a nove que o Governo do Estado e o Parlamentar, no caso eu, iria colocar. Análise de solo seria pela Emater, através da IFRO e da ULBRA, e a implantação pelo produtor, a preparação do solo, a irrigação, adubação. Junto com esse Programa, já buscando a linha de financiamento, inclusive até o gerente do Banco do Brasil esteve conosco, ele conheceu o Projeto do Basa e tem interesse de financiar os oitenta produtores em todo Programa. E aí eles fizeram umas contas lá junto com seu Antônio, que esteve junto, umas contas do resultado disso com dois anos, que seriam 80 sacas por hectare, que é uma média razoável, vezes 120 hectares, o município iria colher 9.600 sacas desse Programa, a média de R\$ 330, R\$ 350 o preço. Isso daria R\$ 3.360.000, divididos por 80 produtores, R\$ 42 mil de média para cada produtor, entre 01 hectare, 02 hectares. O custo de produção calculado, Deputado Edson, pela Emater, 35%, daria R\$ 27 mil de lucro para os produtores, dividido por mês, daria uma renda mensal de R\$ 2.250.000, e o mais importante, o efeito que isso daria na economia local.

Eu assisti uma entrevista essa semana, eu já vou concluir, Presidente, eu assisti, Deputado Léo Moraes, uma entrevista, Deputado Léo que está animado hoje, jovem, eu assisti uma entrevista com um Governador jovem também, e animado, de um Estado riquíssimo, que é o Mato Grosso, e na entrevista ele dizia que ia incentivar os produtores do Mato Grosso, principalmente os pequenos produtores a plantar no mínimo 01 hectare de café cada produtor. Criar um programa para isso. Olha a visão de um Estado do tamanho do Mato Grosso. Isso com certeza para gerar renda lá para os nossos produtores segurarem a família na propriedade, mas gerar arrecadação para o Estado, gerar arrecadação para o Estado. Hoje nós estamos reclamando que as receitas estão caindo, não é possível dar aumento para servidor para manter a máquina pública, nós temos que arrumar alternativa. Não adianta achar que a economia vai melhorar em dois anos, que não vai. Nós precisamos aproveitar o que nós temos de melhor, que é plantar, que é produzir. Nós somos um Estado produtor. Precisamos ter programas para que isso aconteça.

E eu tenho aqui, para concluir, Presidente, eu tenho sempre conversado com o Governador Confúcio e o Governador tem essa visão também. Ele tem essa visão. Agora, se um Governador precisar sair lá do seu gabinete, no edifício central, do CPA para ir lá à Secretaria de Agricultura, Deputado Adelino, criar programas de Governo para a Agricultura, não precisa de Secretário nenhum no Governo. A missão do Governador, e ele tem feito isso, é mostrar o norte: esse é o planejamento, essa é a necessidade. Agora, a responsabilidade de criar os programas e de efetivar as políticas públicas do Gover-

no é do Secretário, e na SEAGRI a gente percebe que isso não acontece. E nós podemos, finalizando, Presidente, nós podemos deixar passar o bonde da história e a grande oportunidade, que é na crise que as oportunidades acontecem, é nessa crise que Rondônia tem a grande oportunidade de daqui 02, 04 anos sair lá na frente, deixar de estar lá na frente, daqui a 03, 04 anos, porque infelizmente o Secretário de Agricultura do Estado não tem essa visão, Deputado Airton, infelizmente. Porque o que nós precisamos é ter um Estado forte e só vamos ter um Estado forte se investirmos na roça, na agricultura, produzir, plantar, gerar emprego e renda.

Obrigado, Presidente, pela tolerância do tempo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Deputado Laerte Gomes, pelo discurso tão importante.

O SR. LÉO MORAES – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LÉO MORAES – Na verdade, muito rápido. Só parabenizar pelo discurso do Deputado Laerte e por ter essa visão progressista, estabelecimento de metas, cronograma de trabalho e da cobrança que deve ser dada e feita em relação ao Secretário que ocupa essa função, como indicação, isso é uma extensão da credibilidade da confiança dada ao chefe do Poder. Então, é importante nós sempre lembrarmos o viés de grandes produtores que nós somos e cada vez mais otimizar essa produção, logicamente com inovação, como foi feito no Estado do Mato Grosso. Parabéns, Deputado Laerte, por trazer à baila esta discussão no nosso Plenário.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Excelência.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu quero...

O SR. LÉO MORAES – Deputado Edson Martins, pela ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não.

O SR. LÉO MORAES – Só pedir a suspensão da nossa Sessão Ordinária para uma breve apresentação da prestação de contas do Exército Brasileiro, através do General Costa Neves, que está aqui conosco, da emenda que todos nós apresentamos e auxiliamos para a construção do Memorial Rondon. É uma apresentação muito rápida e o General já se encontra no recinto.

Por gentileza.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Cleiton Roque, ele está dizendo... Eu queria só pedir a compreensão do Deputado para, se puder adiantar o tempo, que o Coronel já está esperando há algum tempo. É só suspender por 10 minutos.

O SR. CLEITON ROQUE – Como sugestão, Presidente, nós poderíamos continuar, eu utilizar a tribuna, que sou o último orador inscrito, e em seguida tem a reunião...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Tem mais. Tem o Deputado Airton também.

O SR. CLEITON ROQUE – Para mim sem problema. Pode ser.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Podemos suspender e voltar depois? Eu só gostaria de registrar a presença do Pastor Cássio e a Pastora Kelly, que são o pastor e a pastora da Casa de Davi. Parabéns pelo grande trabalho social e evangelístico que os pastores prestam aqui em Porto Velho. E gostaria também de registrar a presença do Vereador Edilson, do município de Ji-Paraná, também da Solange Pereira. Muito obrigado pelas presenças. E da Rosemeire que está acompanhando o Pastor Cássio e a Pastora Kelly. Agradecemos a presença de vocês. Muito obrigado.

Eu quero, Deputado Cleiton, eu só gostaria de agradecer a sua compreensão e também do Deputado Airton. E neste momento vamos transformar esta Sessão, ainda nas Comunicações de Lideranças, depois vai voltar aos oradores inscritos, que é o Deputado Cleiton Roque e o Deputado Airton.

Senhoras e senhores Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do inciso III do artigo 135 do Regimento Interno, para ouvirmos uma palestra que será proferida pelo General de Brigada sobre o Museu Marechal Rondon.

Vou passar a palavra ao Mestre de Cerimônias Lenilson Guedes, para que possa chamar o Coronel Maia, que vai apresentar e conduzir os trabalhos neste momento.

Com a palavra o senhor Lenilson.

(Às 16 horas e 28 minutos a Sessão Ordinária foi transformada em Comissão Geral)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado, Deputado.

Senhores Deputados e Senhora Deputada, convidamos então para entrarem em nosso Plenário o Excelentíssimo Senhor General de Brigada Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, e ao lado de Sua Excelência o senhor Deputado Presidente em exercício da Assembleia, Deputado Edson Martins, para compor a Mesa. Convidamos também o senhor Rodney Paes, Superintendente da SEJUCEL; convidamos o senhor Major Gustavo de Lima, para também compor a Mesa; o Rodney Paes, Superintendente da SEJUCEL.

Senhoras e senhores, o Major Gustavo de Lima dentro de instantes o Assistente do Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva vai apresentar a utilização de recurso empregado na instalação do Memorial Rondon proveniente da Emenda Parlamentar Coletiva.

Está presente também aqui o senhor Coronel PM Bonfim, Assessor Militar da Assembleia.

Senhor General, estão presentes aqui os Deputados Léo Moraes, Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Doutor Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Marcelino Tenório, Ribamar Araújo, Rosângela Donadon e Só Na Bença.

Senhor Deputado Edson, vamos começar com as palavras de Sua Excelência o senhor General de Brigada Costa Neves, que logo após passará a palavra para o Major Gustavo de Lima fazer apresentação.

O SR. RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES – Excelentíssimo Senhor Deputado Edson Martins, ora presidindo esta sessão, cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, cumprimento a todos os senhores Deputados aqui presentes; senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão.

A minha presença hoje aqui é uma presença rápida, mas é basicamente uma presença de agradecimento, e o assunto é Memorial Rondon.

A despeito do nosso Estado carregar esse nome desse magnífico cidadão, soldado do Exército Brasileiro à disposição da Pátria, o nosso Estado não tinha um local adequado para fazer uma homenagem ao trabalho deste ilustre brasileiro. E através de uma iniciativa que a 17ª Brigada de Infantaria teve, mas contando com o apoio da sociedade de Porto Velho e de Rondônia, nós conseguimos fazer o Memorial Rondon. Vários parceiros foram necessários para isso, e um dos parceiros que foi preponderante, fundamental para o êxito dessa empreitada foi a Assembleia Legislativa do Estado. E a nossa porta de entrada aqui foi o Deputado Léo Moraes, a quem eu agradeço sempre a gentileza de ter nos colocado em contato com a Presidência da Assembleia e ter nos permitido que fosse possível se concretizar esse sonho. Então, hoje, Rondônia tem o maior e mais completo acervo de Rondon do Brasil, nós temos aqui na nossa Capital. Isso graças à intervenção de vários atores da sociedade, e volto a enfatizar a atuação da Assembleia através de uma Emenda Coletiva que tornou possível a execução desse projeto. Essa emenda quando foi realizada não foi possível por questões administrativas da Brigada, a nossa Brigada fazer o empenho de acordo com a legislação em vigor deste montante. E aí, então a SEJUCEL, através aqui do nosso Superintendente, o Rodney, que foi um parceiro excepcional, foi quem conduziu o emprego, a licitação de todos os recursos da Emenda Parlamentar da Assembleia.

Então, a Brigada tinha o projeto do Memorial e a SEJUCEL foi quem conduziu a aquisição dos serviços e materiais. Então, eu quero agradecer, enormemente, ao Deputado Léo Moraes, a todos os Deputados, porque foi uma Emenda Coletiva. E por uma questão de respeito e consideração a esta Casa, aos representantes do povo de Rondônia, eu peço a paciência de Vossas Excelências para cinco minutos a gente fazer uma pequena prestação de contas, e considere isso um respeito, a todo respeito que esta Casa teve para com a 17ª Brigada e com a memória do nosso Marechal Rondon.

Então, eu não vou cansá-los com números, mas simplesmente prestar uma conta do recurso que os senhores encaminharam para o nosso projeto.

O SR. MAJOR GUSTAVO LIMA - Exmº Sr. Deputado Léo Moraes, Srs. Deputados, Exmº Sr. General Costa Neves, Superintendente Rodney Paes.

Então, dando prosseguimento à nossa apresentação, então esse é o objetivo da nossa apresentação, são os objetivos dar transparência ao processo de utilização dos recursos públicos que foram utilizados para implementar o nosso Memorial Rondon e comprovar os gastos que foram oriundos da emenda parlamentar que foram concedidos aqui pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Vamos seguir essa sequência simples, falar um pouco da emenda parlamen-

tar, dos recursos empregados, o recurso que foi devolvido e uma breve conclusão.

Então, a título de introdução, Senhores, eu acho que o General já colocou bem a importância do Memorial Rondon, porque ele foi idealizado, qual o benefício que ele traz como um todo para o Estado de Rondônia, e eu gostaria de destacar também a diversidade de órgãos que se envolveram para que esse projeto pudesse ser realizado. Então, desde a Assembleia Legislativa, que nos apoiou, o Governo do Estado através das suas Secretarias SEJUCEL, a SETUR, Ministério da Cultura e diversos órgãos que nos apoiaram para que nós pudéssemos atingir esse grande objetivo que é um legado que fica para o Estado. E a respeito da emenda parlamentar, ela foi essencial para a realização do projeto, é claro que foram recursos de outras fontes, tivemos Lei Rouanet, mas todos os recursos empregados foram de acordo com as exigências do Ministério da Cultura e foram de acordo com a legislação vigente para cada setor desses recursos. E aqui da Assembleia Legislativa essa emenda parlamentar nos brindou com R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais). Dentro do emprego dos recursos, eu vou apresentar para os senhores de acordo com cada natureza de despesa. Então, dentro do recurso da ND 39, que é emprego de serviços, nós contratamos a empresa especializada para o serviço de manutenção de bens móveis, o valor total desse empenho foi de R\$ 20.900,00 e aí para cada empenho desse eu vou deixar o número do processo e o número da nota fiscal que nós temos também uma cópia em papel para os que quiserem consultar.

Ainda dentro da ND 39, serviços, tivemos contratação de empresa para instalação de vidros no valor de R\$ 70.315,20, também com o número do processo e o número da nota fiscal, que fica disponível para os senhores. Prosseguindo na ND 39, empresa especializada em serviço de instalação elétrica para que pudesse fazer, foi refeita toda parte elétrica da estrutura lá porque não tinha capacidade para os ares condicionados, não comportava o material que precisava ser ligado, então foi refeita toda parte elétrica e o valor total foi de R\$ 85.502,00, esse é o número do processo e a nota fiscal 244 que fica à disposição dos senhores.

Prosseguindo na parte de serviços, serviço de pintura no valor de R\$ 38.820,81, nota fiscal nº 105 e esse é o número do processo que fica para os senhores. Ainda tivemos a contratação de empresa para fornecimento de hospedagem e alimentação para alguns que foram transportados aqui para o Estado de Rondônia no valor de R\$ 32.521,80.

O SR. GEN. COSTA NEVES - De Lima, só um momento. Senhores Deputados, Deputada, pode parecer, transporte é porque a empresa que fez o Memorial é a Memória Civelli, é uma organização que é creditada junto ao Ministério da Cultura para realizar projetos dessa magnitude, aliás tem até os direitos autorais sobre esse memorial, e então esses foram deslocamentos das equipes especializadas em montagem de exposição para Porto Velho.

O SR. MAJOR GUSTAVO LIMA - Sim, Senhor. Dentro da ND 39 autorizada pela Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão, nós tivemos a transferência de um recurso

de R\$ 21.000,00 da ND 39 de Serviço para ND 33 que foi aquisição de passagens.

Na ND 52, Senhores, essa ND é material permanente, aquisição de material permanente, então para aquisição de material permanente nós gastamos R\$ 4.133,32 na aquisição de 02 bebedouros industriais. Na ND 33, que é aquisição de passagens, nós tivemos esse valor que foi empregado, destacando que os 21 mil reais foram da transferência em remanejar os ND 39 e tivemos aí esses dois processos e diversas notas fiscais, por isso nós não colocamos o número, mas são diversas notas fiscais que ficam à disposição dos senhores para consulta.

E antes de finalizar, deixar aqui explícitos todos os valores para que os senhores possam entender, nós mostramos lá os números dos processos, das notas fiscais, mas o quadro de valores explícito é esse que está aí exposto para os senhores. Então, os recursos foram empregados dessa forma, na ND 39, que é Serviço, o valor liberado ficou em duzentos e oitenta e sete mil, foram utilizados duzentos e cinquenta mil, cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos e devolvidos dessa ND trinta e seis mil, novecentos e quarenta reais e dezenove centavos.

Na ND 52, que é Aquisição de Material Permanente, foi liberado sessenta mil, nós só utilizamos quatro mil, cento e trinta e três reais e trinta e dois centavos, que foi para aquisição dos bebedouros e o recurso devolvido é exatamente cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos.

E na ND 33, que é Aquisição de Passagens, foi liberado um valor de sessenta e um mil no total, nós gastamos sessenta mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e um centavos e devolvemos quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos.

Do total da Emenda Parlamentar que foi de quatrocentos e oito mil reais, nós empregamos, com o apoio da SEJUCEL, trezentos e quatorze mil, seiscentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos, sendo devolvidos, através da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento de Gestão, noventa e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos.

Então, senhores, a despeito do recurso devolvido, então nós tivemos o término do exercício financeiro, isso não permitiu que nós déssemos prosseguimentos em algumas necessidades que ficaram pendentes no Memorial Rondon e ainda temos essas necessidades que são materiais de escritório para montagem da administração e aquisição do retroprojetor para sala de vídeo que nós estamos utilizando um que é da Brigada, mas que não faz parte do acervo do Memorial Rondon.

E a título de conclusão, senhores, antes de devolver a palavra para o nosso General Costa Neves, eu gostaria de destacar aqui para os senhores a importância do Memorial Rondon para o Estado como um todo. Então, é como o General falou, é um acervo cultural de suma importância para destacar não só o herói que foi Rondon como o Estado como um todo.

Então, a 17ª Brigada de Infantaria de Selva ela tem uma relação forte com a cultura da região. Então, nós sempre procuramos trabalhar em conjunto e para divulgar cada vez mais a cultura de Rondônia. Foi uma perfeita integração com

a SEJUCEL, e aqui ficou o agradecimento para o Dr. Rodney Paes que nos ajudou e nos apoiou completamente. E deixar claro que nós estamos aqui porque a transparência é uma marca da nossa Brigada. Então, é de suma importância que isso seja feito e estamos aqui para deixar isso bem claro.

E concluo dizendo que é um legado do Estado, não é um legado da Brigada, não é um legado da SEJUCEL, é um legado do Estado de Rondônia que fica para o Estado e que fica para que nossa população possa visitar e possa adquirir cada vez mais, absorver cada vez mais a cultura da região e saber um pouco mais a respeito do nosso herói que foi Rondon.

O SR. GEN. COSTA NEVES – Obrigado, De Lima.

Então, Deputado Léo Moraes, como eu disse, a minha vinda aqui é simplesmente mesmo para agradecer aos representantes do povo por essa brilhante iniciativa e esse apoio fundamental para que o Estado agora pudesse contar com o memorial da qualidade que nós temos, um memorial aprovado por todos os critérios de qualidade do Ministério da Cultura, como eu disse, é o maior e mais completo acervo de Rondon do Brasil agora nós temos no Estado de Rondônia.

Agradeço enormemente ao Rodney pelo trabalho incansável, que todos os empenhos, de acordo com a Lei, foram feitos pela SEJUCEL, e mostrar um pouco, para dar essa transparência dos recursos que nos foram alocados. E como foi colocado, o que nós não empregamos devolvemos para Assembleia, e também, sempre a gente agradece, mas sempre a gente perde um pouquinho, é só lembrar a todos nós rondoniense, todos nós, que é um legado que nós não podemos deixar se perder no tempo.

Então, nós precisamos colocar as nossas crianças, as nossas escolas para frequentar e conhecer uma sinalização na cidade que indique aos turistas que vêm a Porto Velho aonde fica o Memorial, é oportunidade de acrescentar às riquezas turísticas da nossa região o Memorial Rondon e tudo isso somente foi possível pela parceria da 17ª Brigada de Infantaria de Selva com todos os setores da nossa sociedade. E hoje venho aqui em especial agradecer a Vossas Excelências, os dignos representantes do povo rondoniense por este apoio. Muito obrigado aos Deputados, muito obrigado ao Deputado Léo Moraes, que nos abriu as portas aqui da Assembleia.

Muito obrigado.

(Às 16 horas e 46 minutos o senhor Edson Martins passou a Presidência ao senhor Léo Moraes)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passo a palavra aqui para o nosso Superintendente da SEJUCEL, Rodney Paes.

O SR. RODNEY PAES – Boa tarde a todos. Cumprimentar ao Excelentíssimo Deputado Léo Moraes, que neste ato preside esta Sessão, em seu nome cumprimentar todos nobres Deputados desta Casa; cumprimentar o General Costa Neves, que considero hoje, o respeito que tenho pelo General, mas considero um amigo que aprendi a respeitar e a considerar durante esse período que estivemos juntos. Quero, General, neste momento, cumprimentar o Marcelo, nosso funcionário que está aqui, o Marcelo e a Madma, que forma guerreiros nesse projeto, que estiveram juntos aqui prestigiando também. E iniciar,

Deputado Léo, que neste momento, em nome dos Deputados, parabenizar esta Casa pela sensibilidade de quando foi procurada pela 17ª Brigada de disponibilizar este recurso para que pudesse estar acontecendo e alcançar esse objetivo, foi de suma importância. Demonstra o comprometimento de Vossa Excelência, demonstra o comprometimento desta Casa com a cultura e com a história do nosso Estado.

Então, parabenizar a sensibilidade de todos os Deputados que se envolveram, e a equipe da SEJUCEL que se dedicou, que realmente foi uma novidade, o General sabe muito bem disso, o recurso sairia direto para a 17ª Brigada, na última hora não deu certo, nós tivemos que executar e tudo foi construído junto com a PGE, mas dentro da legalidade, da maneira que vocês fizeram aqui hoje, meus parabéns pela transparência e a valorização do dinheiro público. E confesso aos senhores que no dia da inauguração nós realmente entendemos a importância, que cada vez que se falava de Rondon, cada dia a gente aprendia um pouquinho mais, cada dia a gente admirava mais pelo que representa Rondon não só para o Estado de Rondônia e para o Brasil e para o mundo. E a gente fica feliz de ver a 17ª Brigada, na última hora não deu certo, nós tivemos que executar e tudo foi construído junto com a PGE, mas dentro da legalidade, da maneira que vocês fizeram aqui hoje, meus parabéns pela transparência e a valorização do dinheiro público. E confesso aos senhores que no dia da inauguração nós realmente entendemos a importância, que cada vez que se falava de Rondon, cada dia a gente aprendia um pouquinho mais, cada dia a gente admirava mais pelo que representa Rondon não só para o Estado de Rondônia e para o Brasil e para o mundo. E a gente fica feliz de ver a 17ª Brigada, de ver o Exército Brasileiro que tem a responsabilidade de proteger a nossa Pátria, de estar defendendo a nossa Pátria e também preocupado com a nossa história, preocupado com a nossa cultura, e isso eu desconhecia, e hoje está cada vez mais eu admiro essa instituição que já era respeitada e é respeitada no país e agora tem mais a nossa admiração pelo que tem feito pelo nosso Estado e pelo nosso país.

E eu só vim aqui mesmo para poder externar esse prazer de poder ter trabalhado junto com vocês, de parabenizar esta Casa por ter realmente sensibilizado e ter apoiado, com a SEJUCEL também tem muito a agradecer aos Deputados que tem nos apoiado, tem estado conosco. E dizer, General, parabéns, que Deus continue abençoando e que realmente esta instituição continue a nos representar como tem representado no país.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer de forma cortês como o General veio até esta Casa Legislativa e que sirva de exemplo, lição e não poderia ser de outra instituição senão o Exército para que de repente todas as entidades possam fazer a devida prestação de contas, que essa mensagem ela é representativa na administração pública que não pode ser vista, via de regra não pode ser praticado. Parabéns. Para-

benizar também o Superintendente Rodney pelo grande trabalho que vem fazendo à frente do Esporte, da Cultura, da Juventude do Estado de Rondônia, e logicamente convidar a todos os Deputados para que possam visitar, afinal vocês também são autores dessa grande obra que ficará para a posteridade e de fato marco para as nossas raízes, para a nossa história, é um legado que fica fruto da atuação afirmativa do Exército Brasileiro, 17ª Brigada.

Muito obrigado mais uma vez e fiquem com Deus.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Encerrada a Comissão Geral, retorna aos trabalhos ordinários.

(Às 16 horas e 49 minutos encerra-se a Comissão Geral)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Agradecer o General de Brigada Costa Neves, Superintendente da SEJUCEL, Rodney Paes, Coronel Bonfim, a todos o nosso muito obrigado. Retornamos aos trabalhos normais desta Casa, após encerrar esta Comissão Mista.

Nas Comunicações de Lideranças, com a palavra, por vinte minutos, com apartes, o ilustre Deputado Cleiton Roque. Mas antes eu gostaria de registrar a presença da Vereadora Augusta, de Mirante da Serra. Muito obrigado à Vereadora e a todos. Muito obrigado.

Com palavra o ilustre Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado, Senhor Presidente. Quero em seu nome cumprimentar a todos os demais Deputados e Deputadas aqui presentes, aos funcionários, ao público que acompanha esta Sessão pela galeria da Assembleia Legislativa, e em especial ao nosso amigo Nelson, que é o Diretor local da SEDAM em Pimenta Bueno, está visitando aqui a nossa Capital, veio visitar a SEDAM, fazer os encaminhamentos de suas ações lá em Pimenta Bueno, quero agradecer pela presença aqui. Da mesma forma, o Marcondes Carvalho, o ex-Prefeito de Parecis, acompanhado aí dos Vereadores Marcão de Carvalho e o Marcão da Capa 8, os dois que fazem a dupla dinâmica na Câmara de Vereadores de Parecis, estão acompanhados da jovem liderança, o Buiú, filho do ex-Vereador Merinho. Agradecer pela presença, em nome deles cumprimentar todos os demais senhores e senhoras aqui presentes, tem um grupo de funcionários da Junta Comercial do Estado de Rondônia que está aqui também, senhor Presidente, tem uma matéria que nós estamos solicitando a inclusão na Ordem do Dia, já quero fazer de maneira formal o requerimento, solicitando a inclusão da deliberação da Mensagem 049 que trata de uma alteração no Plano de Carreiras e Cargos de Remuneração dos Servidores da Junta Comercial do Estado de Rondônia. Chegou no começo de março uma matéria, mensagem 021, que estava tramitando, passou pela Comissão de Justiça e Redação, porém ela já tem o parecer favorável e sofreu um substitutivo, chegando na Casa aqui dia 02 de abril. Então, eu peço a Vossa Excelência, já está em comum acordo com os membros da Comissão de Justiça e Redação para que essa matéria entre na Ordem do Dia de

hoje, para que seja votada e aprovada e a gente atenda aí o apelo dos funcionários da equipe que está aqui presente da Junta Comercial que realmente tem feito um grande trabalho no Estado de Rondônia.

Senhor Presidente, eu quero aproveitar a presença das lideranças de Parecis, do nosso companheiro Marcondes que trava uma luta constante, desde a época que era Prefeito daquele município, com a regularização urbana, uma regularização fundiária, Deputado Ezequiel Júnior, urbana naquele município. A gente sabe que Parecis é um dos menores municípios em termos populacionais do Estado de Rondônia, porém é um dos maiores em termos de tamanho, de dimensão geográfica e aí a gente acompanhou durante o período em que o jovem Marcondes Carvalho presidia, liderava e era o Prefeito daquela cidade, na luta pela regularização junto ao INCRA, que fosse destinada a área para regularização fundiária, realmente no final do seu mandato concluiu a liberação do INCRA, passando para o município toda área urbana, que é um anseio ali de todas as lideranças, de toda população, de todos os comerciantes, a Associação Comercial acompanha diariamente o andar desse processo que já se arrasta há mais de 04 anos pelo Executivo Municipal, pelo Executivo Estadual, um convênio para deliberação do recurso e lá ser concluída a regularização fundiária. A gente sabe que tem toda uma luta de um grupo de Vereadores naquela Casa, poderia acrescentar aqui o Paulo César, há vários outros Vereadores daquela Casa também que batalha e quer que seja concluído o quanto antes a regularização fundiária.

Nós sabemos que quando você entrega um título definitivo, Deputado Laerte, e esse título ele tem poder de escritura pública, o patrimônio mais que dobra, a propriedade, ela praticamente multiplica o valor comercial, além, de trazer uma segurança jurídica à família, uma segurança jurídica ao proprietário, e nós trabalhamos, nós lutamos para que seja concluído o quanto antes a regularização fundiária. E tem aqui na Casa, Deputado Laerte, o Deputado Airton e aí eu quero também, assim como fiz o apelo e o pedido aos companheiros e tenho certeza do apoio que receberemos para aprovação do projeto que atende a categoria, os funcionários da Junta Comercial, gostaria de fazer um apelo também aos meus companheiros, fiz isso ontem no nosso grupo do whatsapp para que nos ajude a aprovar a matéria que chegou também na segunda-feira aqui, que trata da criação do projeto atividade e da locação do recurso de uma emenda individual de nossa autoria na ordem de cento e trinta e dois mil reais para Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia, a SUDER, para atender ao pleito dos nossos companheiros, dos nossos amigos, das lideranças e da população do município de Parecis.

O Sr. Laerte Gomes – Um aparte, Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE – Cedo um aparte ao Deputado Laerte Gomes.

O Sr. Laerte Gomes – Só, nobre Deputado Cleiton, vou ter que dar uma entrevista, mas não poderia ir antes sem apartear Vossa Excelência. Primeiro, a questão da Junta Comercial, é mais que justo, Vossa Excelência já solicitou hoje pela manhã,

conversou com vários colegas, eu acho que sem problema, até porque a Junta Comercial tem feito um trabalho, tem avançado a questão da Rede SIM, não sei se está instalando ou já instalou, mas foi um avanço muito grande.

A questão da regularização fundiária que Vossa Excelência fala que tem um projeto, também a importância disso. Só do cidadão de fato e de direito, Deputado Ribamar, ele ser dono do seu terreno, da sua propriedade, da sua casa já é uma conquista dele. Então, eu acho que Vossa Excelência trata isso aí com muita sabedoria, acompanho o seu esforço, até na Comissão de Habitação quando Vossa Excelência vai participar conosco, cobrando a questão da regularização urbana, fundiária. Então, eu acho que não deve ter nenhum impedimento aí, a gente com certeza deve votar essas matérias.

O SR. CLEITON ROQUE – Agradeço, Deputado Laerte, pelo apoio. Na matéria da Junta Comercial, Presidente Edson Martins, tem um requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid, solicitando, requerendo informações sobre o Projeto de Lei. Aí numa conversa que nós tivemos com o Deputado Jesuíno, ele se comprometeu que no decorrer da sessão fazer a retirada do requerimento. A gente sabe do compromisso também que o Deputado Jesuíno tem com a questão do ponto de vista da legalidade, da transparência e essas buscas por informações é simplesmente para dar mais condições para que ele tome processo de decisão. E de fato solicitei que em virtude do apelo dos funcionários que já estão aí alguns meses sendo penalizado por essa falta de aprovação aqui da Casa, a gente solicitou e ele deve fazer no decorrer da Sessão. E aí, finalizando, quero de fato saudar toda a população do nosso querido município de Parecis, município promissor, tem uma capacidade de crescimento muito grande, a gente sabe da importância que esse recurso de cento e trinta e dois mil vai para contribuir principalmente pela segurança jurídica, além de trazer condições para que o proprietário vá numa instituição bancária, Deputado Edson, e possa financiar uma reforma da sua casa, pode negociar a venda ou a compra de um imóvel com a segurança, com financiamento das instituições bancárias e a gente sabe o quanto esse Programa tem ajudado o Estado de Rondônia. Nós sabemos que o Governador Confúcio Moura, durante o primeiro mandato, ele entregou quase trezentos mil títulos urbanos para a população do Estado de Rondônia, e nós precisamos sim de uma maior celeridade, nós já estamos no segundo ano do seu segundo mandato e nós vimos uma série de dificuldades para que o Programa Título Já conseguisse avançar. E nós temos a certeza que no quesito especificamente o município de Parecis, após a aprovação desse Projeto de Lei, nós vamos conseguir resolver principalmente todo perímetro urbano daquele município que vai atender aos comerciantes, e a gente tem acompanhado os nossos companheiros tem acompanhado, tem passado para nós a cobrança dos comerciantes, da população em geral, da Câmara dos Vereadores, Marcão de Carvalho e Marcão da Capa Oito, a gente sabe o quanto vocês têm sido cobrados naquela Câmara de Vereadores, e nós aqui na Assembleia Legislativa trabalharemos para aprovar essa noite esse Projeto, e faremos o acompanhamento diário até a liberação, depósito desse recurso que pode parecer que não seja muito, não é muito do ponto de vista comparado ao orçamento do Estado, mas nós sabemos a diferença

que vai fazer a população de Parecis. E foi um compromisso que firmei no período de campanha, e nós nesse momento queremos cumprir e honrar com a nossa palavra levando esse benefício que a gente sabe da importância que tem para o município de Parecis. Lá nós sabemos da instalação de uma grade usina de calcário do empresário César Cassol, tem sido realmente um empreendimento muito importante para aquele município, levando desenvolvimento, levando de fato riquezas para um dos municípios mais distante do centro administrativo do Estado que é nossa Capital Porto Velho, então, eu peço apoio aqui na presença dos nossos companheiros, na aprovação desses Projetos.

Finalizando, Senhor Presidente, dizer da nossa preocupação conforme os nossos companheiros que nos antecederam aqui falando desse momento de dificuldade que vive o País, nesse momento de crise que passa a nossa nação e que o Estado de Rondônia, ainda tem conseguido manter as contas em dia, pagamento do funcionário em dia, pagamento dos fornecedores em dia.

No sábado pela manhã, antes de me deslocar para o município de Alto Alegre dos Parecis, mandei um áudio pelo WhatsApp para o nosso Governador, manifestando a minha preocupação, manifestando o sentimento de querer fazer mais, buscando juntamente com a equipe do Governo do Estado, juntamente com os meus nobres companheiros da Assembleia Legislativa, que a gente possa nesse momento encontrar soluções, Deputado Ribamar, encontrar caminhos para que o Estado de Rondônia não passe por situações como estão passando Estados que já tiveram a sua saúde financeira consolidadas, como é o caso do Estado de Rio de Janeiro, onde os pensionistas e parte dos funcionários da ativa daquele Estado ainda não receberam o seu salário de março. Passei um áudio para o nosso Governador, conversei com ele, ele retornou dizendo realmente dessa preocupação. Quando cheguei a Alto Alegre dos Parecis, primeira conversa que tive com os Vereadores lá, Deputado Ribamar, que o município de Parecis, de Alto Alegre dos Parecis, é vizinho do município de Parecis, Alto Alegre é um dos maiores produtores de café do Estado de Rondônia, e eu lá tive a informação de que o Executivo Municipal não conseguiu efetuar o pagamento dos salários dos servidores do mês de março. E aí aquilo só deixa a gente ainda muito mais preocupado, querendo que essa crise política instalada no nosso país acabe, passe, está aqui o Prefeito Abadias, que vive diariamente a sua dificuldade naquele município, a gente sabe o quanto tem sofrido com a falta de recurso que recai aí? Nas contas dos pequenos municípios brasileiros e especialmente rondonienses. E o que eu desejo de coração é que de fato essa crise acabe, que ela, essa crise política, porque a econômica tem sido prejudicada também pela política, está na hora do nosso Congresso Nacional deixar com que os órgãos de fiscalização, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, enfim, Polícia Federal, cumpram o seu papel que é de fiscalização, e fiscalização permanente, e que o Congresso Nacional passe a debater temas extremamente importantes para a vida da nossa população, porque quem está sofrendo hoje, Deputado Airton, é a nossa população, é o pequeno produtor, é o pequeno comerciante.

Eu estou aqui de posse com um relatório estatístico consolidado da Junta Comercial, onde demonstra claramente o

recuo na abertura de empresas no exercício de 2016, é percentual que nós ficamos muito preocupados, no caso de constituição é um recuo de mais de 48% dos números de aberturas comparado ao ano de 2014, 2015, na alteração se recua em torno de 64% no total entre 2014, 2015, 2016, enfim. Então, a gente sabe que é preciso medidas e essas medidas elas serão dolorosas para a população brasileira e nós temos a ciência de que as medidas que deverão ser tomadas vão doer principalmente aonde está agora, as que recaem toda a cobrança de encargos trabalhistas, encargos sociais e encargos tributários, Deputado Marcelino, mas a reforma precisa ser feita. Então, está na hora de o Congresso Nacional, meu companheiro Deputado Só Na Bença, tomar e definir, acabar com essa situação, não é uma discussão de quem está certo ou quem está errado, é preciso neste momento se ter maturidade política para saber que o país precisa voltar a caminhar e discutir os projetos que são de interesse em nível nacional. E disse ao nosso Governador: - Governador, é preciso que a equipe do Governo do Estado, é preciso que aqueles órgãos que têm como função fiscalizar, têm função conter determinados avanços, também entendam que o País passa por um momento difícil e está chegando em nosso Estado. Nós precisamos que os técnicos estaduais batam na porta do empresário para também levar condições para que não fechem, não demitam, não aumentem ainda mais essa dificuldade. Nós não podemos permitir que órgãos como a SEDAM, por exemplo, amplie a fiscalização em um momento extremamente difícil como esse que nós estamos passando.

O Sr. Aécio da TV – Um aparte, Deputado?

O SR. CLEITON ROQUE – Deputado Aécio, eu cedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Aécio da TV – Eu só queria abrir um parêntese, eu sei que o tema que Vossa Excelência levantou é outro, mas como Vossa Excelência tocou num assunto pertinente, quando o senhor fala sobre o problema que o Brasil passa, que chegou em Rondônia, não tem como negar. Nós tivemos, Deputado Cleiton Roque, essa semana, a divulgação na *Folha de São Paulo* sobre as cinquenta cidades que mais demitiram. Nós tivemos mais de 300 mil pessoas que perderam seus empregos nesse primeiro trimestre do ano, janeiro, fevereiro e março. E fazia o levantamento das 50 cidades que mais demitiram e as 50 cidades que mais contrataram. A cidade que mais demitiu também é proporcional à sua população, o Rio de Janeiro demitiu 32 mil pessoas, está passando uma crise muito maior do que São Paulo; São Paulo foi a segunda, com 30 mil demissões; Belo Horizonte foi o terceiro, com 14 mil. Nós ficamos em quadragésimo lugar, mas nós tivemos um volume de 2.484 demitidos em Porto Velho. Isso representa muito mais do que os 30 mil de São Paulo. Isso representa muito mais do que os 32 mil do Rio de Janeiro, pela proporção, proporcional à população, ou seja, nós tivemos, ontem, com tudo que aconteceu ali no SINE por causa do anúncio e durante todo o final de semana um espelho, uma mostra de que a crise chegou, principalmente em Porto Velho. E nós temos que ter muito cuidado. Eu acredito que o nosso País vai voltar para o rumo. Não dá mais, está ingovernável, não tem governabilidade, não tem a menor con-

dição de continuar o Governo que aí está. Eu acredito que nas próximas duas, três semanas vai ser afastado e esperamos que haja uma coalizão, uma mobilização, pelo menos para retomar a confiança e parar de cair. Tivemos uma queda de 8,2% na arrecadação do Governo Federal, no primeiro trimestre do ano de 2016, em cima de uma arrecadação que já foi superbaixa em 2015. Ou seja, caiu em cima do que já estava caindo muito. Então, a situação não é boa, é delicada. O que Vossa Excelência está levantando é pertinente, é momento de cautela, se apertar, do jeito que já está apertado, a coisa fica pior.

O SR. CLEITON ROQUE – Com certeza, Deputado Aécio. E aí, baseado em todas essas dificuldades enfrentadas, e nós, na tentativa de contribuir da melhor maneira possível para que o Estado não passe por aquilo que outros estão passando, mas que nós também estamos tomando as medidas já tem algum tempo. O Governador Confúcio tem sido feliz quando, já há algum tempo, ele vem tendo, acompanhando diariamente, mensalmente a sua equipe econômica. E toda e qualquer discussão que envolva orçamento e finanças é passado por uma equipe que avalia de fato se tem condição. Então, essa preocupação é que nos mantém hoje, o único Estado da Federação, Deputado Ezequiel Júnior, em condição de arcar com a sua folha de pagamento e seus fornecedores, enfim, as suas obrigações em dia.

Mas também nós precisamos aqui buscar outras alternativas. O Deputado Laerte, quando utilizou junto, Deputado Laerte, Deputado Adelino, todos os demais Deputados que nos antecederam aqui levantaram um tema, e nós também temos trabalhado na ideia de construir alternativas, Deputado Ribamar, para que o Estado continue abrindo frentes de trabalho que possam fortalecer o nosso empreendedor, o nosso micro e pequeno empresário.

Foi lido hoje, se não foi lido hoje deve ser lido na sessão de amanhã, Projeto de Resolução de nossa autoria que cria a Frente Parlamentar em Defesa das Micros e Pequenas Empresas, para que nós possamos ter de fato aqui na Assembleia também uma Frente Parlamentar, Deputada Rosângela, debatendo, dialogando, buscando alternativa junto com a equipe econômica, junto com o SEBRAE, junto com as Federações, para que o Estado de Rondônia possa proteger os seus cidadãos, porque é obrigação do Governo, é obrigação dos Poderes constituídos defenderem a sua população em momentos de dificuldades como esse que vivemos.

Senhor Presidente, era isso que eu tinha para esta tarde. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Obrigado, Deputado Cleiton Roque. Parabéns pelo seu discurso. Eu já pedi que trouxessem o projeto que Vossa Excelência pediu para ser incluído na Ordem do Dia. Nós estamos nas Comunicações de Lideranças. Eu gostaria de registrar a presença do Vereador Mário Alberto, de Nova Mamoré, nosso amigo. Muito obrigado, Vereador. As demais pessoas que o acompanham e também o Luiz do Hotel que está aqui presente, Prefeito de Vale do Paraíso; o Prefeito Abadias, de Alto Alegre dos Parecis. Muito obrigado. Todas as pessoas que estão aí na galeria da Casa, muito obrigado.

Ainda nas Comunicações de Liderança, o Deputado Aírton é o último orador inscrito. Eu gostaria de pedir aos Deputados que pudessem estar vindo ao Plenário que após a palavra do Deputado Aírton Gurgacz nós passaremos à Ordem do Dia. Então, com a palavra o ilustre Deputado Aírton Gurgacz, por 20 minutos, com apertes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Ok. Boa tarde, senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas, colaboradores desta Casa; agradecer a todos que estão em nossa galeria, nosso Prefeito Luiz do Hotel e outros Prefeitos, outras autoridades aqui presentes, imprensa aqui.

Um dos assuntos que nos traz aqui para falar é da nossa realização dos Jogos Intermunicipais de Rondônia, JIR, que acontecerá em Ji-Paraná no mês de setembro, onde mais de 30 municípios vão enviar representantes para participar do evento que vai reunir mais de 2.900 Atletas. Então, é um evento que já foi feito sexta-feira passada, junto lá com o nosso Secretário da SECEL, esteve aqui o nosso Rodney, junto com o nosso Prefeito e os nossos Vereadores de Ji-Paraná, que também serão disputadas 16 categorias. E este ano terá como novidade o Futebol de Campo Masculino, e nessa modalidade que eu quero chamar a atenção, porque nós conseguimos aí nesse ano passado e está terminando agora no dia 30 a reforma do nosso Estádio Biancão aonde acontecerão esses Jogos Esportivos, Jogos de Futebol, Atletismo também que estará sendo feito dentro do Biancão, outras modalidades esportivas. O Estádio Biancão passou, depois de 15 anos, pela primeira reforma, onde o Governador Confúcio aí, ainda vice, nos autorizou, empregou-se lá R\$882.000,00. Um Estádio que é uma grande beleza e que estava todo destruído e a gente se entristece quando pega Governos, administradores, Secretários de Estado e que não cuidam do Patrimônio Público, que é onde o Biancão é da nossa população, é do nosso Estado de Rondônia, do povo de Ji-Paraná e é do esportista ji-paranaense. Acharmos bonito aqui o Coronel, General Costa Neves vir aqui fazer a explanação da prestação de contas do dinheiro que foi concedido aí para fazer o acervo do Marechal Rondon, aonde todos os nossos Deputados aqui desta Casa fizeram uma doação de R\$17.000,00 de Emenda. Então, se todas as entidades fizessem o que o General veio fazer aqui com toda a sua equipe, junto com o Secretário da SECEL, isso é bonito para nós. A população quer isso, transparência em tudo, que não sejam desviados dinheiros e recursos públicos. Então, é isso que nós queremos, que a gente espera que todas as outras entidades que recebem dinheiro que façam, que recebam recursos nossos, recursos da população que não é nosso. Nós somos aqui meros representantes da população do nosso Estado. Quem é dono do dinheiro, quem paga é o povo, quem paga esses impostos é a população, é o povo que está na rua, são os empresários que têm as empresas e que fornecem, nós aqui somos eleitos para conduzir, ajustar, cobrar, fiscalizar e ver onde está sendo empenhado o nosso dinheiro. Que é dinheiro público não é dinheiro do Confúcio Moura, não é dinheiro do vice-Governador, que não é dinheiro dos Deputados, mas sim da nossa população, dos nossos comerciantes que pagam muito e muito caro os impostos e como disse agora há pouco o nosso Deputado Cleiton Roque. As medidas que virão aí no próximo governo não serão medidas agradáveis, vocês podem ter

certeza, terão que ser medidas duras para que a gente possa vencer esse momento difícil de crise. Crises são passageiras, quer dizer, a cada ciclo as crises de 15 a 20 anos elas acontecem no nosso país. Eu estou com 60 anos e já passei por três, então por isso que eu falo. Os Estados Unidos já passaram aí uma crise em 2008 a 2010 muito difícil lá, com Barak Obama, mas conseguiram vencer. E nós temos certeza que também que havendo um novo Governo, havendo uma nova administração pública, saibam escolher os nossos Ministros para que as coisas possam acontecer de forma séria. Pegue pessoas boas, não peguem, de repente, há uma preocupação de pegar pessoas do partido político, mas peguem as melhores cabeças que nós temos neste país e coloquem nos Ministérios, porque tem gente boa, tem gente capaz neste país que pode, e pode ajudar o próximo Presidente a governar. Porque não adianta você ser um bom Presidente, mas ter Ministros ruins ou coisa parecida que esteja ao seu lado, não é, Deputado? Isso aí a gente sabe disso, Deputado Ribamar Araújo, que nós precisamos de repente não olhar partidos políticos, mas procurar as pessoas boas, cabeças competentes que possam ajudar e esquecer um pouquinho. Às vezes pega um cidadão porque é do partido lá e tal, mas não tem competência, coloca no lugar lá e as coisas não funcionam.

Então, é isso que a gente espera desse próximo Governo. Então, assim é nessa questão lá dos Jogos Regionais, o Biancão neste momento está nos ajudando, vai ajudar muito o JIR. Nós, na semana passada, há menos de 25 dias, arrumamos mais de R\$25.000,00 para uma Emenda, para acabar de arrumar a iluminação das torres lá do nosso Estádio. As peças, segundo Rodney que esteve aqui hoje, falou que já desceram todas as lâmpadas lá e os holofotes para que dia 30 agora o jogo do Ji-Paraná seja feito à noite, é um estádio que ficou maravilhoso, uma reforma, uma empresa séria fiscalizada que quando fomos lá fazer a abertura dos trabalhos lá, soltar a obra lá avisamos o empreiteiro 'o senhor trate de fazer um bom trabalho porque senão nós vamos ao Ministério Público e vamos à Polícia Federal', porque não pode, essa roubalheira tem que acabar neste país, não é possível, e aqui no Estado de Rondônia não podemos permitir que coisas dessa natureza venham acontecer.

Outro assunto é que eu quero também aqui destacar que teve nomeações de Juizes para Tribunais Federais Eleitorais, as nomeações foram publicadas na última quarta-feira, dia 20, no Diário Oficial da União. Dentre os nomeados, quero destacar aqui o Dr. Armando Reigota Ferreira Filho, da cidade de Ji-Paraná, que irá assumir o cargo de Juiz Substituto do TRE/Rondônia, trata-se de um profissional de alta capacidade, supercompetente, profissional do curso de Direito da ULBRA, já ocupou vários cargos públicos como Procurador do município, e tem seu pai que faleceu há pouco tempo, o Dr. Armando Reigota, um homem que trabalhou lá em Ji-Paraná por mais de 35 anos, deixou um legado muito bom na área de advocacia de Ji-Paraná, e temos aí agora a grata satisfação do Dr. Armando Reigota Filho ser nomeado como Juiz Substituto lá para o TRE do nosso Estado de Rondônia através do Governo Federal.

Então, isso é motivo de alegria porque nós conhecemos esse menino, é um rapaz que foi lá com seus 20 anos, hoje deve estar com uns 45, o Dr. Armando é um rapaz de uma

conduta ilibada, um rapaz fino, a esposa dele é nossa Secretária Municipal da SEMAS lá, a Sônia Reigota, que faz um grande trabalho, está há 12 anos na Secretaria a mulher do Dr. Reigota, vocês precisam de ver a capacidade, a influência, o tratamento que dá às pessoas que moram em Ji-Paraná, o carinho que ela tem com as pessoas de Ji-Paraná. Eu também tenho que dar os parabéns ao Prefeito Jesualdo por ter escolhido e ter mantido ela no cargo. Ela veio do Governo Bianco, veio da época de 08 anos da Prefeitura do Bianco e agora ela está lá junto com o Jesualdo fazendo um maravilhoso trabalho. Então, ela é esposa do Dr. Armando Reigota Ferreira Filho, que vai ser do Tribunal TRE, um rapaz de grande capacidade, como já falei, exerceu todos os cargos, tem uma conduta ilibadíssima dentro da cidade, eu o conheço há mais de 30 anos e é uma alegria muito grande para nós, sociedade de Ji-Paraná, para nos jiparanaenses, para nós que moramos há mais de 40 anos, ver essa situação aqui do nosso Dr. Armando Reigota Filho.

O Sr. Cleiton Roque - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. AIRTON GURGACZ – Com o aparte o Deputado Cleiton Roque.

O Sr. Cleiton Roque - Deputado Airton, quero parabenizar V. Exª pelo apoio que tem dado ao esporte, nós sabemos a importância que todo grupo Eucatur que ao longo desses anos tem sido um dos grandes apoiadores, senão o maior de todos apoiadores do esporte, principalmente o futebol rondoniense. E eu sei que desde que V. Exª chegou aqui as suas ações não é só no apoio ao esporte, vi o empenho de V. Exª para atender as Irmãs Marcelinas, até ficou realmente uma situação que nós precisamos rever e eu quero me juntar a V. Exª para ajudar no que for necessário para cumprir aquela indicação e aquele apoio de V. Exª para que o Executivo ajude ainda mais aquela instituição. E nós sabemos que no Estado de Rondônia hoje o quanto é difícil se fazer esporte e o quanto o futebol rondoniense, principalmente o futebol, tem encontrado na Eucatur capitaneado por V. Exª também juntamente com o Senador o apoio, se não fosse eu diria, o grupo Eucatur não estaria acontecendo o campeonato estadual de futebol profissional no Estado de Rondônia, e sem contar essa grande obra que foi executada no Biancão, a gente sabe que V. Exª como Deputado acompanhou desde o primeiro momento, esteve lá, apoiou de fato, correu atrás do recurso, colocou todo o prestígio que V. Exª tem neste Governo para que as coisas acontecessem e de tal forma aconteceu e Ji-Paraná que é a segunda maior cidade do Estado de Rondônia, a grande Ji-Paraná tem realmente dado orgulho ao povo rondoniense, está muito bem representada com V. Exª aqui na Assembleia Legislativa, feito um grande mandato. Quero parabenizar V. Exª pelo mandato e pelo pronunciamento na tribuna hoje. Muito obrigado.

O SR. AIRTON GURGACZ – Obrigado, Deputado Cleiton. Também nós tivemos lá agora uma corrida, além do esporte a gente tem se envolvido em outras atividades esportivas. Nós tivemos a 1ª Corrida de Saúde lá no município também feita pelo atleta competidor, o organizador 'o amigo' Vamberto Xavier de Barros que já disputou várias São Silvestres, ele é um homem que está com seus 55 anos, mas tudo isso é esporte e motivo

de saúde, então parabenizar também o Vamberto por esse grande trabalho.

Eu também aqui não quero deixar hoje, Presidente, de informar e dizer que a semana passada o jornal *Alto Madeira* completou 99 anos. Eu não estive presente, mas é um jornal que ajudou a fazer a nossa história, a família Euro Tourinho, todos os familiares, ano que vem, dia 15 de abril de 2017 completa 100 anos, uma empresa para viver 100 anos, estar de pé 100 anos tem que ter muita credibilidade, muito esforço, muitas crises financeiras devem ter passado. Porque eu estou no grupo Eucatur há 52 anos, sei também de momento que a gente passa dentro dessas empresas, tem momentos bons, momentos difíceis, mas eu quero aqui dizer da contribuição que o *Jornal Alto Madeira* deu para o Estado de Rondônia, contribuiu muito pelo crescimento, seu desenvolvimento, a sua cultura, a sua formação desde lá do início, há 99 anos, e hoje está aí junto com o Estado de Rondônia e ano que vem estará completando 100 anos de existência, é um dos jornais mais antigos em circulação no País, isso é motivo de orgulho para nós, Deputados, para nossa Assembleia, para o nosso Estado, acho que nós, no ano que vem, esta Assembleia, nós temos que fazer aqui, vamos ter que fazer aqui uma grande comemoração junto com o *Jornal Alto Madeira* para essa família dos Tourinho, que se dedicam, que não se entregam, que trabalham, que estão no dia a dia, claro que passam às vezes até por momentos difíceis, mas passam também por glórias e essas glórias são mais importantes do que as dificuldades que nós temos na vida. Então, por esses motivos e tudo, eu quero aqui agradecer e encerrar o meu pronunciamento, agradecer a oportunidade, ouviu, senhor Presidente, e agradecer a todos os colegas pela paciência de ter nos ouvido hoje. A todos muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Airton. Parabéns pelo seu discurso sempre apoiando o esporte do Estado de Rondônia. Eu hoje sei da dificuldade que os times profissionais têm atravessado, como já têm dito vários Deputados aqui, defendido o pagamento de uma Emenda, um valor de quinhentos e trinta mil reais, sabendo da importância para que possa desenvolver a prática do esporte profissional no Estado de Rondônia. O esporte no Estado de Rondônia, com certeza, precisa de apoio do Poder Público porque o esporte aqui não tem uma tradição de arrecadação para que possa sobreviver, por isso é importante dar esse apoio do Poder Público, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa.

Gostaria de agradecer e registrar a presença do Prefeito Abadias, Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis, nosso amigo. Muito obrigado, parabéns pelo grande trabalho lá do seu município e também o Prefeito Jurandir, Prefeito do PMDB, Presidente da AROM, grande trabalho prestado ao Município de Santa Luzia, parabéns, Prefeito Jurandir, muito obrigado pela sua presença.

Gostaria de convidar os Deputados que estiverem nos gabinetes ou que estiverem na galeria desta Casa que pudessem vir ao Plenário que nós vamos deliberar algumas matérias neste momento e eu gostaria de convidar que pudessem estar vindo ao Plenário.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário, ilustre Deputado Cleiton Roque, que proceda à leitura da Ordem do Dia.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 059/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID E DEPUTADO LÉO MORAES. Acrescenta dispositivo ao Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, que “Cria a Medalha do Mérito Legislativo, e dá outras providências”.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO 062/16 DA MESA DIRETORA. Altera o artigo 2º-A da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar e dá outras providências”.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Altera e dá nova redação ao art. 27-A da Lei nº 688, 27 de novembro de 1996 e dá outras providências.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia a Frente Parlamentar Permanente em Apoio à Micro e Pequena Empresa.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Institui o mês de “Maio Amarelo”, a ações preventivas de redução de acidentes de trânsito, no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender à população.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Alto Paraíso – ACIAP, no município de Alto Paraíso/RO.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Declara de Utilidade Pública a Associação Abraço, com sete no Município de Jaru, Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao surto de Microcefalia associada ao vírus Zika e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Dispõe sobre o fornecimento gratuito de repelente contra o mosquito *aedes aegypti* e dá outras providências.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Susta a aplicação do artigo 1º da Resolução da Diretoria da Companhia de Água e Esgotos de Rondônia nº 038/DIREX/2015, que estabelece a alteração da Estrutura Tarifária, corrigindo o percentual da tarifa de esgoto para 100% do valor

da tarifa de água quando houver a Coleta e Tratamento do Esgoto.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), pedido de informações se há algum tipo de programação em atenção às Leis Ordinárias 3617/2015 e 3552/2015, a primeira que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às pessoas com Epilepsia, e a segunda que institui a semana de estudos sobre a epilepsia e suas manifestações neuropsiquiátricas e viscerais no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que seja solicitada informação a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia no que tange aos exames de ressonância magnética, tomografia computadorizada.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Executivo qual compensação financeira das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau, destinadas ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que seja solicitada por escrito ao Comando da Polícia Militar do Estado de Rondônia no que tange a dar esclarecimento sob regime de escalas da Junta Médica Militar.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor para os seguintes policiais militares: SD Valdney da Silva Ferreira e SGT Elaine Melo, pelo ato de bravura e profissionalismo, ao salvar uma criança de sete meses de morte por asfixia, acontecimento realizado no dia 22 de abril de 2016, no município de Colorado do Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Governo do Estado a necessidade de ser encaminhada pelo Poder Executivo, Mensagem dispondo sobre Projeto de Lei Complementar buscando a renovação dos artigos 6º, 8º e 10 da Lei Complementar nº 714, de 17 de maio de 2013, que institui a Política Estadual de apoio ao Associativismo e Cooperativismo – POLECOOP e dá outras providências. (Minuta em Anexo).

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de viabilizar a recuperação da Rua Santa Luzia, no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de viabilizar a recuperação da Rua Cachoeirinha, no Bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, a necessidade de viabilizar a recuperação da Rua Granja no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho – RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias à Secretaria de Estado da Justiça, pedido de informações sobre a data da convocação e formação da 2ª Academia para os aprovados no concurso realizado pela SEJUS em 2014, na categoria de Socioeducador.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado da Presidente da CAERD, Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, que forneça um relatório referente aos cargos aprovados no Projeto de Lei 299/2016 nesta Casa de Leis, constando nome do servidor, que cargo ocupa, onde está lotado e qual o grau de instrução.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a remarcação da data da realização da Audiência Pública agendada para o dia 19 de maio de 2016, com o intuito de debate sobre a Lei nº 3271/2013 e discutir melhorias para a classe dos Bombeiros Civis de Rondônia, para o dia 23 de maio de 2016, às 15h00min, no Plenário desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, cópia na íntegra de documentos, no que tange à Mensagem 045, de 12 de abril de 2016, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 2.926.611,33, em favor das Unidades Orçamentárias Ministério Público – MP e Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia – FUNDIMPER.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos, no que tange à Mensagem 046, de 12 de abril de 2016, do Poder Executivo, em que autoriza a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 10.731.028,18, em favor da Unidade Orçamentária Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos, no que tange à Mensagem 047, de 12 de abril de 2016, do Poder Executivo, que institui o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos no que tange à Mensagem 048, de 12 de abril de 2016, do Poder Executivo, em que autoriza a celebrar Termo Aditivo ao contrato firmado com a União ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para alteração das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, com cópia na íntegra de documentos no que tange à Mensagem 049, de 12 de abril de 2016, do Poder Executivo, que Cria o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos servidores da Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, com cópia na íntegra de documentos no que tange à Mensagem 050, de 12 de abril de 2016, do Poder Executivo, que institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza de Rondônia – FECOEP/RO, conforme disposto no artigo 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 0 ADCT, da Constituição Federal, e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer cópia na íntegra de documentos no que tange à Mensagem 051, de 12 de abril de 2016, do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção do crédito tributário mediante *dação* de pagamento.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos no que tange à Mensagem 052, de 14 de abril de 2016, do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2017.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Governo do Estado, c/c à Superintendência Estadual de Assuntos Estratégicos – SEAE, da necessidade de ser viabilizada, através dos órgãos competentes, capacitação jurídica e contábil às entidades do 3º setor dentro do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Exmo. Governador do Estado, com cópia ao Ilmo. Diretor Geral do DER/RO, da necessidade de recuperação da Linha C15 TB-80 até a BR-364, sentido ao município de Jaru.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Exmo. Governador do Estado de Rondônia, com cópia à Ilma. Secretaria Estadual de Educação, da necessidade de cedência do prédio da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Abílio Neto Borges, localizada na zona rural de Nova Brasilândia, para funcionamento de uma unidade do IFRO – Instituto Federal de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Governo do Estado, c/c à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEAS, a necessidade de viabilizar Academia de Ginástica, visando atendimento de demandas aos municípios da área rural do município de Cacaulândia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação do asfalto da RO-133(Ver. Juscelino Cardoso de Jesus) até o distrito de Nova Colina, e ainda o patrolamento de Nova Colina até o Km 70 que dá acesso ao município de Rondolândia, na divisa com Mato Grosso.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação da Linha 01, saindo de Buritis até o Distrito de Rio Pardo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de reformar o prédio do 2º Grupamento de Polícia Militar de Policiamento de Operações (2º GPM-PO) do 4º Pelotão de Policiamento Ostensivo situado no município do Vale do Paraíso, subordinado à 3ª Companhia de Polícia Militar, localizado em Ouro Preto do Oeste, sob o comando do 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM) com sede no município de Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Diretor do DER/RO, a necessidade de recuperação e patrolamento das Linhas E, Figueira e Pacarana, no município de Espigão d'Oeste/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, a necessidade de recuperação de duas pontes de madeira na linha P-40, próximo ao distrito de Flor da Serra, no município de Alto Alegre dos Parecis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Reiterar a necessidade de tapa-buraco e recapeamento da RO-490, que interliga o município de Alto Alegre dos Parecis.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Estamos incluindo na Ordem do Dia também o Projeto de Lei nº 059/16, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid e o Deputado Léo Moraes. Projeto de Decreto Legislativo nº 059/16 e também Projeto de Resolução nº 062/16 da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 369/16 do Poder Executivo a pedido do Deputado Ezequiel Júnior e Projeto de Lei nº 372/16, Mensagem 56, a pedido do Deputado Cleiton Roque e o Projeto de Lei nº 317/16 também da JUCER, estão incluídos na Ordem do Dia os Projetos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, Questão de Ordem. Esse último Projeto da JUCER tem um requerimento de minha autoria. Em se tratando de projetos que dispõem sobre os servidores da JUCER, é um requerimento o qual eu faço uma série de perguntas para o Estado, encaminhamentos e por entender, a pedido também do Deputado Cleiton Roque e os próprios servidores, eu vou pedir retirada do devido requerimento e que haja o segmento do Projeto de Lei para aprovação nesta data. Essa é minha manifestação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas. Eu quero convidar os Deputados que estiverem nos gabinetes ou na galeria da Casa que pudessem vir ao Plenário para que nós pudéssemos estar votando as matérias inclusas na Ordem do Dia.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, tem que chamar os nobres Deputados que estão aí registradas as presenças para vir para o Plenário, que vêm aqui, registram a presença e não ficam no Plenário. Isso é um desrespeito.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Por favor, os Deputados que estiverem nos gabinetes que pudessem vir ao Plenário para que nós possamos proceder à votação das matérias incluídas na Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, requer Voto de Louvor para os seguintes Policiais Militares: SD Valdneyn da Silva Ferreira e SGT Elaine Melo, pelo ato de Bravura e Profissionalismo, ao salvar uma criança de sete meses de idade de morte por asfixia, acontecimento realizado no dia 22 de abril de 2016, no município de Colorado do Oeste – RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer a remarcação da data da realização da Audiência Pública agendada para o dia 19 de maio de 2016, com o intuito de debater sobre a Lei nº 3271/2013 e discutir melhorias para a classe dos Bombeiros Civis de Rondônia, para o dia 23 de maio de 2016, às 15 horas, no Plenário desta Casa de Leis.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento de autoria do Deputado Léo Moraes. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 052/16 DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Neodi Carlos Francisco de Oliveira.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Luizinho Goebel, já tem parecer. Votação única. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 059/16 DOS DEPUTADOS JESUÍNO BOABAID E LÉO MORAES. Acrescenta dispositivos ao Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, que “Cria a Medalha do Mérito Legislativo, e dá outras providências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 059/16 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid e Deputado Léo Moraes, encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Marcelino Tenório que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, senhores Deputados, Projeto de Decreto Legislativo nº 059/16, de autoria dos Deputados Jesuíno Boabaid e Deputado Léo Moraes, que acrescenta dispositivos ao Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, que “Cria a Medalha do Mérito Legislativo, e dá outras providências”.

Senhores Deputados, esse Projeto aqui foi posto em discussão hoje na Comissão de Constituição e Justiça, porque no nosso Regimento Interno não havia especificação, Deputado Aécio da TV, daquele cidadão brasileiro que prestou serviço à população brasileira, mas ele é morador de São Paulo, do Paraná ou do Piauí e que o Regimento, ele não dava, era subjetivo, e agora está normatizando que aquele cidadão que prestou serviço em nível nacional possa a Assembleia Legislativa oferecer Medalha do Mérito Legislativo. Pelas Comissões Pertinentes, pela legalidade, meu parecer é favorável, senhor Presidente, pela aprovação do Projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório. Não havendo quem queira discutir, em votação. OS Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado em votação única e vai ao Expediente.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só cumprimentar aqui, não sei se já foi falado da presença do Presidente da AROM, Prefeito Jurandir, da Associação Rondoniense dos Municípios, Prefeito Jurandir, do município de Santa Luzia, do PMDB.

O SR. LÉO MORAES – Cumprimentar o Quixadá, que está aqui conosco, também liderança, Presidente.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/16 DA MESA DIRETORA. Altera o artigo 2º-A da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com atividade parlamentar e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de autoria da Mesa Diretora nº 062/16 Projeto de Resolução, encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Marcelino Tenório que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Resolução nº 062/16 de autoria da Mesa Diretora. Altera o artigo 2º-A da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “Institui e disciplina a

utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com atividade parlamentar e dá outras providências”.

Senhores Deputados, essa aqui foi mais uma correção de texto para que nós possamos fazer ressarcimento das nossas verbas da nossa cota, para que seja dentro da legalidade, da constitucionalidade do processo do Regimento Interno.

Senhores Deputados, senhoras Deputadas, pela legalidade e constitucionalidade do Projeto, o meu parecer é favorável pela aprovação do Projeto pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Projeto. Não havendo Deputado para discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado em votação única e vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu queria que fosse incluído na Ordem do Dia um Projeto de Decreto Legislativo que suspende o efeito de uma resolução da CAERD. Ele acabou de ser lido, eu queria que colocasse na Ordem do Dia, porque eu queria até fazer exposição dos motivos, haja vista que eu fui a uma reunião. Então, depois que for colocado na Ordem do Dia, a discussão, eu apresento aos Deputados o motivo desse Decreto Legislativo. Quero que coloque na Ordem do Dia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deferido, determino que seja incluído na Ordem do Dia o pedido do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 317/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 021. Acrescenta parágrafo único ao artigo 53 da Lei nº 3.000, de 25 de março de 2013, que “Cria o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos servidores da Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER. Com substitutivo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Lei 317/16 do Poder Executivo/Mensagem 021, se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Jesuíno Boabaid proceder ao parecer nesse Projeto, com Substitutivo, pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Trata-se do Projeto de Lei 317/2016, autor Poder Executivo. Ementa: Acrescenta parágrafo único ao artigo 53 da Lei nº 3.000, de 25 de março de 2013, que “Cria o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos servidores da Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER”. Somos de Parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação o Projeto de Lei 317/2016, com Substitutivo. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 342/16 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Declara de utilidade pública a Associação dos Universitários de Presidente Médici – UNIMÉDICI.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - O Projeto já tem parecer. Projeto de autoria do ilustre Deputado Maurão de Carvalho, Projeto de Lei 342/2016.

Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira votação. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 353/16 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Linha Segundinha – B do Projeto de Assentamento Ribeirão – APRUSPAR, com sede no município de Nova Mamoré.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - O Projeto de Lei 353/2016, de autoria do ilustre Deputado Lazinho da Fetagro, já se encontra com parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira votação. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 354/2016 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Declara de utilidade pública a Associação São Thiago do Bom Serazinho – ASTBS, localizada no município de Porto Velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - O Projeto de Lei 354/2016 do Deputado Maurão de Carvalho já se encontra com parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira votação. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 369/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 053. Autoriza o Poder a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 12.911.000,00, em favor das unidades orçamentárias Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia – SUDER, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL e Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Mensagem 053 do Poder Executivo, Projeto de Lei 369/2016 se encontra sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Marcelino Tenório proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei 369/2016, do Poder Executivo/Mensagem 053, que autoriza o Poder a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 12.911.000,00, em favor das unidades orçamentárias Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia – SUDER, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL e Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

Senhores Deputados, senhor Presidente, pela legalidade e constitucionalidade, meu parecer é pela aprovação do projeto, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 369/16. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira votação. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Esse projeto que acaba de ser aprovado é que está contemplado o recurso da nossa emenda individual para atender o município de Parecis. Caso seja aprovado, eu agradeço o apoio dos companheiros e colegas Deputados.

- PROJETO DE LEI 372/2016 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 056. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 598.766,00, em favor da unidade orçamentária Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 372/16. O Projeto de Lei se encontra sem Parecer. Solicito ao ilustre Deputado Jesuíno Boabaid que possa proceder ao Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Trata-se do Projeto de Lei nº372/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$598.766,00, em favor da Unidade Orçamentária Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado - EMATER.

Presidente, somos de Parecer favorável pelas Comissões pertinentes. É como eu voto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº372/16, Mensagem do Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) - PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº060/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Susta a aplicação do artigo 1º da Resolução da Diretoria da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia nº038/DIREX/2015, que estabelece a alteração da Estrutura Tarifária, corrigindo o percentual da tarifa de esgoto para 100% do valor da tarifa de água quando houver a Coleta e Tratamento do esgoto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº060/16 do Deputado Jesuíno Boabaid, se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Marcelino Tenório que proceda ao Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Decreto Legislativo Nº060/16 do Deputado Jesuíno Boabaid. Susta a aplicação do artigo 1º da Resolução da Diretoria da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia nº038/DIREX/2015, que estabelece a alteração da Estrutura Tarifária, corrigindo o percentual da tarifa de esgoto para 100% do valor da tarifa de água quando houver a Coleta de Tratamento do esgoto.

Senhor Presidente, pela legalidade e constitucionalidade do projeto, o meu Parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Peço aos Deputados que permaneçam mais um pouco no Plenário que nós estamos votando em segunda votação.

Em discussão o Parecer favorável do ilustre Deputado Marcelino Tenório. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão única o Projeto Decreto Legislativo nº 060/16 do Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para discussão, só para explicar um pouco, nobres Pares. Esse Projeto de Decreto Legislativo trata-se de uma resolução de nº038, que foi uma reunião da CAERD. Eles fizeram uma resolução com base no Estatuto da CAERD e uma Lei Federal 11.444, artigo 38, parágrafo 2º, eles aumentaram de 43%, que é o valor da tarifa de esgoto para 100%, e o que é mais agravante, extrapolando o limite do próprio Código de Defesa do Consumidor, extrapolando as normas inerentes, realmente, que não passou pelo crivo de uma Lei Estadual. Então motivo pelo qual esta Casa deve, sim, reprimir e sustar os efeitos da tal tarifa. Após ter uma reunião com as devidas associações, os próprios condomínios, os próprios cidadãos que pagam os seus impostos inerentes às tarifas, a gente pode posteriormente autorizar através de uma Lei a geração. Até porque foi feita a menção de quanto é tratado realmente.

Então, por isso eu peço realmente a aprovação deste devido Projeto Decreto Legislativo para a gente inibir, que vai ficar não de 100%, mas de 45% o valor cobrado hoje em locais que tenham estação de tratamento de esgoto, lembrando que o Estado de Rondônia não ingressou com nenhum valor, nenhum financiamento para a construção de tais estações de tratamento.

Era isso que eu queria manifestar.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado em votação única. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) - REQUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Sr. Presidente, requeiro à Mesa, nos termos do Parágrafo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei 317/2016, Projeto de Lei 342/2016, Projeto de Lei 353/2016, Projeto de Lei 354/2016, Projeto de Lei 369/2016 e Projeto de Lei 372/2016.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação requerimento do ilustre Deputado Cleiton Roque. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o requerimento. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) - Não há mais matéria, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção e, antes de encerrar a presente sessão, convoco sessão extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta sessão.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 17 horas e 59 minutos).

**17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR
SOBRE A INVASÃO DE TERRAS INDÍGENAS.****Em: 18 de Abril 2016.****Presidente Sr.
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado****(Às 09 horas e 40 minutos é aberta a sessão).**

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, realiza Audiência Pública para conhecimento, debate e providências quanto à denúncia de invasão das terras indígenas, localizadas no Estado de Rondônia.

Para composição da Mesa, convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Dr. Reginaldo Trindade, Procurador Chefe Substituto do Ministério Público Federal; Ton de Holanda, Delegado representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário; Excelentíssimos Senhor Coronel PM Adilson Pinheiro, Secretário Adjunto da SESDEC; Excelentíssimo Senhor Francisco de Sales, Secretário Adjunto da SEDAM; Senhor Vicente Batista Filho, representando a CR/FUNAI, Ji-Paraná; Senhor Heliton Tinhawambá, Coordenador dos Povos Indígenas de Rondônia – COPIR; e o Senhor Almir Suruí, representando a Rede de Sustentabilidade – Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública para conhecimento, debate e providências quanto a denúncia de invasão das terras indígenas, localizadas no Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado. Podem sentar-se Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública, Presidente da Audiência Pública neste instante. Peço a permissão de Vossa Excelência para registrar a presença das demais autoridades que nos visitam.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – À vontade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registramos e agradecemos a presença dos senhores Edvar Sovete, João Alberto Ribeiro, representantes, representando a Superintendência do IBAMA; Excelentíssimo Senhor Vereador Roberto Oro Win, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim; Senhora *Stéphanie Birrer*, representando a equipe de Conservação da Amazônia; senhor João Soares Rodrigues, Coordenador substituto da Funai – Guajará-Mirim; Dr. Mário Jorge

Pinto Sobrinho, Delegado Agrário do Estado de Rondônia, da Polícia Civil; Excelentíssimos Senhores Vereadores Geraldo José Pereira, Valdinei da Costa Espíndola, da Câmara Municipal de Corumbiara; senhor Vicente Batista Filho, representante da CR –FUNAI, Ji-Paraná; demais funcionários da FUNAI de Ji-Paraná e de todo o Estado de Rondônia; Major PM Padilha, da SESDEC; senhor Luiz Carlos da Silva, representante da FUNAI – Cacoal; demais funcionários da FUNAI – Cacoal; senhor Henrique Suruí, Coordenador Geral do Movimento Indígena dos Estados de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas; Jandira Keppi, COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas, Ji-Paraná; senhor Ernande Prado, representando a Secretaria de Agricultura - SEAGRI; Dr. Anderson Bauer, representando a Comissão do Meio Ambiente da OAB; senhor Jairo Costa, representando o Instituto Federal de Rondônia - INFRO; senhor Heliton Gavião, da etnia Gavião; Professor Ricardo Gilson, Chefe do Departamento de Geografia da UNIR; senhora Ivaneide Bandeira, da ONG Kanindé, povos da etnia *Uru-Eu-Wau-Wau*; povos da etnia *Nhambiquara*; povos da etnia *Aikanã*; povos da etnia *Tupari*; povos da etnia Sabanê; povos da etnia *Suruí*; povos da etnia Oro Mon; povos da etnia *Aripuna*; povos da etnia *Kanoé*; e o senhor Adriano *Karipuna*, Associação Indígena *Karipuna*.

Feitos os registros, passamos a condução da Audiência Pública para Sua Excelência Senhor Deputado Lazinho da Fetagro. Antes, porém, Deputado, vamos convidar o Edvar Sovete, representante do IBAMA, para compor a Mesa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Bom dia senhoras e senhores, companheiras e companheiros. Esta Audiência, convocada por nós, tem por objetivo, assim como todas as outras Audiências que nós convocamos, Audiências para tratar da questão das reservas extrativistas, para tratar a questão dos ribeirinhos, que foram Audiências como esta, que nos procuraram para alertar os problemas ocorridos nessas regiões, nessas áreas, problemas de conflitos, problemas de invasão de áreas, problemas de roubo de madeira. E esta Audiência segue a mesma denúncia e o mesmo problema. Nós fomos procurados por entidades, por representantes de etnias, solicitando para que a gente pudesse fazer essa Audiência com o intuito de socializar as autoridades do nosso Estado para que eles pudessem tomar as providências com relação aos problemas que acontecem no nosso Estado. A população indígena do nosso Estado, as etnias, as comunidades indígenas, elas têm que ter o respeito do Estado que eles merecem. A população de Rondônia tem o dever e a obrigação de saber que muito antes de nós chegarmos aqui, essas populações já existiam, e que se existir invasores aqui somos nós. As terras pertencem às comunidades indígenas de todo Brasil. E a convivência pacífica, e o respeito por cada etnia e por cada comunidade cabe de todos os povos, cabe de toda a nossa sociedade. E, é por isso que eu tenho a convicção de que assim como o Estado tomou providências nas outras Audiências Públicas que nós fizemos, e que tem aparecido o resultado das ações, tanto do IBAMA quanto da SEDAM para coibir abusos no nosso Estado, também com essa Audiência nós sairemos, Doutor Reginaldo, com as proposições e os encaminhamentos para tentar de uma vez por todas corrigir esses problemas que vem acontecendo. Então, eu quero dizer que nós utilizamos uma metodologia

diferente. E eu cumprimento aqui toda a Mesa, para a gente não ficar fazendo discurso e perdendo tempo, de uma vez só, cumprimento a todas as autoridades.

E nós vamos ouvir primeiro os representantes das etnias, nós vamos ouvir as organizações que trabalham, vamos ouvir a FUNAI, e posteriormente nós passamos à Mesa já para a sua fala e as proposições de encaminhamento. E o resultado desta reunião, o documento será assinado por toda esta Mesa, e será posteriormente, encaminhado a todas as autoridades e honramo-nos com a presença do Doutor Reginaldo que vai poder de uma forma mais oficial contribuir nesse encaminhamento e na proposição dessas ações que precisam ser tocadas pelos órgãos de Estado.

Desde já agradeço a presença de todos que estão aqui. A Mesa ela é simbólica, todos os que estão aqui dentro tem a mesma responsabilidade e tem a mesma preocupação, com certeza, do que vem ocorrendo conosco, com essas populações, com os nossos irmãos indígenas de todo o Estado de Rondônia. Então sintam-se todos cumprimentados, sintam-se em casa. Esta Casa mais do que nunca com a Presidência do Deputado Maurão tem sido espaço de grandes debates, espaços de grandes proposições nessa legislatura. E esse Deputado que vos fala é nada mais do que um instrumento de vocês que foi colocado aqui por este mandato. E que a nossa intenção de forma nenhuma é afrontar nenhum setor da sociedade, mas também de forma nenhuma deixar de se posicionar, principalmente quando se referem aquelas populações menos favorecidas do nosso Estado. Não vai ser nenhum e nenhum outro problema que nos deixará de cumprir a missão para o que a nossa população nos colocou aqui. Então, obrigado desde já pela presença de todos.

Vamos assistir agora a um vídeo preparado pelo representante da FUNAI lá de Ji-Paraná e posteriormente o Nelson.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Nelson, antes de soltar, gostaria de registrar a presença do Doutor Bruno Sales, Procurador da República em Guajará-Mirim. E também das etnias aqui Kaxarari, Puruborá e Kassupá.

O SR. NELSON DEICKE - Meu nome é Nelson, da FUNAI de Ji-Paraná, a gente trouxe uma pequena apresentação em *slides* sobre a situação das terras indígenas vinculadas a FUNAI de Ji-Paraná. A proteção territorial dentro do órgão indigenista FUNAI relacionada a FUNAI de Brasília, a FUNAI tem três grandes diretorias e uma delas é a Diretoria de Proteção Territorial - DPT, onde se encaixam as questões territoriais. Cada diretoria tem diversas coordenações e dentro da DPT tem a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial que é responsável pela proteção territorial. Vinculada a ela, no Brasil todo tem as Coordenações Regionais. O nosso país tem 36 Coordenações Regionais da Funai, Rondônia tem 3: Cacoal, Ji-Paraná e Guajará-Mirim. Nessas Coordenações Regionais têm setores, e o setor que trabalha a questão da proteção territorial chama-se Serviço de Gestão Ambiental Territorial- SEGAT. Cada Coordenação Regional tem também as Coordenações Técnicas Locais, que eram os antigos poços indígenas que trabalham mais diretamente as aldeias e vão até as comunidades indígenas. Aqui tem uma pequena estrutura então das comunidades indígenas, a base, a Coordenação Técnica local, o setor responsável

por andar mais nas aldeias, o SEGAT esse serviço de gestão, e a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial da Funai de Brasília. A Coordenação Geral - CGMT tem em suas atribuições estabelecimento de diretrizes, acompanhamento de subsídio financeiro para as ações, podendo intervir também dependendo da magnitude do caso, alguns casos maiores. O Serviço de Gestão Ambiental e Territorial dentro das Coordenações Regionais tem a responsabilidade do planejamento, acompanhamento, viabilização, suporte técnico, supervisão e execução das ações quando necessário em conjunto com as Coordenações Técnicas locais que tem a atribuição de planejar considerando a especificidade local e o protagonismo indígena, a especificidade de cada aldeia, executar em parceria com a comunidade indígena quando isso é possível, as ações de prevenção, monitoramento e fiscalização de terra indígena, e a comunidade indígena participar das ações planejadas conjuntamente, denunciar os crimes observados e principalmente, no nosso ponto de vista indigenista do índio que não olha para a comunidade indígena, que estar a participar dos ilícitos ambientais, principalmente aqueles que prejudicam suas comunidades e as gerações futuras. A proteção territorial dentro da FUNAI envolve vigilância, monitoramento e fiscalização. Monitoramento e vigilância são feitos pelos servidores e por indígenas. Os indígenas são envolvidos na vigilância, de preferência quando se pode juntar isso com extração de castanha, com a pesca, com outra atividade de coleta, em situações onde não envolve risco, onde não há ilícito. Ações de mapeamento, priorização de áreas de maior incidência de ilícitos, e temos previsão de implantações de base que ainda não estão ativamente funcionando. A fiscalização, quando a gente fala em fiscalização a gente pensa mais na parte ostensiva, a fiscalização é atribuição do Estado brasileiro por meio dos órgãos responsáveis, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal etc., contando com parcerias firmadas entre a União, os Estados e os Municípios. A FUNAI não tem poder de polícia regulamentado os servidores da FUNAI, não tem regulamentação para prender indivíduos, equipamentos sem a presença de forças de segurança. A Coordenação Regional da FUNAI de Ji-Paraná atende uma população de 3.655 indígenas, esse dado já é um pouco desatualizado, o censo de IBGE de 2010, hoje já tem mais, e tem uma área, essas terras todas 2.887.189,9 hectares. As terras indígenas que Ji-Paraná atende são: T.I. Zoró, a T.I. Zoró está dentro do Mato Grosso, mas, ela tem uma situação que a madeira que sai dela, sai para Rondônia; a T.I. Igarapé Lourdes no município de Ji-Paraná; a T.I. Rio Branco lá embaixo nos municípios de Alta Floresta d'Oeste, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé; a T.I. Uru-eu-wau-wau que pega os municípios de Costa Marques, Seringueiras, São Miguel do Guaporé, Alvorada d'Oeste, Mirante da Serra, Jarú, Cacaúlândia, Monte Negro, Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Nova Mamoré, e Guajará-Mirim que é a maior. Dentro dessa T.I. também tem o Parque Pacaás Novos; a T.I. karipuna pega aqui Porto Velho e Nova Mamoré e a Karitiana em Porto Velho.

A terra indígena em Igarapé Lourdes, no município de Ji-Paraná, tem 185.533,57 hectares. Essa TI faz divisa com a Reserva Biológica de Jarú.

A vulnerabilidade é a situação de invasão dessa terra indígena. Pescadores no Rio Machado, o Rio Machado é uma

das divisas naturais, tráfego de pessoas pelo interior da TI, essa TI tem uma estrada que vai para Rondolândia que passa uma parte dentro da TI. Fazendas com criação de gado ainda no interior da TI. Vendas de estacas para cerca por alguns membros da comunidade indígena e extração ilegal de madeira com participação de parte da comunidade indígena. Os madeireiros aliciam indígenas para vender madeira e eles pensam numa alternativa econômica e entram nesse processo. Aqui é uma fazenda que ainda parte dela está dentro da terra indígena, ficou dentro, depois da demarcação; aqui é uma casa com fazenda ainda dentro da terra indígena. A Terra Indígena Zoró, está meio ruim essa imagem, mas ela tem 355.789,54 hectares, como eu falei, ela está em Rondolândia do povo Zoró, as vulnerabilidades, incêndios florestais, as grandes áreas desmatadas e com pastagens.

Algumas lideranças indígenas envolvidas na extração ilegal de madeira, a periculosidade da região em função dessa atividade madeireira; recepção negativa dos índios à atividade de fiscalização motivada pelo envolvimento com os ilícitos, a distância de unidades de repressão a crimes ambientais; o grande número de não indígenas explorando economicamente essa terra indígena; proximidade com núcleos urbanos, com economia de base madeireira no distrito de Pacaraná da Serra, município de Espigão d'Oeste. Então ela está dentro de Mato Grosso, mas, a madeira sai para Rondônia. Tráfego intenso pela rodovia interestadual no interior da terra indígena. Uma falta que é comum na região. A Terra Indígena Uru-eu-wau-wau a maior tem 1.867.117,80 hectares, essa área também inclui o Parque Pacaás Novos dos povos Uru-Eu-Wau-Wau, Amondawa, e ao Sul tem grupos isolados. Os grupos isolados hoje, a política de proteção da FUNAI, se antigamente era atração antes de 78, hoje é a proteção, sem forçar atração.

Essa terra é chamada também de Caixa d'Água de Rondônia porque é nascente dos principais rios, é a maior área verde de Rondônia e tem grupos isolados.

As vulnerabilidades aí retiradas de estacas para cerca, lascas e tábuas, no português regional com carroça de tração animal no interior da TI; retiradas de madeiras na região do Projeto Assentamento Dirigido - Burareiro; derrubadas para roças e pastagens na região desse Projeto Assentamento Dirigido - Burareiro; pesca e caça usando rios e o fundo das fazendas como ponte de incursão na T.I e, o mais recente, o mais grave, abertura de picadas no interior da terra indígena e Parque Pacaás Novos, marcando lotes com intenção de futura invasão, principalmente, em região de Campo Novo de Rondônia.

A situação de castanheira derrubada no interior da T.I, as tábuas são feitas lá dentro para tirar com carroça de tração animal; isso é castanheira, outra castanheira.

Então é um acampamento, uma estrutura feita com material da mata lá onde os trabalhadores fizeram as picadas marcando lotes para futura invasão dentro do Parque Pacaás Novos, é terra indígena. Uma picada marcando lotes para futura invasão dentro da T.I *Uru-Eu-Wau-Wau*.

Uma equipe foi fazer uma ação lá da FUNAI, ICMBio, PM Ambiental e a Companhia de Operações Especiais-COE, lá em Campo Novo.

A Terra Indígena Rio Branco ela tem 236.137,11 hectares, tem diversos povos que foram juntados nesse local, parti-

ciparam da extração de borracha nos seringais, foram juntados, tiveram essa demarcação, por isso a junção de vários povos em um local só: *Tupari*, *Makurap*, *Sakirabia*, *Arikapú*, *Aruá*, Kanoé, *Jabuti* e a Djeromitxi, está em Alta Floresta do Oeste, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé, vizinha a ela tem até a indígena *Massaco* ainda com povos isolados. Temos a frente de proteção do Guaporé, as vulnerabilidades as principais caça e pesca pelos intrusos nos limites interior da terra indígena, lá tem muito peixe, eu participei de uma assembleia onde parte da alimentação foi o peixe pescado pelo pessoal da aldeia, isso é raro hoje em dia numa região que priorizou a pecuária. Então tem muita gente querendo entrar para pegar pintado, por exemplo, tráfego de pessoas estranhas no interior da T.I, extrativismo por intrusos, na castanha do Brasil, assédio pela capacidade pesqueira no rio Branco. Algumas fotos de fiscalização tem uma parte por terra uma parte por água. A terra indígena *Karitiana* aqui de Porto Velho tem 89.682,13 hectares. As vulnerabilidades principais: plano de manejo no entorno da terra indígena, exploração madeireira de propriedades privadas pelo ramal Maria Conga, conflito agrário entre posseiros e Flona Bom Futuro ao sul, e conflito fundiário entre a terra pretendida pelos indígenas, ampliação de território, parte do território tradicional ficou fora da demarcação e proprietários no lado leste no rio Candeias. A terra indígena *Karipuna* em Porto Velho e Nova Mamoré tem 152.929,85 hectares, há algumas fotos da situação lá. As vulnerabilidades; proximidades com núcleos urbanos cuja base de economia é a extração madeireira, União Bandeirantes lado noroeste, Nova Dimensão lado sudoeste, e Jacinópolis lado oeste, abertura da Estrada Parque por dentro do Parque Estadual de Guajará-Mirim a dois quilômetros do limite da terra indígena em 2014, exploração econômica ilegal em larga escala de madeira pelo lado oeste, região de alta periculosidade pelo histórico de conflito entre a fiscalização ambiental e a população, há casos até de retomada de materiais e pessoas apreendidas, a morte de um soldado da Força Nacional em 2013, áreas de preservação estadual, contíguas invadidas por madeireiros e posseiros, a reserva extrativista Jaci-Paraná e Parque Estadual de Guajará-Mirim, e a pressão madeireira pelo lado leste com a construção de ponte sobre o rio Formoso em 2013. Então para fechar a jurisdição da Coordenação da FUNAI de Ji-Paraná tem 2.887.189,90 hectares de território com a missão de fazer proteção territorial. Apesar de todos os problemas apresentados, essas áreas juntamente com as unidades de conversação formam as áreas verdes do Estado de Rondônia. A preservação desses recursos naturais dessas terras é de extrema importância para o futuro dessas comunidades, dessas populações, sem dúvida nenhuma para exercer essa proteção territorial dessas terras, a FUNAI necessita da colaboração de outros órgãos. A missão de proteger essas terras, ela é mais fácil quando os povos que ali habitam optam pelo uso sustentável dos recursos naturais. Quando a proteção e a fiscalização são bem-vindas, é mais fácil de atuar, e para fechar uma imagem a gente tem circulado de amarelo as terras indígenas, e essas áreas mais escuras são as áreas com cobertura florestal que são as terras indígenas e as unidades de conservação. Essas áreas contribuem com toda a certeza no equilíbrio de clima e da chuva da região, mesmo que se tenha optado economicamente pela pecuária ou futura-

mente grãos, essas atividades podem ficar muito onerosas se o clima e a chuva forem muito alterados pelo desmatamento. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Nelson, muito boa a apresentação, deixa bem claro para nós como está a situação.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado, nós queríamos convidar por determinação, inclusive de Vossa Excelência, o vereador Roberto Oro Win para também fazer parte da Mesa. E registrar aqui os registros do Conselheiro Edilson de Souza Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que não pode, segundo ele aqui, justificou a sua ausência, pois está participando de outras agendas previamente já ditas pelo seu Cerimonial. E a sua Excelência, o senhor Maurão de Carvalho, que justifica aqui ausência. Promotora de Justiça, Chefe do Gabinete da Procuradoria Geral, Andrea Damascena: “A par de cumprimentá-lo, acuso o recebimento do convite para a participação da Audiência Pública, que tem como objetivo o debate, providências quando a denúncia de invasão de terras indígenas no Estado de Rondônia; não será possível a presença do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça, Dr. Airton Pedro Marin Filho, em razão de compromissos institucionais anteriormente agendados”. E também Magali dos Santos Brasil, Bom dia, de ordem informamos que a Promotora de Justiça, Flávia Shimizu Mazzini, não poderá comparecer na Audiência Pública a ser realizada nesta data, em razão de compromissos anteriormente assumidos. Magali dos Santos Brasil, assistente de Promotoria 21ª Promotoria de Justiça.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Nós vamos passar agora então para ouvir as representações. Eu queria solicitar a compreensão, dada a quantidade de pessoas que tem para falar, nós vamos limitar o tempo porque senão nós não concluímos a nossa Audiência. E a princípio nós estamos com 12 representantes inscritos. Então, a intenção é que a gente dê no máximo cinco minutos para cada representação, é o tempo suficiente para poder se expressar e cada um colocar o seu relato. E nós vamos marcar o tempo com quatro minutos, com quatro minutos nós avisamos e com cinco minutos nós encerramos e pode ter certeza que eu falo chega! Bem democrático assim, a gente fala chega, está na hora, o tempo já deu. Com quatro minutos vai dar um bip ali e, já sabe que tem mais um minuto e a hora que concluir a gente avisa. Primeiro chamar a Eva Kanoé, que é da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Dona Eva.

A SRA. EVA KANOÉ – Bom dia a todos da Mesa, todas lideranças indígenas, a todos os aliados e parceiros. Fiquei surpresa porque achava que seria a última a falar. Bom, cinco minutos são poucos, mas, eu vou fazer o possível para falar direitinho. Bom, eu Eva Kanoé, professora, conselheira de Rondônia no CONDEF/COIAB de Guajará-Mirim, representando todas as mulheres que não puderam estar presentes nesta Audiência, como mãe, como mulher indígena, já que nós estamos na semana dos Povos Indígenas, eu vim Kanoé de Guajará juntamente com mais 4 jovens que ali estão, Edson

Sorimon, Orowao Kanoé Urumbone, meu filho, Aimató Uru-Eu e o vereador que encontra-se na Mesa. A situação dos povos Indígenas do Brasil, de Rondônia e de Guajará-Mirim, é muito, muito, muito crítica em relação as invasões de terras. Nós sabemos, a apresentação do Nelson, parabéns pela apresentação, nós sabemos que existe a FUNAI, que tem o compromisso e o dever da fiscalização, com a parceira da Polícia Federal e de outros órgãos responsáveis pela proteção dos territórios indígenas. Infelizmente na prática a situação se complica, porque Guajará-Mirim, nós temos recentemente invasões gravíssimas nas terras indígenas, Laje e Ribeirão, além também da terra indígena Rio Negro Ocaia que fica no Pacaás Novos, na linha 24 e na linha 28, a Organização Uruari, que é a Organização que representa as 24 etnias de Guajará-Mirim, porque nós somos 50% da população indígena do Estado de Rondônia denunciou. Em janeiro houve uma fiscalização, com a participação da FUNAI, com a participação da Polícia Federal, atendendo pedido do Ministério Público, em nome do Dr. Daniel, porque nós havíamos enviado documento, no entanto, até o presente momento, nós como povos indígenas não obtivemos nenhuma resposta como é que vai ficar, como é que está a situação, se os invasores vão ser retirados das terras indígenas, porque além da invasão de madeireiros, nós temos também a invasão de posseiros nas proximidades da terra indígena Ribeirão. E, eu estou aqui neste momento para pedir a todas as autoridades aqui presentes, que se existe uma Constituição, se existe uma convenção 69, se existe uma declaração da ONU em defesa dos direitos indígenas, como mulher indígena eu estou aqui para pedir que se faça cumprir essa legislação, porque nós não estamos aqui pedindo nenhum favor. O direito à terra indígena é um direito original. Como foi falado no início, não fomos nós povos indígenas que invadimos o Brasil, nós já estávamos aqui quando Cabral chegou. E por isso eu peço que não fique só no nosso discurso, não só nas propostas, mas, que sejam feitas ações realmente para que os povos indígenas possam viver com dignidade. Porque na última vez que eu estive numa dessas terras indígenas, a população estava amedrontada, assustada, as mulheres, principalmente as crianças, os idosos, principalmente os idosos, porque eles não entendem porque isso está acontecendo. Se nós temos uma terra demarcada que é nossa, garantida para o usufruto dos povos indígenas, como é que pessoas de outros lugares vêm, invadem e ficam fazendo o que não deve? Então eu vim aqui realmente para pedir isso. Em nome dos povos indígenas, eu gostaria que fosse tomada realmente toda providência e que esses invasores sejam retirados. Eu não estou aqui pedindo um favor. Eu estou aqui clamando por direito, por justiça. Isso é o que eu falo em nome dos povos indígenas, principalmente em nome das mulheres. Muito obrigada. E eu vou cobrar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Convido agora Adriano Karipuna, representação da região de Porto Velho e depois Ivan Arara, de Ji-Paraná.

O SR. ADRIANO KARIPUNA – Bom dia. Eu me chamo Adriano Karipuna, sou liderança mais jovem da região de Porto Velho, União Bandeirantes. Quero saudar a todos que se fazem presente aqui na Mesa, Procurador, Vereador, e o mentor da Au-

diência Pública que é o Deputado. A gente vem falar a respeito das invasões das terras indígenas. Venho falar mais do meu Distrito, o qual foi apresentado no *slide*, que é União Bandeirantes, terra indígena *Karipuna*. Não vou falar as palavras repetitivas, porque eu quero falar mais profundamente do que o Estado brasileiro tem que tomar uma providência para coibir a invasão das terras indígenas. Uma delas geograficamente as terras indígenas estão localizadas no Município e no Estado. O que é que eu quero dizer com isso? Porém, a responsabilidade de proteger o território indígena é do Estado e do Município e do Governo Federal. Ou seja, essas três esferas do governo têm o poder de proteger e coibir as invasões em terras indígenas, tanto no município de Porto Velho como as outras que foram citadas no *slide* que o nosso Nelson apresentou pela FUNAI. E segundo, a outra palavra que eu quero deixar aqui registrada para a pessoa que está ali na relatoria, que todas as apreensões e as multas que acontecem no entorno da terra indígena, têm que ser convertida em benefício para as comunidades indígenas, e isso não está acontecendo. A gente vê muita madeira que foi apreendida no entorno da terra indígena e está apodrecendo no pátio do Batalhão da Polícia Ambiental e, em nenhum momento foi convertido como benefício para a comunidade indígena, porque o Estado brasileiro deve muito para a questão indígena. E terceiro, ainda neste século XXI, existe muito preconceito com a questão indígena. A maioria das coisas que são discutidas diz que representa para a questão indígena, que ainda não tem a consulta prévia com os indígenas. Ou seja, os indígenas têm que ser consultados primeiro, para poder ser regulamentado, seja um projeto ou algo parecido assim. O que não cabe mais, em pleno século XXI que nós estamos, que nós sabemos que tem uma renda *per capita* que vem para as comunidades indígenas, no Município e no Estado e a gente não está sendo beneficiado nem um terço disso. Porque existe uma renda *per capita* porque nós também somos cidadãos brasileiros e contribuimos nas eleições a cada 4 anos. Existe uma renda *per capita* municipal e estadual, e os indígenas não são beneficiados nisso. E isso, muitas das vezes, esta Casa de Leis que é a Assembleia Legislativa, tem que estar a par da situação. Existem *royalties* que é outra situação que também os índios não estão tendo acesso para serem beneficiados. Existe muito recurso voltado para a questão indígena, e o indígena não tem acesso. A quarta, e nós temos que tomar providência junto aos órgãos competentes que é o IBAMA e SEDAM, que já são nossos parceiros, mas, chamar mais pessoas para coibir a invasão da terra indígena, porque isso está sendo muito alarmante. Como foi apresentado no *slide*, isso não é coisa de montagem, é real. Até hoje, está acontecendo isso. Não está apresentado lá, mas foi descoberto um minério na terra indígena que é na minha terra. A gente está vulnerável, alguém tem que tomar providências referentes ao minério que foi descoberto na terra indígena *Karipuna*. Por isso é muito vulnerável para a questão indígena. Eu sei que o meu tempo está muito curto, mas, eu poderia falar muito mais para poder reivindicar o nosso direito, porque aqui é que se faz a Lei, é aqui que se buscam os direitos de toda a sociedade brasileira estadual de Porto Velho, Rondônia, indígena e não indígena e assim sucessivamente. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos chamar o Samuel Tupari. O Samuel está aí? Nós vamos ter que intercalar aqui porque tem ainda comunidades que ainda não chegaram.

O SR. SAMUEL TUPARI – Bom dia a todos. A Mesa. Em nome da Mesa eu quero agradecer ao Helinton Gavião, a todas as lideranças indígenas que a gente há muito tempo que a gente não se encontra. Mas dizer em nome da minha terra indígena Rio Branco, município de Alta Floresta, quero dizer que estou aqui para dizer para esta Casa que realmente os índios precisam ser ouvidos, os índios precisam ter respeito desta Casa para que possam encaminhar os problemas que vêm afetando nas terras indígenas. Ameaças que os nossos líderes caciques por motivo de invasores, por motivo de demarcações. Muitas vezes a gente como lideranças responsáveis dessas terras, que se diz que é nossa e ao mesmo tempo é uma terra do Governo. Muitas vezes o Governo coloca o líder como se fosse culpado da invasão das terras. Quero dizer que a terra indígena, como foi falado, realmente, pela fragilidade da FUNAI que a gente vê hoje, a gente vê que a fiscalização, ela não funciona como deveria funcionar. Eu acho que a FUNAI muitas vezes, as pessoas, eu não estou aqui criticando órgãos, mas, quero dizer que as pessoas estão ali no cargo desses órgãos, elas não têm respeito muitas vezes com a voz daquela população. Mas quando um índio, às vezes, um Líder faz qualquer erro, então aparece a representação da FUNAI e qualquer órgão lá. Mas, eu queria dizer para esta Casa que a gente está aqui reafirmando o nosso retorno das lideranças. Como a gente vinha, realmente, para pedir, gritar, chorar porque as nossas terras precisam ser, realmente, **aonde** não foi remarcado, onde está em processo de remarcar, ela precisa ser realmente discutida de uma forma como as pessoas que ainda não têm suas terras. Por exemplo, os povos *Ajuru*, os povos *Puruborá*, da 429. Muitas vezes o Governo, antes deles buscarem essa demarcação eles querem colocar muitas vezes os parentes para que busque seus melhores atendimentos dentro de outras terras. Eu acho que o Governo precisa buscar melhorar essa briga que os nossos irmãos, parentes têm para adquirir suas terras de volta. Eu acho que esta Casa precisa, realmente melhorar, ouvir e buscar soluções para dar o retorno para esse povo indígena. Isso eu queria dizer para esta Casa, para o representante do Ministério Público Federal. Porque eu acho que precisamos rever essas Procuradorias que representam o Governo, para que todas as lideranças sejam ouvidas, e dar o retorno de uma forma com qualidade, para que a gente possa levar as informações para a nossa base. Era isso, e no decorrer dos encaminhamentos a gente vai está falando e trazendo a mensagem de quem ficou na base. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Samuel. Marcos Apurinã está aí? Marcos, é contigo, representante da região de Cacoal.

O SR. MARCOS APURINÃ - Bom dia. Meu nome é Marcos Apurinã, eu estou falando que nós vamos conversar um pouco aqui, é 5 minutos o tempo, é verdade que é pouco tempo para explicar sobre a situação dos povos indígenas no Estado. Eu represento a Coordenação das Organizações Indígenas da

Amazônia Brasileira – COIAB, também como conselheiro na região Centro e Sul de Rondônia, e também a Associação *Nunerimanê* do Povo Indígena de Rondônia, sediada em Cacoal, nós moramos na Terra Indígena *Roosevelt* na terra do povo Cinta Larga desde 92, residimos lá porque migrou uma família do Amazonas, nós somos naturais do Amazonas e migrou na década de 80 e hoje tem um, misturamos lá essa interculturalidade, não só com os Cinta Larga, como com o *Suruí* também, tem família *Apurinã*, filhos e netos já, não eu, porque eu sou muito jovem ainda, não é. Bom, Sr. Deputado, quero agradecer em primeiro lugar a V.Ex^a e em seu nome quero agradecer outras pessoas daqui que estão presentes não indígenas, Dr. Reginaldo, o ex-deputado Padre Ton e o nosso companheiro aqui da SEDAM, Secretário e demais, em nome do Helinton quero agradecer também aos indigenistas da FUNAI o Almir e o nosso vereador parabenizo a ele também de Guajará-Mirim e os demais que estão na Mesa aqui, lideranças e as mulheres, especialmente a Dona Maria e a Dona Rosana Puruborá e as outras ali, a minha filha Nathália que está lá atrás fazendo Direito aqui, daqui uns dias nós vamos ter uma advogada, e os demais indígenas também, Cinta Larga. Vocês viram os *slides*, quero parabenizar o pessoal da FUNAI, eu fico preocupado como nós vamos solucionar este grande problema, sabemos que no Brasil, na Amazônia e em Rondônia existem invasões que há décadas vêm acontecendo nas terras indígenas. Recentemente nós tivemos uma reunião no dia na SEDAM para tratar dessa questão, onde o Helinton já há muito tempo junto com suas parcerias Kanindé inclusive, vem questionando junto a FUNAI como solucionar e trazer uma solução para este Estado onde estão essas terras indígenas. Eu me preocupo Deputado, é com as autoridades desta Casa quando justifica aqui a ausência porque tem outra agenda, para nós lideranças e comunidade, preocupamos o que é isso, o seu povo que aqui como o senhor mesmo frisou que são os verdadeiros brasileiros, os verdadeiros donos desta terra e eu vejo isso uma omissão da parte, por isso parabenizo o senhor por esta iniciativa. Eu vi muito quando o Padre Ton estava em Brasília quando ele fazia esse trabalho da Frente Parlamentar Indígena um guerreiro, eu estava na COIAB e a gente brigou muito para esses direitos de fato serem implementados como está garantido na Constituição. Hoje podemos colocar a culpa nos índios, dizer assim: “o índio que está levando os madeireiros, os garimpeiros, os invasores”. É verdade, eu não vou me curvar dessa obrigação também, eu não só tenho o direito como também eu tenho obrigação, mas eu tinha dito para o Superintendente do IBAMA junto com a FUNAI naquele dia, qual é a solução para acabar ou minimizar a questão da invasão nas terras indígenas, é radicalizando, é prendendo, é queimando, é destruindo? Eu acho que não. Nós temos que oportunizar as comunidades indígenas, a sua economia, os índios não estão mais isolados como estavam antigamente, eles precisam abastecer o seu carro para ir para suas aldeias, eles precisam de uma estrada melhor. É necessário que se promovam alternativas de sustentabilidade dentro de suas próprias aldeias. Eu fiz uma reunião ano retrasado junto com o Padre Ton, lá em Espigão d'Oeste, nós colocamos mais de três mil hectares de alqueires de terra, formado pasto dentro das aldeias, mas nós não podemos usar isso, por quê? Porque não pode, a terra é indígena. Até quando não vai poder fazer as coisas? E aí diz que nós

estamos levando essas pessoas. Existe invasão de vários tipos, eu quero aqui manifestar a solução, reclamar a gente tem reclamado o tempo todo, e precisamos que esta Casa assuma esse compromisso e execute na prática o que está garantido na Constituição Federal. Eu espero isso, não só dos nossos Parlamentares como do Executivo e nossos Juristas também, temos aqui o Ministério Público pela pessoa do Dr. Reginaldo Trindade e que precisa de fato assumir esse compromisso e não jogar a culpa em cima de “a” ou “b”; se há alguém culpado aqui, não são os povos indígenas. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Valeu Marcos. Celso Cinta Larga. Está entrando? Lino Sabanê. Está aí? Também não. Está chegando.

Djurip Uru-Eu-Wau-Wau, já chegou? *Djurip, Uru-Eu-Wau-Wau* de Campo Novo.

O SR. DJURIP URU-EU-WAU-WAU – Bom dia! Eu sou de Governador Jorge Teixeira, eu moro no município de Jorge Teixeira, sou Presidente da Associação. Rapaz, eu vim aqui falar na Casa, eu não sei como é que é, é a primeira vez que eu estou aqui olhando para o pessoal do Deputado, é muita honra eu estou aqui olhando por cada um de vocês, eu acho que esta Casa aqui é importante trazer uma reivindicação da nossa aldeia o que está acontecendo. Muita gente já falou uma área que está acontecendo, isso é verdade, uma coisa eu sofro, fui ameaçado, na minha área, eu tirando a castanheira tirando para eu produzir, para eu vender castanha, isso é verdade. Então acontece a maioria das coisas na nossa área, é muito importante o Governo do Estado de apoiar como eles mesmos falaram que eu ouvi, essa é uma coisa interessante, que eu vim aqui, a primeira vez, o pessoal da FUNAI, às vezes vai, mas não tem dinheiro para eles estarem andando com o pessoal da Polícia Ambiental. Então é uma coisa que, deixar bem claro para as pessoas dos órgãos que, como é que fala? Então eu quero deixar bem claro a vocês, é muita honra eu estar aqui. Só isso que eu queria dizer.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Djurip, seja bem-vindo cada vez mais a esta Casa, e que a gente possa nos encaminhamentos conseguir amenizar os problemas das nossas comunidades. O Ivan Kaxarari já chegou?

O SR. IVAN KAXARARI – Bom dia a todos. Eu falo um pouco de invasão, eu sou Kaxarari, estou no nome da minha comunidade e representando todos os povos Kaxarari. Em 2014 e 2015 a gente sofreu muito com os invasores, de madeireiro. Semana passada mesmo a gente esteve retirando madeireiro de dentro da nossa terra indígena, e nós estamos no início do verão e a gente sofre muito com isso, com os madeireiros, inclusive, nós temos uma rodovia que chama Rodovia do Boi, lá têm muitos fazendeiros, muitos madeireiros, inclusive, distante da terra indígena, eu acho que uns 800 metros têm uma grande madeireira e vou contar uma situação, lá já fizeram um manejo dentro da Terra Indígena, na Rodovia do Boi, que a Terra Indígena, ela cruza a rodovia e lá os fazendeiros pegaram e fizeram manejo dentro da Terra Indígena e a gente sofre muito com isso e até agora ninguém tomou nenhuma

providência, inclusive, semana retrasada o pessoal do IBAMA esteve lá, mas, não estão nem aí, não sei o que é que eles fazem por que não tomam nenhuma providência. Os madeireiros estão lá, inclusive, agora inventaram um negócio de serras, que são as serrinhas que é manual, eles levam dentro das terras indígenas e trabalham dentro da terra indígena dessa maneira, inclusive troca, vende para os indígenas e fica fácil para eles estarem frequentando a terra indígena. Estamos sofrendo muito com isso, e peço que alguém, o Governo tome alguma providência com isso, apesar de que a gente fica bem distante, lá pertence ao Acre, pertence ao Amazonas, pertence a Rondônia e até agora ninguém toma uma providência disso. Eu peço que daqui para a frente alguém tome uma providência, porque quando o IBAMA for lá, nós queremos também que o indígena participe junto com o IBAMA, porque nós sabemos onde está a invasão, quando eles chegam lá eles passam direto com camionetes e eles não sabem, eles têm que saber, pegar uma liderança e andar nos fundos das terras indígenas junto com a gente, porque só nós, não estamos resolvendo o problema. Queremos que quando alguém for lá, a gente quer participar junto com o pessoal do SEDAM, junto com o IBAMA.

Era isso que a gente tinha para falar. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Ivan Kaxarari.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar a presença dos povos da etnia *Ajuru*, da etnia Kwazá, Amondawa, e povos da etnia Araras.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – O Celso já chegou? Celso Cinta Larga, cinco minutos Celso para você colocar todos os seus pepinos.

O SR. CELSO CINTALARGA - Primeiro lugar eu quero agradecer, expressar a minha gratidão de estar na presença de V. Ex^a, chegamos um pouco atrasados, mas aqui eu quero representar a minha comunidade Cinta Larga. Já disse para o meu povo que colocar a cinta na nossa cintura é de uma responsabilidade muito grande. Quero aqui expressar que temos vários problemas ocorrendo dentro da nossa terra indígena Cinta Larga, mas, quero expressar aqui dizendo que precisamos mais e mais de apoio das autoridades, para poder trazer algo de sustentabilidade e proteção, até agora. A nossa comunidade ela não está mais acreditando assim, mas, como a comunidade, ela nos deu a sua voz para nos representar aqui. Primeiro plano de gestão, sei que não é fácil, mas com a voz do meu povo eu quero dizer que têm muitos problemas ali, como o parente acabou de falar, têm muitos garimpeiros invadindo, nós mesmos, nós fomos lá avisando o pessoal, os brancos para fazer a sua retirada, porém, **tem muito** teimosos e, aqui quero dizer às autoridades tomem providência para que nós, indígenas podermos viver em paz, nós não temos paz, nós estamos em ameaça, nós estamos sendo ameaçados. Mas estou aqui, cacique, para dizer que precisamos de uma segurança, precisamos de algo melhor para o nosso povo. A nossa comunidade Cinta Larga, ela está preocupada com isso, estão clamando dizendo: precisamos de apoio, precisamos de par-

ceiro, precisamos de apoio dos homens brancos, autoridades para resolver a nossa causa para poder nos ajudar abrir a nossa mente. Nós estamos cansados ouvir dizendo, chamando a gente de ladrão, dizendo que a gente não presta, chega disso! Nós queremos ter paz, queremos ser transparentes, andando transparente no meio dos homens brancos, principalmente aqui estão às autoridades, queremos ser transparentes, queremos andar de uma forma correta. Essa é a expressão reivindicação do meu povo Cinta Larga. E queremos também dizer a proteção do nosso Território, precisamos mais do apoio da Polícia Federal, precisamos de proteção para os nossos filhos. Lá está a nossa vida, a nossa cultura, e queremos valorizar-las. Eu como Cacique, quero dizer a Vossa Excelência, que precisamos de autoridades do nosso lado, para abrir a nossa mente e ao mesmo tempo nos aconselhar. Chega de viver de uma vida não digna perante as vossas autoridades. Essas são as minhas palavras para dizer a V. Ex^a, nós estamos aqui lutando, falando o futuro dos nossos filhos, futuro do nosso povo; queremos a melhoria, precisamos de parceiro para poder nos apoiar no projeto, apoiar, melhoria na saúde, na educação, tudo isso nós nos preocupamos. Hoje a maioria de nós Cinta Larga, focamos mais em outros problemas, mas, nós queremos ter uma vida diferente a partir de hoje, eu acredito, eu aqui perante V. Ex^a, quero dizer que, quero levar uma nova reivindicação, uma nova ideia, levar uma solução para o meu povo Cinta Larga. Eu não sei se acabou o meu tempo. Então, muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Celso, eu que agradeço, muito obrigado mesmo. Só esclarecendo, o Celso acabou de chegar por causa da viagem que não é fácil. Só explicar como está acontecendo para os que chegaram agora a Audiência Pública. Nós pedimos para que os representantes encaminhassem para nós o nome das pessoas que iriam fazer uso da palavra. Em nome de toda comunidade, estamos cumprindo rigorosamente o tempo com essas lideranças. Em quatro minutos dá o primeiro apito, em cinco dá o último apito e aí aqueles que forem usar do tempo, por favor, procurar dentro do possível, fazer o combinado. Da comunidade Arara alguém já falou? Vai falar então o Chaguinha, é isso? O Chaguinha Arara da representação de Ji-Paraná.

O SR. CHAGUINHA ARARA – Bom dia a todos. Primeiramente eu quero agradecer a Deus por estar aqui nesta Casa junto com autoridades, e quero dizer que eu sou o Chaguinha Arara, Cacique e vice-presidente do Conselho Local de Saúde Indígena de Ji-Paraná. Nós temos algumas, assim, algumas reclamações, pedimos uma ajuda pelas autoridades competentes, na terra indígena, Igarapé Lourdes existem coisas que são realmente desagradáveis ao nosso povo, situações precárias tanto na área da saúde, como na área da educação, precisamos que as autoridades nos ajudem a buscar um meio para que a educação dos nossos filhos sejam desenvolvidas cada vez melhor, e queremos também que a FUNAI, principalmente e outros órgãos fiscalizadores das terras indígenas dê uma verificada nas terras indígenas Igarapé Lourdes, porque também estamos à mercê da fiscalização. Existe um grande problema que vem causando nossa terra, a retirada da madeira na terra indígena Igarapé Lourdes, sabemos que isso é ilegal, nós como lideran-

ça temos batido em cima disso, mas, só que nos falta ajuda, eu digo que é competência dos órgãos responsáveis por essas comunidades. E em o nome do meu povo Arara, que eu represento o povo Arara, e em nome dos meus parentes Gavião, que moramos na mesma terra indígena Igarapé Lourdes, pedimos essa solução. Precisamos de abertura de estradas para deslocar de Ji-Paraná até as aldeias que são precárias também, pontes danificadas, inclusive, nós estamos com duas aldeias que estão totalmente à mercê da saúde indígena, não está passando o carro, a saúde não liberou que o carro passasse nessas pontes. Então, as duas comunidades estão sofrendo com isso, já vão fazer mais de oito meses que ninguém até agora tomou essa providência, e os nossos parentes vivem naquela distância e até hoje não temos nenhum tipo de solução. Queremos que os senhores autoridades, que têm esse conhecimento, pedimos até por socorro, que nos socorra que não está sendo fácil para lidar com essa situação. Em nome do povo Arara e do povo Gavião, essas são as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Chaguinha. Só lembrando quando ele fala lá da Comunidade Arara, há uns dois ou três anos, não é Nelson, que a Fetagro tentou construir junto com as comunidades lá habitação rural. Então, nós tivemos que cancelar o programa porque não conseguia chegar material, não conseguiam chegar com material lá nas comunidades, tivemos que, eu lembro que a Fetagro trabalhou, eu estive lá, inclusive, na comunidade e posteriormente tentamos negociar com a Prefeitura, tentamos negociar com o DER, e a gente não conseguiu fazer com que chegasse o material lá para aquelas famílias. Parece que o conceito de que se tem das populações indígenas, é que tem que viver isolada, e não é isso que a gente deva pensar. Então, quando reclamam com relação à infraestrutura, o ano passado, no final do ano, claro que o tempo não permitiu e o André, André aqui de Guajará, de União Bandeirantes também, veio atrás do DER, para a gente fazer um pedacinho de estrada lá, e nós não conseguimos fazer e estão isolados também. Então, quando se fala da economia, do modelo de vida, da economia das comunidades, se não tiver sustentação, se não tiver apoio, a vulnerabilidade para terceiros se usar da simplicidade das comunidades é maior. Então é triste a gente vê isso ainda no nosso Estado. Rosana, representante da Associação das Guerreiras Indígenas, é isso? Isso Dona Rosana, é com a senhora, o Lino, Lino Sabanê, está aí não é? Próximo é o senhor.

A SRA. ROSANA PURUBORÁ - Bom dia parentes. Bom dia Mesa. Eu quero falar diretamente com o Lazinho, que é o Deputado da 429, eu não vou nem falar assim, acho que não é uma coisa tão boa, Lazinho, para você, porque eu não tenho a minha terra demarcada ainda. Eu gostaria de pedir para você, para nos ajudar porque lá são os *Miguelenos*, nós *Puruborás* e os *Miguelenos* e os *Cujubim* da 429, que não temos terras demarcadas ainda. E tem um grande problema sobre, não digo invasão, porque a culpa disso são as autoridades que nem o INCRA, eu não sei como é que funciona o INCRA e o Terra Legal, porque fizeram o assentamento dentro dessas terras dos Miguelenos e dos Puruborás e dos Cujubim, onde a gente sofre muita ameaça, e hoje em dia essas ameaças acontecem

por causa desses casos. Clamamos muito pela nossa Constituição e essa Constituição, ela não é válida, que deveria ser respeitada pelas autoridades que compõem esta Casa, porque nós votamos também, não só os pequenos como os grandes produtores, agricultores, mas nós indígenas também votamos, e nós gostaríamos de ter esse respeito. Lá onde eu vivo, eu sou ameaçada dentro da minha terra, onde nasci, me criei e criei meus filhos e vivo lá até hoje, para eu sair é um sacrifício. Quando eu saio para reivindicar os meus direitos, é preciso morrer. Por que eu preciso morrer? Eu não invadi terra de ninguém, porque lá eu já vivia. Quem invadiu a minha terra que deve sair numa boa. Porque eu não preciso, eu não quero o gado de ninguém. Eu não quero arame, eu não quero estaca. Eu quero a minha terra desocupada para eu poder viver junto com a minha família dignamente, como eu viva anos passados, tempos atrás. Eu gostaria de pedir para você Lazinho, que visse isso com seus companheiros, que respeitasse os nossos direitos, como a região do Porto Murtinho e a região do Manoel Correia, onde fica o meu povo. Essas são as minhas palavras para você.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Senhor Lino Sabanê. Eu fui já várias vezes na região de Ji-Paraná, Cacoal, mas, de toda forma, para você falar dá trabalho.

O SR. LINO SABANÊ – Bom dia. Quero agradecer a Mesa, nosso representante. Eu queria falar um pouco da questão da educação. Senhores nossos representantes, eu queria dizer para vocês que nós precisamos olhar mais para a educação, como o nosso parente falou, porque nós temos uma escola construída, mas só tem uma sala. Nós precisamos construir mais salas e precisamos também de um alojamento para professores, que hoje ela mora no posto de saúde, também precisamos de força para a manutenção nas estradas. Eu acredito que seja o Prefeito, mas com o apoio de vocês. Porque assim, nós pensamos muita coisa, o parente falou aqui sobre invasão de madeireiros, sobre invasão dos garimpeiros, a gente tem aí, como nós vamos fazer? Por que é que nós, muitas vezes nós aceitamos isso. Por que nós aceitamos isso? Por falta de sustento econômico. Por que dizer isso? Nós temos a nossa ferramenta de trabalho, mas nós precisamos mantê-los. Como é que nós vamos manter sem recursos? A gente precisa vender o nosso produto, mas sem condições a gente não tem como trabalhar para poder vender. Na verdade, hoje nós não vivemos só de alimentação, nós não vivemos só para comer. Vivemos também para vestir, nós temos que vestir, nós temos que manter nossos filhos na faculdade, e precisa de dinheiro. Então isso são as coisas principais que a gente tem de agilizar. Eu acho, acredito que através de vocês nós podemos agilizar essa situação. Precisamos de ponte, construir ponte, porque a gente tem grande projeto para poder estar... Igual como diz hoje, a gente vive tudo, comendo arroz, comendo feijão e não só comemos, mas precisamos também vender. Então precisamos de uma ponte, precisamos de uma estrada, precisamos de condições para poder manter o nosso equipamento de trabalho. Eu acredito que a situação de todos são iguais, principalmente na saúde, a questão da saúde indígena. A gente não vê melhoria de nada. Tanto dinheiro en-

trando e, a gente não sabe como está sendo gastado, de que maneira é gastado, aonde está sendo aplicado esse recurso. Então, é isso que realmente a gente está precisando, fora o que o parente falou também, realmente deixa a gente a desejar porque não sabe o que fazer mais. Não sabemos onde pedir socorro.

Então, hoje estamos aqui pedindo e solicitando esse apoio para a comunidade indígena.

Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado a você pela participação. Convidar agora a senhora Ivaneide Bandeira, Coordenadora da *Kanindé* e depois a Irmã Jandira.

A SRA. IVANEIDE BANDEIRA – Bom dia a todos. Obrigada, Deputado Lazinho, por ter concedido esta Audiência que a gente lutou, por conta das invasões nas terras indígenas que nesse Estado é gritante. No *Uru-Eu-Wau-Wau* nós temos a invasão de aproximadamente 100 famílias entrando, devastando, destruindo a terra indígena, impactando diretamente a cultura dos povos indígenas. Nós temos uma invasão de garimpeiros, de madeireiros na terra indígena do povo *Paiter Suruí* que destrói o povo Suruí, que provoca conflito, que gera destruição da floresta, que gera destruição da riqueza do povo indígena. Nós temos invasão na terra indígena *Mequéns*, há muitos anos, sem que se resolva aquela situação. Nós temos impacto destruindo a terra indígena Rio Branco com a hidrelétrica do Senador Ivo Cassol, que não é punido. E eu não sei o que é que acontece que ninguém faz nada para resolver o problema dos povos indígenas. Nós temos problemas também na região do *Roosevelt*, na região de *Aripuanã*, de madeireiros, de garimpeiros e de uma ordem de pessoas destruindo não só a biodiversidade dos povos indígenas, mas, destruindo e impactando sua cultura. Como disse a Eva Kanoé, a gente tem uma série de problemas de invasão e destruição na região de Guajará-Mirim. Na terra indígena lá onde os invasores colocaram a Polícia para correr junto com a FUNAI, deram tiros, olha um absurdo, atiraram na fiscalização. Nós temos problemas seriíssimo de pressão na terra indígena *Kwazá*, nós temos pressão na terra indígena Tubarão Latundé, nós temos indígenas morrendo por conta da pressão. Nós temos invasão em áreas como a do Pacaás Novos que é sobreposta à terra indígena onde os dois órgãos podem atuar em parceria para tirar os invasores. O que a gente clama aqui é que a FUNAI, que a Polícia Federal, que o Ministério Público, que tanto o Estadual, quanto o Federal, que a SEDAM junto com essa Assembleia Legislativa aqui, e como disse o companheiro antes, é lamentável que só tenha, que a gente só possa contar com o Deputado Lazinho. É lamentável deles não estarem, Deputado Lazinho, nós estamos profundamente agradecidos a Vossa Excelência de Vossa Excelência apoiar os movimentos sociais. Porque hoje nós só contamos com o senhor. Então a gente clama que esses órgãos públicos, que todos eles se juntem, que eles vão lá para os *Uru-Eu-Wau-Wau* tirar os invasores lá de dentro, o que é que custa a Polícia Federal, Polícia Estadual, SEDAM, FUNAI, o Ibama se juntar com o ICMBio e tirar os invasores de lá? E todo mundo aposta na impunidade, porque sabem que os órgãos não vão lá punir. Porque sabem que eles podem destruir, que eles podem roubar o patrimônio indígena, que eles podem destruir a cultura indígena e que tudo isso vai

ficar impune. Porque não tem nenhuma proposta que saia para defender os direitos indígenas. Nós estamos aqui clamando que esta Casa de Leis aprove a Política Estadual para povos indígenas. Por quê? Porque nós precisamos ter uma política estadual, para o Estado parar de ficar jogando a culpa no Governo Federal, a responsabilidade é conjunta. Então nós estamos aqui clamando que o Estado e o Governo Federal atuem juntos na defesa dos povos indígenas, na retirada de todos os invasores das terras indígenas.

Obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Ivaneide. A Irmã Laura, do CIMI. E depois a pastora, Pastora Jandira, também vai fazer uso da palavra, e nós passamos para os encaminhamentos da Mesa.

A SRA. IRMÃ LAURA VICUNÃ – Um bom dia a todos. E quero saudar primeiramente os guerreiros antigos que aqui se fazem presentes nesta Casa. E vejo alguns indígenas idosos que marcaram a história da luta pelos territórios. E não deixaria de em nome de todos esses saudar o senhor Luiz Aikanã, que faz parte dessa turma de guerreiros, e também o senhor Iabadaí Suruí que no ano 2000 fez um marco e fez toda a diferença do movimento indígena no País quando foram adiante na Marcha dos 500 Anos. Quero falar, senhor Deputado, que são 28 anos de Constituição Federal. E pensávamos que cinco anos após a promulgação da Constituição Federal todas as terras indígenas estariam demarcadas, conforme reza nesta carta. Infelizmente, 28 anos se passaram. No Estado de Rondônia são 60 povos, e apenas 20 territórios demarcados e todos esses 20 territórios sofrendo algum tipo de invasão seja ela ilícita, como foi citado aqui pela FUNAI de garimpeiros, madeireiros, pescadores, colonos, grileiros, posseiros, de fazendeiros, e também aquelas invasões que são provocadas pelo órgão, e são chamadas invasões lícitas que é o Terra Legal, que são os inúmeros de projetos de emendas constitucionais que estão sendo votadas no Congresso Federal e também a gente traz presente as inúmeras rodovias que cortam os territórios indígenas e que provocam esta vulnerabilidade, como é a 429 e a 421 que passam por território onde tem povos isolados, que no Estado de Rondônia são 15 povos e esses povos estão sendo ameaçados por grandes empreendimentos dos lícitos, das invasões lícitas como são as hidrelétricas, como são as pequenas centrais hidrelétricas e também alguns hotéis-fazenda como é o caso que ocorre lá no território do povo *Ajuru* que tem o seu território invadido por uma pessoa que se diz representante do povo que é o Sr. Ivo Cassol, como também a invasão das terras indígenas do rio Branco com as PCHs que são suas. Então, o CIMI vem denunciar, não vem falar em nome dos povos indígenas porque aqui eles falam, mas vêm denunciar todas essas invasões, e muitas lideranças estão sendo ameaçadas de morte. Aqui mesmo em Porto Velho, às 6:00 horas da manhã, uma comunidade do povo *Karitiana* acordou com pistoleiros e madeireiros ameaçando essa comunidade. Então são denúncias feitas ao IBAMA, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e, infelizmente nenhuma das providências são tomadas, ou pelo menos, visivelmente não se vê. Lideranças estão sendo ameaçadas de morte, lideranças que já fizeram o B.O e continuam sendo

ameaçadas de morte como é a Sra. Hosana Puruborá, como são algumas lideranças do povo *Kaxarari* e de outras regiões. E para finalizar a minha fala, eu gostaria de trazer presente o nosso Hino de Rondônia que fala dos pioneiros, que a primeira invasão começou aí, mas, em nenhum momento fala dos povos originários que aqui estão, nenhum momento fala de mais de 80 mil pessoas, indivíduos que viviam nessa terra e que hoje são 17.520. Então que a gente possa também ter consciência disso e a gente traz presente e faz essa denúncia pública de todas essas invasões. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Irmã. Pastora Jandira.

A SRA. PASTORA JANDIRA KEPPI - Bom dia a todos e a todas, autoridades aqui presentes, indígenas e não indígenas. Eu acredito que o diagnóstico das invasões das terras indígenas tanto por madeireiros quanto por vendas ilegais de lotes, já estão, esse diagnóstico já está perfeitamente apresentado, essa é a realidade das terras indígenas hoje no Estado de Rondônia, o dado novo é a venda de lotes que é um dado a mais, pelo que eu sei mais recente, que antes não havia tanto ou não se tinha conhecimento, e agora então até associações de pessoas inescrupulosas estão promovendo a venda de lotes em terras indígenas, isso quem vai perder naturalmente são aqueles que acreditam ainda que podem ter acesso à terra, adquirindo esses lotes e quem vai perder são esses que vão investir e depois naturalmente vão os grandes fazendeiros ou sei lá quem, é quem vai no fim tomar de conta desses lotes supostamente vendidos por esses inescrupulosos. Então acho que necessita de uma investigação, que associação é essa que está promovendo uma, uma das que está promovendo a venda de lotes em terras indígenas, além desses outros, porque não são os pequenos agricultores que estão invadindo essas terras. Então Senhores, é possível, é necessário fazer uma investigação de quem é que está por trás da venda desses lotes. Em relação à venda de madeira, ou a exploração de madeira em terras indígenas. Será que próximo às Terras Indígenas não está havendo manejo florestal de outras áreas e esses madeireiros aproveitam para esquentar essa madeira que vem das terras indígenas?

Então, essa não é uma estratégia? E quem é que emite a licença de manejo florestal no entorno das terras indígenas?

Então, acho que isso é possível reverter esse quadro. É possível reverter esse quadro, se de fato os órgãos competentes tiverem boa vontade para resolver essa situação. Evidentemente que têm povos indígenas que têm indígenas, não povos. Têm indígenas envolvidos na venda de madeira. Isso é preciso ter um trabalho preventivo, educativo e outras possibilidades, isso não justifica esse aliciamento das lideranças indígenas ou de indígenas, mas vê como é possível reverter esse quadro. Como disse a FUNAI aqui, sempre quando há envolvimento e participação de indígenas na fiscalização, essa fiscalização se torna mais fácil e com resultados mais positivos.

Então eu ainda queria colocar a questão da PEC 215. Várias ameaças Legislativas vêm do Congresso Nacional e a PEC 215 que não só é a transferência da competência da demarcação das Terras Indígenas do Executivo para o Legislativo, para o Congresso Nacional, mas, ela também prevê uma série

de outros danos, entre eles arrendamento de terras indígenas.

Então eu acho que a PEC 215 vem contribuindo para esse contexto de invasão de Terras Indígenas.

Então, acabou o meu tempo, mas era isso que eu queria dizer.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Irmã. Eu peço desculpas pelo nosso tempo, porque nós também temos horários aqui na Casa, e tenho certeza que todo mundo gostaria de poder expressar bastante, mas eu estou vendo que todos os que vêm, trazem argumento novo, algo novo de forma diferente, isso é bom que ajuda depois para a Mesa poder encaminhar.

Ainda me pediram aqui, o Henrique me pediu um minutinho para poder falar, o Henrique Suruí, e nós vamos passar para as duas meninas que já trazem um documento das comunidades indígenas que vão apresentar a esta Casa.

O SR. HENRIQUE SURUÍ – Bom dia a Mesa, ao Deputado, ao Ministério Público, a FUNAI e lideranças presentes à Mesa e também entidade de apoio que estão presentes. Quem não me conhece eu sou Henrique Labaday Suruí, agradeço essa oportunidade que vocês me deram, é bom. Eu quero reforçar a demarcação de homologação de terra que nós, povo indígena estamos enfrentando essa dificuldade de apoio, buscar apoio para que nós tenhamos a vida digna sem violência, sem preocupação, é casa do povo *Puruborá/Ajuru* e demais outros que estão a caminho de luta de demarcação de terra.

Eu queria também reforçar como foi dito aqui, tirava a invasão da Terra Indígena em área de Guajará-Mirim, *Uru-Eu-Wau-Wau* demais outras terra indígena. Vamos colocar aqui como a doutora Jandira falou, tem Terra Indígena que a madeira está sendo vendida ilegal, exploração de minério na Terra Indígena ilegal, tem participação da comunidade indígena e também dizer aqui para a autoridade, nós não vamos criar, vê de outra maneira dessa situação, buscar uma solução para esse tipo de venda da madeira na Terra Indígena, por exemplo, como colocaram aqui que tem participação de lideranças indígenas, então quer dizer, se o povo Gavião, povo Zoró e povo Suruí estão vendendo madeira e tem a participação de lideranças indígenas. Mas claro, que nós lideranças indígenas, nós somos representantes legal do povo indígena naquela comunidade. Então por isso eu quero pedir o apoio principalmente ao povo Suruí, eu vou convidar as autoridades para que resolvam aquele problema que está acontecendo na terra indígena Suruí. A gente vai sentar, dialogar, e achar caminho como poderemos resolver. Toda a entidade de apoio, lideranças indígenas estão convidadas, eu Henrique Suruí vamos marcar para dialogar para resolver essa situação. Se a gente mandar a Polícia Federal, Força Armada, a gente está criando mais problemas para nós, povos indígenas. E nós, autoridades, Polícia Federal, eu acho que não queremos violência, principalmente Deputado desta Casa, não queremos violência, mas queremos sim, resolver problema, tentar amenizar esse problema.

Então, agradeço a oportunidade que tive de falar publicamente essa **situação** para as autoridades e para as lideranças indígenas aqui.

Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Henrique. Convidar a Nathália Apurinã, e o Walela Suruí.

A SRA. WALELA SURUÍ – Boa tarde, senhores presentes, e os Deputados desta Casa, eu vou ler a carta de reivindicação dos povos indígenas de Rondônia sobre a fiscalização das terras indígenas. – Senhores Deputados da Assembleia Legislativa de Rondônia, vimos a esta Assembleia Legislativa nesta Audiência Pública solicitar o apoio dos Deputados desta Casa de Leis, reivindicar que o Governo do Estado junto com a Polícia Federal, Ministério Público Federal, Estadual, FUNAI, IBAMA, ICMBio, SEDAM e Polícia Ambiental retirem das terras indígenas todos os invasores, madeireiros, garimpeiros, grileiros, posseiros e fazendeiros. As terras indígenas que estão em situação mais grave e exigem ações imediatas são: Terra Indígena *Uru-eu-wau-wau*, Terra Indígena sete de setembro, Terra Indígena Roosevelt e a *Aripuanã*, Terra Indígena *Karitiana*, Terra Indígena *Kaxarari*, Terra Indígena *Mequéns*, Terra Indígena *Karipuna*, Terra Indígena *Lage*, Terra Indígena Ribeirão e Terra Indígena Igarapé Lurdes. De todas as terras citadas as que se encontram em pior situação estão às terras indígenas *Uru-eu-wau-wau* que tem aproximadamente mil invasores, já tendo sido denunciada diversas vezes, sem que os órgãos de fiscalização tenham retirados os invasores. As Terras Indígenas sete de setembro, *Roosevelt*, *Aripuanã* que estão com invasão de garimpeiros e madeireiros, havendo inúmeras denúncias sem que nenhuma ação fosse tomada para a retirada total desses invasores. As invasões em terras indígenas de Rondônia, o roubo de madeira, o garimpo ilegal trazem degradação florestal, morte dos animais e desvalorização a cultura do povo indígena.

Diante dessa situação, solicitamos o compromisso desta Casa de Leis, para fazer com que a Polícia Federal, Ministério Público Federal e Estadual, FUNAI, IBAMA, ICMBio, SEDAM e Polícia Ambiental ajam imediatamente na retirada dos invasores e que garantam a proteção física e territorial das terras indígenas de Rondônia. Propomos ações conjuntas entre os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e que seja desenvolvido um programa proteção e fiscalização das Terras Indígenas.

Queremos sair desta Audiência Pública com a certeza que serão tomadas decisões imediatas para a retirada de todos os invasores de nossas terras. Muito obrigada.

A SRA. NATHÁLIA APURINÃ – Boa Tarde a todos os presentes. Carta de reivindicação dos povos indígenas de Rondônia por uma política estadual para os povos indígenas. Senhores Deputados da Assembleia Legislativa de Rondônia, vimos a esta Assembleia Legislativa nessa Audiência Pública solicitar o apoio dos Deputados desta Casa de Leis, para aprovarem a proposta de política estadual de desenvolvimento sustentável e promoção de direitos sociais dos povos indígenas que foi encaminhada para o Deputado Cleiton Roque.

Acreditamos que o Estado de Rondônia, necessita de uma política própria para os povos indígenas. Por isso ficamos no aguardo de uma aprovação dessa Lei por parte dos membros desta Assembleia Legislativa. Ficamos nos aguardo das providências por parte desta Casa de Leis.

Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Nathália e Walela. Nós vamos receber o documento.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Nesse momento Sua Excelência, o Senhor Deputado, juntamente como Procurador do Ministério Público e o Ton, recebendo o documento que foi lido agora a pouco, Ton de Holanda, delegado, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Excelentíssimo Senhor Dr. Reginaldo, Procurador Chefe Substituto do Ministério Público Federal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Nós vamos fazer a juntada desse documento que resume bem o que precisa, o que a Mesa agora poderá propor e como fazer, quais ações nós temos que fazer para que esses documentos aqui que resume o básico de toda Audiência, nos ajudou, inclusive, na relatoria, precisa ser feito para que isso seja solucionado, encaminhado. E agora eu passo a palavra para o Almir, já começa Almir utilizando o tempo necessário, o mínimo possível para que a gente possa encaminhar. Se demorar muito, eu corto. O tempo de cinco minutos no máximo.

O SR. ALMIR SURUÍ – Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer o convite e parabenizar o Deputado Lazinho por esta oportunidade, em nome da Rede Sustentabilidade, eu quero, quero dizer que está aqui junto os povos indígenas, dar a nossa solidariedade pelas causas indígenas que são tão importantes, e pretendemos que esta Casa de Leis venha realmente fazer o seu papel de cumprir, de respeitar e contribuir de alguma forma o direito coletivo dos povos indígenas do Estado de Rondônia dentro dos seus representantes que estão aqui atuando como o Deputado Lazinho. Então, assim, por essa oportunidade quero dizer que questão indígena, os últimos anos tem passado uma crise política sobre o seu direito, dentro da Assembleia Legislativa, e também Câmara dos Deputados, Senado Federal e outros em níveis municipais também de vários municípios. Porque certamente questão indígena também afeta interesse comum de toda sociedade econômica. Então, a gente precisa também conscientizar nesse sentido, como nós podemos trabalhar através do diálogo estratégico para que as terras indígenas sejam reconhecidas como importância do patrimônio da sociedade brasileira como um todo. Então, o partido Rede Sustentabilidade vem defendendo essa visão que é possível você fazer um desenvolvimento sustentável e com respeito ao direito comum do ser humano. Então, portanto, Deputado eu quero dizer que esse seu trabalho, essa sua iniciativa dentro da Assembleia Legislativa, criar essa Audiência Pública para tratar invasão das terras indígenas, é muito importante para o povo indígena e para o Estado de Rondônia, porque hoje o mundo passa aí sobre várias crises, e principalmente o Brasil está passando uma crise política que certamente, todos nós vamos sofrer com essas causas, porque quando acontece isso dentro do nível de interesse político, quem sofre com isso é a sociedade. Então, a sociedade brasileira está passando com essa dificuldade profunda, com essa crise que está passando em nível nacional. E quero dizer que, aqui representado por várias autoridades, que são órgãos ambientais, é preciso fazer um plano estratégico como que as terras indígenas podem ser reconhecidas em nível do Estado, que tem

papel importante sobre isso, senão, se a gente trabalhar sempre com a ilegalidade, como retirada ilegal da madeira, do diamante, arrendamento da terra, o que foi falado aqui, quem que leva esse prejuízo, não apenas o povo indígena, mas principalmente o desenvolvimento que Rondônia precisa fazer.

Então, todas as pessoas que estão presentes, estão conscientes que é necessário proteger e respeitar o direito coletivo da terra indígena. Parabéns para todo mundo. Daqui para frente, eu acho que cada um guarde em sua consciência, e levar o bem comum a todos. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Almir. Helinton, é contigo.

O SR. HELINTON TINHAWAMBÁ GAVIÃO – Bom dia, parentes presentes aqui, lideranças indígenas de várias etnias, quero também cumprimentar a Mesa, não posso citar nomes. Gostaria de agradecer primeiramente a Deus e também em segundo lugar, agradecer o companheiro Lazinho, Deputado, e também agradecer Deputado Maurão, que é chefe desta Casa e demais membros da Casa Legislativa e agradecer a cada um de nós aqui presentes neste momento, parceiros, entidades parceiras, lideranças. Meu nome é Helinton Gavião, da etnia Gavião município de Ji-Paraná, da Terra Indígena de Igarapé Lourdes, atualmente coordenador dos povos indígenas do Estado de Rondônia, que foi criada recentemente no final de 2013.

Bom, mais uma vez estamos aqui, apenas um Deputado presente, sempre foi assim aqui, não é a primeira vez que nós estamos presentes nesta Casa, e nem uma vez eu vejo a presença pelo menos dez ou quinze Deputados acompanhando o debate da questão indígena. Agora quando chega a eleição todo mundo vai atrás da etnia que vive aqui no Estado de Rondônia, que são cinquenta e quatro etnias diferentes no Estado de Rondônia, além daqueles que ainda não estão inseridos no contexto da convivência da sociedade não indígena, que são nossos parentes isolados, claro que não estão isolados, mas estão distantes da sociedade não indígena. Então, eu quero aqui como representante indígena, pedir apoio como foi lida a carta, a questão de aprovação e implementação da política pública voltada aos povos indígenas do Estado de Rondônia, lembrando que o Estado de Rondônia, não só o Estado de Rondônia, o Brasil com certeza ainda deve muito para com os nossos povos indígenas, por esse motivo, eu coloco essa mensagem aqui, dizer que o Estado brasileiro, está na hora de dar mais atenção, mais respeito aos povos indígenas pelo menos isso, criar uma representação ou garantir um orçamento ou uma política voltada ao nosso povo indígena.

Então parente, gostaria de deixar essa mensagem para cada uma das autoridades, Ministério Público, FUNAI e demais autoridades presentes aqui. Reforçando a fala de cada uma das lideranças indígenas referente ao apoio, a proteção territorial das terras indígenas para garantir a vida do nosso povo no Estado de Rondônia. E retirada urgente da invasão do território indígena, que estão sendo invadidos por vários segmentos tanto de madeireiros, garimpeiros, grileiros, invasores, demais segmentos. Eu não gostaria também de esquecer, de dizer para cada um de vocês aqui, apesar de que só tem um Deputado, dois Procuradores, dizer que nós temos que começar a se planejar, começar se aproximar das comunidades in-

dígenas, ter mais diálogo antes de qualquer discussão ou decisão, ou implementação de qualquer projeto que traz impacto ambiental, com a consequência causada por isso, as terras indígenas impactadas diretamente e indiretamente, a vida cultural dos povos indígenas também é atingida e impactada com essa consequência, que são as construções das hidrelétricas, como aconteceu aqui no rio Madeira. Ninguém procurou os povos indígenas para dialogar antes de executar e implementar esse projeto, e onde estão sendo impactados, onde nosso direito está sendo violado e também o pequeno PCH's no Rio Branco Tupari, na terra indígena Rio Branco, ninguém deu solução para travar, paralisar a construção daquela PCH, onde está a lei? Onde estão aquelas pessoas que a gente considera como instrumento para aplicar a lei, e punir aquelas pessoas que são responsáveis pela construção de qualquer empreendimento que possa prejudicar a nossa vida? Há outra que está sendo construída no rio Machado, um grande empreendimento, onde meu povo em 90/93 paralisou aquele projeto, foi retomado para ser construída mais uma hidroelétrica que possa impactar as terras indígenas e violar o nosso direito constitucional. Apesar de que o tempo é pouco para a gente, eu queria deixar esta mensagem para esta Casa, como indígena, eu não posso considerar como representante do Governo neste momento, que nós estamos aqui, mas, claro que a gente tem que respeitar o cargo, mas, eu respeito mais a minha origem, o meu povo. Eu gostaria de deixar esta mensagem, Lazinho, apesar que você está sozinho aqui, e com certeza, a minha gravação poderia levar esta mensagem para cada um, para cada gabinete dos Deputados Estaduais desta Casa, que não compareceram que não marcaram suas presenças, para pelo menos ouvir a mensagem que nós queremos deixar para eles. Eu sei que tenho muitas coisas para falar, e gostaria de lembrar também, Deputado Lazinho, que pelo menos neste mês de abril, foi com certeza registrado no calendário da sociedade branca para lembrar pelo menos por poucos minutos, ao histórico deste País, o povo originário que aqui já vivia milhares de anos, antes de Pedro “diabo” Cabral chegar e pisar esse território indígena. Pelo menos chamar umas duas pessoas para fazerem um canto representativo, apresentar pelo menos um canto aqui, pelo menos neste momento a gente poderia lembrar isso: que existem povos indígenas que ainda preservam e valorizam a sua cultura, para que pelo menos isso poderia ser lembrado neste momento. Chamar duas pessoas, três pessoas, para cantarem. Eu queria chamar meu pai que está lá no fundo, chamar também o Tari Amondawa, meu grande líder, que respeito tanto e também o Ita, não sei se o Ita está por aí, não sei se ele veio.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Olhe só, vamos fazer o seguinte, a gente faz o fechamento, a gente fecha com a dança, está certo? Obrigado. No fechamento a gente fecha com a dança.

Agora o vereador Roberto, com a palavra Vereador, de Guajará-Mirim.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, enquanto ele se prepara para fazer uso da palavra, registrar a presença do senhor Marcelo Ferronato, da Ação Ecológica Guaporé/Epaporé.

O SR. ROBERTO ORO WIN – Oi, neste momento em primeiro lugar eu agradeço a Deus por chegar até aqui na Assembleia Legislativa dos Deputados Estaduais e dou bom dia a todos, meus guerreiros que vieram aqui participar desta Audiência Pública, sobre invasão nas terras indígenas, e agradeço a presença da FUNAI, Dr. João Soares; agradeço ao parente Edson e ao nosso Cacique Iaimatô, este é o Cacique que nunca deixou de participar das reuniões, o que debate em favor das populações indígenas. Então, neste momento eu sou o representante de Guajará-Mirim, fui eleito para a população geral, eu sou o representante indígena. O meu nome em português é Roberto e na língua indígena é Nham-Pá, que significa tempestade. Então tenho muito orgulho de ser brasileiro, de está aqui, na presença e ao lado de Vossas Excelências, bom dia a todas as Vossas Excelências que estão aqui ao redor da Mesa, e os doutores. Então neste momento, em nome da população indígena, em nome das minhas lideranças, que vocês são os nossos grandes parceiros, os nossos grandes amigos, que queiram somar conosco, indígena, então vocês estão de parabéns, meus nobres que estão aqui na Mesa, eu agradeço o Deputado. Deputado, quando fala em invasão nas terras indígenas, o que eu vejo que o senhor citou - o da FUNAI, passando as fotos que estavam passando das áreas indígenas, eu sou da etnia *Oro Win*, atuo na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau e Rio Pacaás Novos, que sou da etnia *Oro Win*. Sim, está tendo invasão? Sim. Então nós como indígenas, que cuidamos das florestas, queremos o melhor para todos, não só para nós. Então neste momento, os Deputados Estaduais, Federais, as demais e grandes autoridades, neste momento eu peço em nome da população indígena em vários Estados do Brasil, que a gente sabe muito bem que atuam na Casa de Leis, vinte e quatro Deputados Estaduais, e oito Deputados Federais. Eu peço as Vossas Excelências, Deputados que estiverem me ouvindo e o Deputado que está aqui, do nosso lado, que Vossas Excelências como grandes políticos, consigam a emenda parlamentar para poder atender na área de agricultura das populações indígenas, porque a gente sabe muito bem disso, que alguns dos nossos amigos não indígenas falam que: “índio é preguiçoso, tem muita terra e não trabalha”. Eu acho que não. Que eu nunca vi um branco trabalhar de enxada e terçado. Que hoje em dia a gente sabe muito bem que todas as coisas funcionam através, onde se fala máquina. Esse ano, estou finalizando o meu trabalho na Casa de Leis, e se Deus quiser a gente vai tentar novamente, em nome de Jesus, o que ele nos permitir. Esses quatro anos, meus nobres senhores que estão aqui à Mesa, só foi, entre 24 Deputados Estaduais, só foi um Deputado que se chama o Deputado Hermínio Coelho, que liberou R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) da Emenda Parlamentar que foi investido e que a gente sentou com as lideranças e nós decidimos que foram compradas 41 roçadeiras; foi comprado um trator; e foram compradas 4 voadeiras para poder atender a área de emergência dentro da comunidade. Então neste momento, meus nobres senhores e os parentes que aqui marcam presença, e as mulheres, jovens, continuam a nossa batalha, porque neste momento meus nobres senhores que estão aqui participando desta audiência Pública sobre as invasões nas terras indígenas, nós estamos aqui, não para perturbar os nossos grandes políticos, nós estamos aqui para poder reivindicar, cobrar o que é o nosso

direito. Nós indígenas, nobres lideranças, as senhoras, jovens, as Vossas Excelências, a gente sabe muito bem que nós indígenas, é proibido nós vendermos madeira, é proibido nós vendermos a pesca, é proibido nós mexermos no minério. Então, nós vamos viver de quê? Neste momento os grandes Deputados têm que liberar a Emenda para nós atendermos as populações indígenas na área da agricultura. Isso eu estou pedindo, reivindicando em nome das lideranças indígenas em todo o Estado que estão participando aqui como os parentes Suruí, e os demais parentes de várias etnias que estão aqui na Audiência Pública neste momento.

Finalizando o meu discurso neste momento meu nobre, Vossa Excelência, eu estive aqui em nome da Liderança, em nome da população, porque somente um Município que naquela região nós festejamos o dia 19 de abril. A gente sabe que outros demais parentes são contra esse Dia, porque foi o dia que os não indígenas nos massacraram, mas, lá todos os anos nós festejamos. Então neste momento agradeço ao Vereador Arão, também que foi eleito pela população, nós dois indígenas, lá no município de Guajará-Mirim, que neste momento ele está participando de uma grande festa que está acontecendo em quatro aldeias em Rio Mamoré, em Rio Guaporé, em Rio Pacaás Novos e também na Aldeia terrestre Laje Velho. O Vereador estará com o povão participando da festa e eu estarei aqui participando da Audiência Pública em prol da população indígena do nosso Brasil. Assim que os parentes apresentarem, representarem as festanças tradicionais, que as nossas raízes continuem viva, continua derramando sangue vivo, que por aqui a gente não vai deixar de lutar em nossa população, e vamos continuar até onde Deus nos permitir. E quero cantar uma música da minha etnia *OroWin*, assim depois que os parentes representarem, se Vossa Excelência me permitir esses quatro minutinhos.

Finalizo meu discurso parente, meus nobres guerreiros que estão ao redor da Mesa e os participantes que estão por aqui, muito obrigado, que a gente vai fazer um bom discurso se Deus quiser.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Roberto. No final no fechamento a gente faz todos os atos das comunidades.

O senhor Francisco de Sales representando DEDAM, Secretário Adjunto da SEDAM.

O SR. FRANCISCO DE SALES – Bom dia a todos. Através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, e em nome do Governo do Estado de Rondônia, queríamos agradecer o convite para que pudéssemos participar desta Audiência Pública. Os nossos agradecimentos ao Deputado Maurão de Carvalho, Presidente; ao Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência.

Esta Audiência, ela tem assim uma relevância, uma importância muito grande. Na verdade, Deputado Lazinho, as invasões, as terras de Unidade de Conservação e as terras indígenas, ela é crescente no Estado de Rondônia. E precisamos dar um basta, não tem outro caminho, o caminho tem que ser tomadas algumas decisões, inclusive, passando por esta Casa, que será de fato, cadastrando todas aquelas áreas que estão invadindo e constatando todos aqueles animais que

estiveram dentro daquelas Unidades, de imediato dar o seu perdimento. Se não fizermos isso o sistema de invasão dentro das Unidades ou dentro das terras indígenas, ela será crescente. Ainda vejo que as punições simplesmente, as multas que se faz, as apreensões que estamos fazendo SEDAM, IBAMA e ICMBio, ela ainda é muito pequena porque se perde ao longo do caminho, as apreensões são muitas, mas, muitas vezes não está se concretizando no seu final. Estamos dentro da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, nós estamos tomando todas as medidas e principalmente na liberação dos seus planos de manejo, todos os cuidados necessários estão sendo tomados e todas as recomendações do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, nós estamos procurando atender de fato, inclusive, nós estamos naquela região de São Francisco, região de Costa Marques, inclusive com embargos da grande maioria das madeiras, o titular é nosso Coronel Vilson não tem medido esforços de fato para combater esse crime que existe no campo, mas, é muito pouco. Eu sei que as denúncias que se pesam, sempre em cima dos órgãos de fiscalização, o nosso papel estamos fazendo, mas, precisamos também do apoio de outras instituições porque é um compromisso de todos e a sustentabilidade é garantir a futura geração. A Neidinha fez uma reclamação quando ela diz assim que o Governo se faz ausente. O Governo não se faz ausente, inclusive, existe uma mensagem de lei aqui dentro desta Casa que pode de fato contemplar algumas ações que venham fortalecer essa defesa das questões principalmente das unidades de conservação e o apoio as áreas indígenas. Quando, aqui nós temos o Coronel Adilson, quando se pede o apoio, o reforço policial o Estado não tem se negado para o processo de fiscalização e o Governador não deseja, isso ele não quer infelizmente, Deputado Lazinho, precisamos trabalhar a legislação, isso em nível federal para que em nível estadual ela possa surtir os seus efeitos. É necessário, entendermos que hoje a luta e a batalha que o Procurador Dr. Reginaldo tem feito, ela é muito grande, nós reconhecemos e precisa que haja de fato a participação das demais instituições nesse fortalecimento do processo e que resolva de fato esse impasse que existe, precisa se trabalhar de fato o Ministério do Meio Ambiente, o Itamaraty porque realmente requer a participação desses Ministérios Públicos para que a gente possa buscar o destravamento da legislação. Entendemos, inclusive Senhores, o próprio Ministério do Meio Ambiente aqui quando digo assim, que o Governador assinou autorização dos créditos de carbono para o Estado de Rondônia ainda sem ter uma legislação, vejo que é um grande risco e muitas vezes sem o apoio do Itamaraty e que precisa e digo do Ministério do Meio Ambiente, precisamos cortar esse elo, precisamos resolver esse elo para que a gente de fato possa resolver esses impasses, nós não podemos mais, nós não podemos entender que o homem, o índio de 500 anos, ele é diferente de hoje, ele precisa de educação, estrada, saneamento, ele precisa, nós não podemos permitir e nem aceitar que essas comunidades continuem sofrendo dentro de um processo da desigualdade social muito grande, mas, assegurando a participação do Estado e a vontade do Governador em solucionar essas situações, e com certeza ele não se faz presente, mas, asseguro a palavra dele, ele está com os senhores, ele apoia e não aceita justamente o desflorestamento e a retirada ilegal de madeira não tem o apoio dele.

Meus senhores. Meu muito obrigado. Um abraço e que Deus abençoe essa audiência pública.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Sales, representando a SEDAM. O Sr. Edvar Sovete, do IBAMA.

O SR. EDVAR SOVETE - Bom dia a todos. Em nome do Superintendente do IBAMA Renan, agradeço ao deputado pelo convite. Eu estou no IBAMA desde 2005, ou seja, este ano farei 11 anos de trabalho, eu participei de diversas ações, inclusive em Terra Indígena conheci *Nham-Pá*, em uma ação lá da Terra Indígena dele, na Terra Indígena *Suruí* já fui em algumas, inclusive com o Almir, e pela minha experiência vejo que não é complicado resolver essa situação de furto de madeira em Terra Indígena, basta que não tenha quem receba, se não tem quem receba, não tem porque alguém explorar para vender. Então a minha sugestão é que o Estado reveja as autorizações de empresas nas proximidades de Terras Indígenas como, por exemplo: Pacaraná, União Bandeirantes e também tem alguns critérios, eu acredito que mais específicos para propriedades que estejam querendo fazer plano de manejo próximo a essas terras indígenas.

Outra forma de inibir que eu entendo seria, talvez, criar um Decreto em que a fiscalização chegando num pátio de empresa e encontrar madeira sem origem, ou seja, que não seja de plano de manejo, mesmo que seja uma tora, que a empresa comprove todas as demais toras de madeiras, a origem daquelas outras toras, porque a empresa sabendo, que se ela aceitar uma única tora ela vai ter que comprovar as demais, ela não vai querer esse transtorno para ela, eu acredito que é uma forma de inibição.

Outra coisa que eu acredito que seja também importante é que, as empresas quando apresentar o PSS que é a matéria prima que ela vai utilizar, que se ela apresentar capacidade para seis meses que o licenciamento dela seja por seis meses e não por dois, três, quatro anos que nem a gente tem visto, ou seja, eu sou um cidadão quero abrir uma empresa madeireira e apresento capacidade para seis meses, eu tenho que ser licenciado por seis meses, agora, se eu naquele seis meses eu conseguir mais, eu renovo a minha licença pelo período que eu posso manter a minha atividade, se eu consigo produzir, processar trinta metros cúbicos por dia em média, então, eu tenho que ter matéria prima, vamos supor, para um ano, seria 365 vezes 30. E é o que nós não vemos, quando a gente vai mexer no Sistema DOF, nós vemos que empresa madeireira está vendendo madeira para outra empresa madeireira, empresa lá de Costa Marques vendendo para madeireira de Espigão d'Oeste, empresa de Cujubim vendendo para madeireira de Espigão d'Oeste, o que significa isso? Não é madeira, é apenas crédito, são créditos para esquentar madeira oriunda de terra indígena e também de unidade de conservação, infelizmente, há um mercado de crédito que é muito grande em que o crédito de madeira vale mais do que a própria madeira. Então é isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Edvar. O Dr. Reginaldo tem o tempo, tem outras ocupações mais rápidas agora e pediu para que adiantasse o tempo da fala dele. Eu passo a palavra então, porque ele já vai deixar os encaminhamentos para a gente registrar.

Obrigado doutor pela presença e está com o senhor a palavra.

O SR. REGINALDO TRINDADE – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública, louvo efusivamente a sua iniciativa Deputado, pela realização desse evento tão importante, tão significativo. Cumprimento em seu nome Deputado Lazinho da Fetagro, todas as autoridades e as pessoas aqui presentes, cumprimen-

to nas pessoas de Helinton Gavião, Almir Suruí e Marcos Apurinã, todos os parentes, as lideranças, bravos guerreiros que jamais desistem de seus direitos.

Cumprimento nas pessoas de Ivaneide Bandeira, nossa querida Neidinha da Kanindé, e Ana Aranda, ambas nossas parceiras do Grupo Clamor, todas as mulheres aqui presentes em especial às mulheres indígenas.

Cumprimento meu colega Dr. Bruno Sales, Procurador da República da Região de Guajará-Mirim, que tem um grande problema pela frente na defesa dos povos daquela região, e cumprimento por fim o parente irmão Celso Cinta Larga, representante aqui de um povo que tem sofrido tanto por tantas incompreensões, tantos preconceitos, tantos roubos de suas terras, há semelhança, se não todos, nove em dez povos indígenas de todo o País. Bem, o tempo é extremamente curto, eu vou ser o mais breve que eu puder Sr. Deputado. Eu trouxe um material que eu distribuí, infelizmente apenas para a Mesa, é um material, um dossiê que nós temos que condensa o nosso esforço em 12 anos de trabalho e tem alguns textos esparsos, mas recentes. Então tem três recomendações que nós expedimos hoje, estamos mandando ao Ministro da Justiça, ao Diretor Geral da Polícia Federal e ao Presidente da FUNAI, denunciando a gravíssima situação em que se encontra a questão Cinta Larga, e que a qualquer momento nós podemos ter novas tragédias a exemplo do que aconteceu, por exemplo, em abril de 2004 quando de uma só vez, nós tivemos 29 mortes em decorrência desse conflito. Antes disso e depois disso, nós tivemos outras mortes também de índios e não índios. E de 2015 para cá, nós tivemos Deputado, pelo menos duas ocasiões diferentes, em que esse barril de pólvora que é a questão Cinta Larga, quase explodiu de novo. Então por conta disso, nós estamos recomendando ao Ministro da Justiça, ao Diretor Geral da Polícia Federal, e ao Presidente da FUNAI, que adote as providências devidas para evitar que esse barril de pólvora exploda de uma vez. Trouxe também outro dossiê que está nessa capa do Ministério Público Federal, é a respeito de uma proposta nossa, um anteprojeto para regulamentação da mineração para o povo Cinta Larga. Os parentes todos e as demais autoridades que me antecederam falaram com muita propriedade a respeito dos problemas que afligem os povos indígenas, todos os povos indígenas aqui de Rondônia. Os problemas são por demais conhecidos, então vou me permitir até em função do exíguo prazo que me é concedido, não tocar nesse assunto.

Então eu vou direto para tratar apenas dos encaminhamentos. Em primeiro lugar, especificamente em relação a minha praia, a questão que eu conheço com mais profundidade, que eu trabalho há doze anos, que é em relação a questão do Cinta Larga. Esta Casa já tem nos ajudado muito, e eu sou imensamente grato não apenas ao Deputado Lazinho da Fetagro, mas ao Presidente Maurão de Carvalho, a Deputada Lúcia Tereza e outros tantos, muitos Deputados que tem nos ajudado imensamente. E abusando então dessa boa vontade, dessa sensibilidade de todos vocês, dessa consideração, dessa reverência e preocupação com a questão Cinta Larga, eu pediria que a título de proposição, que esta Casa aprovasse uma nota ou Moção de Apoio a essas recomendações. Lembro que essas três recomendações foram expedidas para evitar novas tragédias, novo derramamento de sangue e também aprovasse uma proposição, uma Moção de Apoio aprovando ou reforçando a necessidade imperiosa dessa regulamentação. Eu me disponho desde já a vir aqui numa agenda específica se necessário for, para tratar de ambos os assuntos. Eu proponho também e agora nas questões mais gerais, que esta

Casa aprove ou adote as providências para aprovar o mais rápido que for possível, a política estadual de interesse dos povos indígenas, até onde eu acompanhei essa política foi discutida exaustivamente pelos índios e por setores do governo e setores da sociedade civil. Nós precisamos desse instrumento legislativo, embora ele não vá resolver todos os nossos problemas, é o mínimo que nós temos que ter é esse instrumento. Esse importante instrumento para a política estadual indigenista.

Eu também sugiro em relação a PEC 215, que alguém falou aqui da Tribuna, que seja proposta e aprovada uma moção de repúdio por esta Casa a essa PEC 215, bem como, a expedição de um ofício circunstanciado a toda a bancada federal de Rondônia, manifestando preocupação extrema, caso essa PEC venha a avançar no âmbito do Congresso Nacional. E também me disponho, eu já escrevi um artigo, embora sucinto, singelo a respeito dessa PEC, posso compartilhar esse artigo, e também me disponho a ajudar em ambos encaminhamentos. Proponho que as duas cartas que foram lidas aqui pelas jovens índias aqui da Tribuna, que elas sejam encaminhadas aos órgãos devidos, a todos os órgãos de controle, inclusive, o Deputado até já tinha sugerido que fosse feita uma reunião com esses órgãos de controle, se essa reunião for feita eu proponho que esta carta seja entregue nessa ocasião, até para eventualmente conseguir um compromisso mais efetivo das autoridades em relação aos grandes empreendimentos que tanto afligem as comunidades indígenas.

Eu proponho que esta Casa aprove uma exortação a todos os órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais, principalmente federais para que observem estritamente a Convenção 169, notadamente no que tange a Audiência Pública, a Audiência prévia das comunidades indígenas afetadas.

E por fim, entendo que nós precisamos avançar e avançar muito em termos de invasão de terra indígena, em termo de roubo de madeira, de diamante, do que for de terra indígena e, enfim, em todos os aspectos. Eu me lembro que a Neidinha falou de invasão no *Uru-Eu-Wau-Wau*. Eu entrei há 12 anos no Ministério Público Federal e já se falava em invasão das terras dos *Uru-Eu-Wau-Wau* e naquela época já era gravíssimo, Deputado, essa invasão. Hoje, 12 anos depois o mesmo quadro, quadro de invasão generalizada e um quadro gravíssimo de novo. Alguém falou, se eu não me engano, a representante do CIMI, da ineficiência do Ministério Público Federal, enfim, reclamou do Ministério Público Federal e ela tem razão, nós temos a nossa parcela de responsabilidade nesse quadro todo. Mas, na verdade, o problema vai além do Ministério Público Federal, vai além do IBAMA, além da FUNAI, além da Polícia Federal. Nós somos muito ineficientes, nós somos muito amadores. Então, por exemplo, tratar *Uru-Eu-Wau-Wau*, tratar invasão do *Uru-Eu-Wau-Wau* da forma como sempre se tratou no varejo, é varejo não é, no varejo, não tem, não adianta, não resolve: “vai invadir na semana que vem”. Daí vai lá prende um dos líderes, deixa algumas horas, alguns dias preso, depois quando ele sair, já sai contactando de novo para invadir no mês seguinte. Então, não adianta de forma alguma tratar isso, detalhe, cada Instituição agindo como se fosse uma ilha isolada, o Ministério Público Federal lá no gabinete, a Polícia Federal na sua área, a FUNAI lá no seu gabinete, na sua repartição, o IBAMA também e, esses órgãos não se comunicam, esses órgãos não conversam, aliás, no Ministério Público Federal, não conversamos entre nós. Então nós temos 4, 5 Procuradores da República, felizmente atuando na questão, jamais a gente fez uma reunião. Sendo assim, nós somos muitos amadores mesmo.

Então, eu proponho que ao menos se comece um esforço no sentido de profissionalizar esse combate e alguém precisa puxar isso, essa pessoa, essa Instituição a que seria mais autorizada ou recomendada, ou enfim, seria o próprio Ministério Público Federal. Mas, eu aqui não tenho condições de assumir esse compromisso, até porque a minha atuação específica em relação ao povo Cinta Larga. E **até porque** atualmente por mais incrível que possa parecer, não temos nenhum Procurador que responda pelo ofício indígena em Porto Velho, é um ofício vago. Então, teria dificuldade para encaminhar concretamente essa questão aqui e agora para o Ministério Público Federal assumir essa postura. Então, eu sugiro que a própria Assembleia assuma isso. Então, o quê que poderia ser feito? Criar-se-ia uma comissão ou um grupo pequeno de dois, três Deputados ou um Deputado que seja, um relator e essa pessoa poderia tentar ser esse gerenciador de um processo de mudança, de profissionalizar essa atuação dos órgãos. Ele instaria, ele exortaria os órgãos a conversar mais, a dialogar mais, quem sabe criar uma Comissão interinstitucional para pensar estratégias e propor ações concretas para discutir e combater esse grave problema que nós temos em relação à questão indígena.

Então, é isso que eu tinha a dizer, muito obrigado de coração, mil perdões por extrapolar e, muito o meu tempo, mais uma vez louvo de coração a realização deste evento tão importante, alguém já disse que se a gente não pode resolver o problema do nosso semelhante, o simples fato da gente se preocupar já é um grande alento, já é um grande alívio para o coração.

Então, parabéns, Deputado Lazinho da Fetagro, parabéns por no mínimo se preocupar com os nossos irmãos indígenas. Muito obrigado mesmo, lamento de coração não poder ficar mais, eu tenho um compromisso agora, tenho que levar minha esposa ao médico agora, e às duas e meia eu tenho um evento da maior importância, que é uma conversa com os estudantes a respeito de questões indígenas. Lamento de coração não poder ficar, mas, lamento não poder presenciar as apresentações culturais.

Muito obrigado mesmo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu que agradeço Dr. Reginaldo, já deixar essa folha que o senhor escreveu. As proposições, deixar lá para ele relatar porque nós vamos fazer um relatório já.

O SR. REGINALDO TRINDADE – É porque não vai adiantar eu deixar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Não vai entender não?

O SR. REGINALDO TRINDADE – É, só eu que entendo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Será que ele conseguiu captar? Você conseguiu captar as propostas do Dr. Reginaldo? Ok.

O SR. REGINALDO TRINDADE - Eu vou deixar um cartão meu, qualquer coisa, me liguem, que eu decifro alguma coisa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Precisa de alguma cigana para poder decifrar a letra. Passar agora, obrigado então, Dr. Reginaldo, nós é que agradecemos a presença do senhor, e parabenizamos pela luta que o senhor tem por essa causa. Muito obrigado.

Passar a palavra agora para o Coronel PM Adilson Pinheiro. Depois, nós temos o Vicente, o Ton, Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, a gente já faz o fechamento, o Antenor Karitiana não é? O Antenor Karitiana, fala agora depois do Reginaldo, Antenor, depois do Dr. Adilson, o senhor usa a palavra pelo tempo necessário.

O SR. CEL. PM ADILSON PINHEIRO – Bom dia a todos. Primeiro parabenizar Deputado Lazinho, pela iniciativa, quero fazer um registro especial antes que o Dr. Reginaldo saia da audiência, fazer um registro especial antes do Dr. Reginaldo sair da audiência, que no dia 8 de abril último agora aqui, ele tomou posse como membro da Academia Rondoniense de Letras, e quero parabenizá-lo e isso demonstra que, demonstra que o Dr. Reginaldo, mesmo sendo um servidor federal, ele tem um carinho muito grande por esse Estado, muito obrigado Doutor. Cumprimentar os demais integrantes da Mesa, na pessoa do senhor Almir Suruí, cumprimentar também a todos os integrantes aqui do plenário em nome da Ivaneide. Estou há vinte e seis anos no Estado, tive a oportunidade de conhecer a Ivaneide, como Comandante da Polícia Florestal em 93, já se passaram vinte e três anos, a luta é a mesma, continuamos na mesma luta. Em relação à segurança pública, hoje como Adjunto da Secretaria de Segurança Pública e em nome do nosso Secretário Dr. Antônio Carlos dos Reis, nós sempre nos colocamos à disposição as nossas instituições. Podemos verificar nas imagens apresentadas pelo companheiro de Ji-Paraná, que na maioria das ações repressivas lá estavam o Batalhão de Polícia Ambiental, faz parte da Polícia Militar, integrantes da Companhia de Operações Especiais também da Polícia Militar. E eu tenho certeza que em todas as nossas unidades operacionais e não só da Polícia Militar, mas, da Polícia Civil podem contar conosco para ações, não só ações preventivas como ações repressivas. Em relação a ações preventivas, não policiais, foram colocadas várias situações aqui e nós observamos da necessidade de uma vigilância e um monitoramento maior, mais eficaz, com mais tecnologia. Hoje nós temos no Estado Deputado, o SIPAM, como uma estrutura enorme que eu tenho certeza que para as instituições como o IBAMA e outras, ele vai nos dar uma grande colaboração para o planejamento de ações e para o monitoramento dessas áreas indígenas. Falando em tecnologia, nós não devemos esquecer também da necessidade de uma rede de proteção, o que o Dr. Reginaldo falou agora a pouco da criação de uma comissão ou de uma coordenação nesse sentido, é necessário isso, Deputado, é necessário esse envolvimento, é necessário se trabalhar com inteligência, é necessário verificar quem são os receptadores, o Marcos, lá de Cacoal, é isso Marcos? O Marcos colocou uma coisa muito interessante, nós já sabemos, Ivaneide, dos problemas há vinte e tantos anos, são os mesmos, mas, a gente não vai à busca da solução desses problemas. Então, nós precisamos como o Marcos falou em buscar soluções, em buscar soluções. E desde já, o tempo está encerrando, deixo a Secretaria de Segurança do Estado à disposição de todos os órgãos desta Casa de Leis, para que venha contribuir na elaboração de uma estratégia para reduzir essas ações nas áreas indígenas. Muito obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Coronel Adilson. Antenor.

ANTENOR KARITIANA – Boa tarde a todos, a Mesa. Só quero dizer, senhor Presidente, que o povo *Karitiana* tem uma terra demarcada, de 89 mil hectares. Isso não tem problema. Mas,

a terra tradicional do povo *Karitiana*, que fica lá no rio Candeias não está demarcada. E essa terra já foi saqueada, está sendo saqueada pelo madeireiro. E a FUNAI já fez estudo, já fez todo o levantamento e foram impedidos pelo processo do Prefeito do rio Candeias para continuar a demarcação. Mas, como Movimento Indígena do Estado de Rondônia eu não quero deixar de falar da invasão dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Como muitos falaram aqui, tem tipo de invasão. Eu acho que tem dois tipos de invasão. Invasão que é lá do Laje Ribeiro, do *Uru-Eu-Wau-Wau*, *Karipuna*, e outras terras indígenas que estão sendo invadidas. Essas Lideranças Indígenas precisam urgentemente sentar com as autoridades para tomar providência imediata. Até sentar com o General do Exército se não der providência, porque até agora não teve providência de forma alguma. A terra do *Uru-Eu-Wau-Wau* não é desde agora, há muito tempo que está acontecendo isso. Agora, outra coisa que eu quero dizer, o *Cinta Larga*, *Suruí*, *Gavião e Arara*, e tem isso, o índio envolvido. Isso me preocupa. Como é que a gente vai fazer isso? A gente fica, como autoridade, a gente tem que sentar com o povo e não mandar Polícia Federal, e não mandar imediato. Tem que tomar providência nisso. Não estou dizendo que estou apoiando invasão não. E o povo está envolvido. Se nós mandarmos a Polícia Federal e outras coisas, o que é que vai acontecer? No meu ponto de vista, falaram aqui, criar uma Comissão. A Comissão senta com essa comunidade, de forma que nós vamos poder resolver a situação. Do jeito que está não pode continuar. Então essa é a minha preocupação. Que eu estou falando isso, eu estou declarando guerra contra a minha comunidade indígena. E nós como lideranças indígenas, nós temos muito respeito por ela, muita responsabilidade.

Então é isso que eu queria dizer, senhor Presidente. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Antenor. Nós estamos anotando todas as proposições. Eu já tinha conversando com o Dr. Reginaldo, mas, no final a gente vai ler e vai ver o que pode ser encaminhado aqui junto com vocês. Só lembrando que nas Audiências Públicas que nós fizemos, nenhuma delas ficou no meio do caminho. Todas elas têm acompanhamento do nosso mandato para ver se estão acontecendo as deliberações aqui. Todas que foram feitas aqui. Nós já tivemos resultado da parte da fiscalização, do posicionamento e de ações do próprio governo do Estado, da própria SEDAM e a gente fica acompanhando também mais essa demanda.

Vicente, representante da FUNAI – Ji-Paraná.

O SR. VICENTE BATISTA FILHO - Boa tarde para todos. Quero cumprimentar a Mesa aqui, na pessoa do nosso Deputado Lazinho, pela brilhante iniciativa e acolhimento à demanda vinda dos povos indígenas, e tratar desse tema tão atual, tão evidente e que vem já arrastando há muitos anos. E agora, nesse momento, a cada dia intensificando mais que é a questão da invasão das terras indígenas no nosso Estado. O colega da FUNAI que nos antecedeu, fez um demonstrativo aqui da situação mais específica dos territórios indígenas demarcados e homologados, que não foram falados aqui os demais territórios que estão em estudos demarcatórios, e reconhecimento étnicos, que tem os *Puruborá*, os *Miguelenos*, os *Ajuru* que estão também em busca do seu território e que essa região vem sofrendo muito também. A região ali, é bom registrar isso, a parte que compete às Resex, pois, as Resex na região de São Domingos, a Resex Estadual ela encontra-se hoje de-

tonada, também, é bom que se registre que além dessas terras indígenas existem as Unidades de Conservação, principalmente, ali na parte que é a Resex Estadual e está merecendo também esse apoio e esse empenho de olhos melhores para aquele povo ali sofrido. A FUNAI, como foi falado, ela em nível de Estado, ela tem três Coordenações Regionais, eu não estou aqui como Coordenador Regional, estive Coordenador, mas, atualmente a gente trabalha no serviço de monitoramento territorial, a proteção, monitoramento territorial em terras indígenas, no CR de Ji-Paraná. Eu não sei como vai ser a condução posterior, mas o colega de Cacoal, também, se possível poderia estar usando a fala, e vai depender da Mesa, ele manifestou interesse. Mas temos aqui representantes da CR de Guajará-Mirim e de Cacoal, também representando as suas CRs. Assim, com o encaminhamento a gente, primeiro foi falado, eu acho que todos já estão cientes do que se passa hoje nos territórios indígenas, foi falada a forma de monitoramento, a forma de se vigilar, de se fazer vigilância. E o que de fato, e o que a gente vê como solução, esse é um momento que deve-se nascer uma proposta muito válida, e eu acho que de solução de uma vez por todas, institucionalizando tanto o Governo Federal, o IBAMA, a FUNAI, o CMBio, nós estamos com problema lá na região de Campo Novo, o CMBio lá está, atuando em conjunto e Estado e os próprios municípios. Esse é o momento de sair uma proposta de fato de resolver. E a gente vê assim, que sabemos que muitos parentes estão envolvidos, estão co-niventes com o processo. E isso às vezes dificulta o trabalho do Estado, dificulta. O receio, o respeito das autoridades irem ao encontro aquelas comunidades e se criar um conflito de Estado com a comunidade indígena. Mas têm formas que não são necessárias, não é necessário adentrar em terra indígena. Nós temos forma de quê? Em torno de tudo isso, porque quando se trabalha em proteção territorial, tanto o pessoal do IBAMA, da SEDAM, nunca aparece quem está fazendo o ilícito, porque o índio, ele é vítima do processo, e por trás disso não aparece quem de fato é o madeireiro, quem é que está tirando a madeira, e lá vão caminhões, vão máquinas, vão serrarias, e essa madeira, ela sai, específica a questão da madeira, ela sai do território e vai para a indústria. Então de que forma nós poderemos atuar? Existem os órgãos que além da proteção que é o IBAMA, fazer o trabalho, a Polícia Federal existe. O Estado tem quem? Quem é que cuida do controle de veículos? Controle de veículos? Está no DETRAN. Envolve o DETRAN também nesse processo. Faz primeiro o pátio de serraria. Vamos verificar como é que estão os planos de manejo? Então, são métodos que vai minando essa história, e não precisa de embate com o índio, não. Não vamos brigar com o indígena na terra indígena, mas vamos fazer essas ações em torno. Agora ações constantes do IBAMA, já existem há muitos anos, infelizmente o Estado peca ao fazer uma ação hoje, e vai embora e não volta mais, então não resolve. Aí fica bonito, olha! prenderam tantos caminhões, tocaram fogo em tantos caminhões. Isso não é solução, isso não é uma ação definitiva. E também a questão de consciência. E mais recente a questão agora, só concluindo Deputado, mais recente, que isso está nos preocupando muito mais. Porque se diz, invadir território de índio e Unidade de conservação. Esses movimentos não vão, os movimentos não vão porque são áreas definidas. Mas gente, temos que vê: “pode ir lá”. Dizem que já estão derrubando. Nós estivemos lá agora recente e não foi constatado, mas, tem uma ação do movimento, que está lá detonando a floresta, onde estão entrando e estão derrubando com tudo. Então, vai sair? Vai. É uma terra indígena que está homologada e demarcada?

Sim. Mas o pior não é isso, retirar ele é o bom, mas, o pior é o dano que ficou lá dentro, a floresta está indo para o pau.

Então a gente tem que agir de fato e, eu espero, Deputado, que essa iniciativa aqui, ela seja muito produtiva. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Vicente. Os outros representantes da FUNAI, nós vamos fazer o seguinte, para a gente não delongar, agradecer a presença e se tiver alguma proposta diferenciada do que já foi falado, trazer direto aqui para a relatoria que a gente coloca na relação e tocamos, se vocês contribuírem com a gente neste ponto seria importante, eu não sabia que teria que chamar um de cada regional, mas, a intenção era que vocês pudessem contribuir que vocês estão mexendo direto, envolvidos direto dentro das comunidades.

Por último Ton de Holanda, representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário, para a gente fechar e fazer aqui um encaminhamento final, assistir a apresentação e tomar um cafezinho aqui fora, aqui fala que é *coffee break*, mas para nós é merenda, tem uma merenda ali fora e nós vamos comer depois.

O SR. TON DE HOLANDA - Bom dia a todos. Quero iniciar a minha fala saudando e parabenizando o Deputado Lazinho, pela excelente ideia de na semana dos indígenas nós fazermos esse debate tão importante. Eu fui deputado federal, e na Câmara dos Deputados eu presidi a Frente Parlamentar Indígena e também presidi a Comissão Especial do PL 1610, da Mineração em Terras Indígenas, e na Câmara dos Deputados é muito difícil não é? Muitos de vocês até para entrar na Câmara tinha que ser acompanhado por um deputado federal, e cada vez mais o preconceito foi crescendo e nós vivemos hoje o momento muito difícil e de crescimento do preconceito principalmente para os indígenas, por isso que, Deputado Lazinho, é importante a Assembleia Legislativa na Semana do Índio fazer e discutir nesta audiência pública e lembrarmos que a Constituição de 88 não pode ser violada, porque foi a única Constituição, das sete que o Brasil já teve, que os indígenas fazem parte dela nos artigos 231 e 232, e são reconhecidos como povos originários, portanto, é muito importante neste momento perigoso que o Brasil vive, que todas as nações indígenas de Rondônia se organizem e se articulem, porque virão dias piores.

O Brasil não tem tradição de democracia e o período mais longo da nossa democracia é esse período que nós estamos vivendo de 89 para cá, nem 85, 89 para cá. Portanto, nós temos que nos articular para que não votem a PEC 215 porque pode vir esse mal ainda este ano. A PEC 215 quer rever demarcações de terras e quer proibir novas demarcações de terras. E me apresentando melhor, desde a semana passada eu assumi o Ministério do Desenvolvimento Agrário aqui em Rondônia e desde já me coloco à disposição de todos vocês. E eu me subscrevo na proposta do Procurador de que todos os órgãos federais já que a grande responsabilidade pelos indígenas são os órgãos federais, porque os indígenas são usufrutuários das terras, cuidam de graça das terras que são da União.

Que a gente possa, eu estou à disposição de sentar junto com a FUNAI, com o INCRA, com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o IBAMA, o Terra Legal e o MDA que funciona no INCRA, nós estamos de portas abertas aos indígenas, e estamos próximos do Terra Legal e o ICMBio. E o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, tem uma Coordenadoria ligada à Secretaria de Agricultura Familiar e a semana passada de terça à quinta, e o Sales esteve presente,

nós tivemos a Conferência de ATER numa grande parceria do Governo Federal com o Governo do Estado. O MDA tem uma Coordenadoria dos Povos Tradicionais e nós não temos quase projetos executados para indígenas em Rondônia, nessa Secretaria que é para indígenas e quilombolas e que tem recursos para projetos. E é muito importante essa parceria MDA, FUNAI, até para liberação das DAPS, os índios têm as suas DAPS como foi colocado aqui. Nós tivemos muitas dificuldades, os Cinta Larga, e eu acho que um caminho para deter a questão de invasões de áreas indígenas ou da comercialização ilegal de madeira é nós investirmos na Agricultura Familiar Indígena, nós temos, uma das propostas, porque o índio, o índio ele produz, uma das propostas seria também criar uma feira de produtos produzidos pelos próprios indígenas, aproximar parceria da EMATER e FUNAI para liberação de DAPS, porque quem libera é a FUNAI, até para as construções de casas do Minha Casa Minha Vida, que é prioridade para indígenas e quilombolas, e para que os indígenas possam acessar o PAA e possam acessar o PNAE e também acessar o PRONAF.

Na Conferência Nacional de Assistência Técnica – ATER, os indígenas não têm Assistência Técnica em Rondônia, e uma das dificuldades para não liberar o uso das terras antropizadas na área Cinta Larga foi à barreira de não se ter Assistência Técnica qualificada e preparada para trabalhar como indígenas.

Na Conferência, Rondônia vai ter 16 representantes e dentre esses representantes tem representantes indígenas. E lá será pela primeira vez lançado o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Ministério vai exigir que todo investimento seja para agricultura agroecológica, o grande perigo também que a gente traz aqui é que o veneno e o agrotóxico estão entrando nas áreas indígenas, vários parentes doentes de câncer e que já morreram de câncer. O que pressionar para que parte desse recurso a gente inicie a esta aplicação aqui como Projetos, seja através do PRONAF, seja através do PAA, seja através do Minha Casa Minha Vida nas áreas indígenas. E outro ponto, já para concluir e que é real, a gente precisa da ajuda da FUNAI. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e aqui foi colocado que têm problemas de estradas, de pontes. Os municípios com menos de 50 mil habitantes receberam equipamentos, uma caçamba, um patrol e uma retroescavadeira, e nós somos procurados também por indígenas para que essas máquinas possam entrar em áreas indígenas, para entrar precisa da anuência da FUNAI, nós tivemos um caso em São Miguel do Guaporé que o prefeito tinha toda vontade que as máquinas entrassem, que são da agricultura familiar e não puderam entrar. É outro ponto, que nos dá ideia de sentarmos juntos com os órgãos federais para que possamos resolver esses problemas sem muita burocracia.

Era isso, estou à disposição, viva o Índio e viva o Brasil. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Ton. Só lembrando que os outros Deputados, principalmente o Deputado Cleiton foi convidado, porém tinha uma agenda emergencial, segundo, lá em Rolim de Moura, e o Deputado Dr. Neidson também foi convidado, mas teve um problema e não pode estar presente, de toda forma, todas as propostas que sairão aqui, são propostas que nós podemos encaminhar e para encaminhá-las num primeiro momento nós precisamos marcar uma reunião com os órgãos envolvidos que foram citados aqui. São diversos órgãos para que a gente possa encaminhar todas as propostas que sairão, eu acredito que dá para a gente fazer isso em parceria, MDA/FUNAI, FUNAI/

SEDAM, SEDAM/MPF e assim por diante, o importante é que a gente consiga tirar alguns encaminhamentos.

Com relação a Lei proposta pela comunidade que está na Assembleia, vou verificar a quanto anda essa Lei para que a gente possa agilizar aqui, Neidinha, internamente vê o que está acontecendo. É claro que todos os interesses de todos os lados são envolvidos e a gente tem que tentar superar, mas esta Casa até agora nesse um ano e quatro meses de mandato nós conseguimos aprovar a legislação que há 15 anos a gente trabalhava e não tinha conseguido. Então, eu acredito que a gente vai conseguir isso também.

Nós vamos assinar, vamos ler a ata e fazemos o fechamento e fazemos a apresentação e, posteriormente nós vamos tomar o cafezinho lá fora, está bem? Assinando a gente colhe a assinatura e vamos encaminhar junto a Assembleia. Nós temos uma comissão criada na Assembleia para tratar especificamente da questão dos Cinta Larga que foi puxada pela Deputada Lúcia Tereza, e eu vou ver com a Presidência, vou ver com a Deputada Lúcia, qual é essa comissão e posteriormente a gente vê o que quê dá para ser articulado em torno da Assembleia para acompanhar essa questão das populações tradicionais. Ok.

Ata da décima sétima Audiência Pública, realizada para conhecimento debate e providências quanto as denúncias de invasão de terras indígenas e retirada de recursos naturais do Estado de Rondônia. Começou às 9 horas do dia 18 de abril de 2016. Os encaminhamentos, começando pelo Dr. Reginaldo, Procurador Chefe substituto do Ministério Público Federal, solicitou do Poder Legislativo aprovação o mais rápido possível de um dispositivo legal para tratar da política estadual dos povos indígenas. Solicitou aprovação de uma Moção de Repúdio à PEC 215 que tramita no Congresso Nacional; solicitou também o encaminhamento da Carta de Reivindicações entregue nesta Audiência pelas jovens representando as etnias e que efetivamente sejam encaminhadas a todos os órgãos; e solicitou por fim a criação de uma Comissão Parlamentar para tratar dos assuntos referentes aos povos indígenas. O Coronel PM Adilson reforçou sobre a importância da criação da referida comissão citando o Procurador Reginaldo Trindade. O senhor Antenor comentou a falta de demarcação das áreas indígenas. O senhor Vicente Batista, representando a FUNAI parabenizou e comentou a necessidade de criar políticas públicas sobre os povos indígenas. O senhor Ton Holanda enfatizou a importância de se respeitar a lei maior do país e citou a importância de haver mais união dos povos indígenas, citou a importância de não ser votada a PEC 215, finalizou e colocou-se à disposição dos povos indígenas do Estado. Além disso, o Padre Ton colocou também a proposição desta reunião para discutir a questão da DAP e a aplicação das políticas públicas de agricultura familiar para populações indígenas.

Só acrescenta que nós já vamos assinando, ok.

Nada mais havendo a tratar, encerrando, Dr. Reginaldo depois a gente pega a assinatura dele, o Ton de Holanda, Coronel PM Adilson, Sr. Francisco de Sales, o Sr. Vicente Batista, o Helinton e Almir Suruí, além desse Deputado que vos fala. Nós vamos fazer esse encaminhamento e então eu peço para que a comunidade, para que todas as etnias, os seus caciques, as pessoas que representam essas etnias possam ter o acompanhamento, Neidinha, de todas essas ações, por que também se vocês não nos cobrarem, a demanda, ela é tão grande que a gente não dá conta. Então precisa utilizar-se, então podia vê aqui o que passou, o que passou aqui que não foi colocado, por exemplo, ele lembrou agora com relação à liberação, a fiscalização de PCHs, ações para de uma comis-

são da população indígena no tratamento de grandes obras no Estado que vai influenciar. Não foi só um que falou com relação à construção da usina lá de Machadinho, por exemplo, que as populações que as comunidades, que a FUNAI, que essas entidades ligadas a esse setor possam participar da elaboração, principalmente antes do licenciamento, porque depois que licenciou não adianta chamar mais ninguém, porque o problema já foi. Por favor, pode anunciar aqui para nós, anuncia aqui no microfone, por favor, se tiver proposta da FUNAI, mais alguma, anuncia a proposta rapidamente que já vão incluindo ali. Essas que eu falei já estão registradas.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR – Bom dia, bem rapidinho. Duas propostas que eu acho que não foram faladas, só que eu não peguei. Que a primeira é com relação a um pedido de reconsideração do Governo do Estado que indeferiu o Termo de Convênio de colaboração com a FUNAI para fiscalização das Terras Indígenas, uma proposição que a Secretaria de Segurança Pública indeferiu. A gente gostaria muito do apoio da PM Ambiental nas atividades. Uma segunda, seria, não seria uma carta, uma proposição por parte desse grupo, dessa comissão da Assembleia para mandar para o Governo Federal, com relação à questão orçamentária. O orçamento da FUNAI hoje em 2016, ele é igual ao orçamento de 2016. Os cálculos que a gente fez, só para região de Cacoal nas atividades de fiscalização em que nós propomos, repito, proposta e não foi aprovado ainda, dá dezesseis centavos por hectare de investimento anual. Então, é um orçamento muito pequeno e cento e treze reais por pessoa. Então, para 22 mil hectares, 22 mil quilômetros quadrado de terra que é maior que o Estado de Israel, é um investimento de cem reais por pessoa por ano, ele é muito pouco e isso eu gostaria que fosse colocado para o Governo Federal com atitude de provocação, para que eles repensem essa questão orçamentária. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok. Como é o seu nome?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA JÚNIOR – Luiz Carlos da Silva Júnior, da FUNAI de Cacoal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Luiz Carlos, obrigado pela proposição. Será encaminhada a todos os órgãos de competência. O Nelson quer também fazer uma proposta?

O SR. NELSON DEICKE – Tinha a proposta do Edvar. Maior fiscalização, se eu entendi, nas empresas madeireiras no entorno, que atuam no entorno das T.I, que recebem a madeira.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Tem outra também que foi feita aqui, a proposta com relação a fiscalização, é isso mesmo, está certo. Fiscalização das madeiras.

O SR. RENATO – Renato, eu queria deixar aqui conjunto sobre relação, a fiscalização, monitoramento. Eu quero deixar aqui a proposta se fazer fiscalização junto aos órgãos competentes que são: Ibama e CMBio e juntamente com a FUNAI e com o Estado e ter recurso, fazer esse monitoramento conjunto para fortalecer isso. Eu quero deixar a minha proposta. Obrigado

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ok. Já está contemplada. Então, vamos lá agora fazer a apresentação.

**(Apresentação de danças indígenas e cantos por
Tabijara Amondawa e Roberto Oro Win)**

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo de Rondônia, declaro encerrada esta Audiência Pública.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 13 horas e 20 minutos)**

ASSESSORIA DA MESA

**ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Aos dezessete dias do mês de maio do ano dois mil e dezesseis, às vinte horas e onze minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Edson Martins – 1º Vice-Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Cleiton Roque; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Luizinho Goebel, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhoras Deputadas Glaucione e Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Alex Redano, Jean Oliveira, Lebrão, Léo Moraes, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo e Senhora Deputada Lúcia Tereza. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos: Projeto de Lei nº 184/16 de autoria do Deputado Aécio da TV que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo, em locais visíveis de todos os pontos de venda de bebidas alcoólicas no Estado de Rondônia”; Projeto de Lei nº 343/16 de autoria da Deputada Glaucione que “Dispõe sobre a coleta obrigatória de sangue do cordão umbilical nos hospitais obstétricos do SUS no Estado, para dosagem de mercúrio”; Projeto de Lei nº 390/16 de autoria do Poder Executivo/M 071 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro até o montante de R\$ 52.223.783,45 em favor das unidades orçamentárias Tribunal de Contas do Estado – TC e Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – FDI”; Projeto de Lei nº 396/16 de autoria do Deputado Airton Gurgacz que “Isenta do pagamento de taxas e emissão da segunda via de documentos danificados ou extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 399/16 de autoria do Poder Executivo/M 080 que “Acrescenta parágrafo 4º ao artigo 12 da Lei nº 3307, de 19 de dezembro de 2013, que Regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia, mediante convênios financeiros, contratos de repasse e termos de cooperação e dá outras providências”. Nada mais havendo a

tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 18 de maio do corrente ano, no horário regimental, às 13 horas e 30 minutos. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações às vinte horas e quinze minutos do dia dezessete de maio do ano dois mil e dezesseis.

CPI DOS FRIGORÍFICOS

**ATA DA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDA-
DE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE
CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO
ESTADO DE RONDÔNIA.**

Às dezesseis horas e um minuto do dia onze de abril do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Ribamar Araújo, Lazinho da Fetagro, Laerte Gomes e Lebrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Não houve expediente recebido. O Senhor Presidente esclareceu que os convocados ao chegarem ao Plenarinho deveriam preencher e assinar o Termo de Compromisso. Foram ouvidos os Senhores Marcelo Zanatta Estevam - Diretor Regional Frigorífico – JBS/AS, Itamar Ferreira dos Santos - Presidente do Sindicato Central Única dos Trabalhadores – CUT, Marcos César Lopes Lacerda - Presidente da Associação dos Frigoríficos no Estado de Rondônia – RO, e Edvaldo Rodrigues Soares - **Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia – IPEM-RO**. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Lazinho da Fetagro, Laerte Gomes e Lebrão. O Senhor Marcos Cezar Lopes entregou à Comissão cópias de documentos referentes ao seu depoimento. Em seguida, os membros da Comissão deliberaram e aprovaram por unanimidade Requerimento ao Senhor Marcelo Zanatta Estevam, Diretor Regional Frigorífico – JBS/AS, solicitando documentos comprobatórios referentes às doações efetuadas pela JBS S/A às campanhas eleitorais de 2010 e 2014 a candidatos a cargo de Governador do Estado e a cargos de deputados federais e estaduais. Foi deliberado e aprovado por unanimidade a convocação dos Senhores: José Valterlins Calaça Marcelino - Superintendente Federal da Agricultura – SFA, Wagner Garcias Freitas - Secretário de Estado de Finanças – SEFIN, Basílio Leandro de Oliveira - Superintendente de Desenvolvimento de Rondônia – SUDER, e Antonio Camardelli - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne – ABIEC, para comparecerem no dia 25 de abril de

2016, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões desta Casa de Leis, para prestarem depoimentos referente aos frigoríficos de abate de bovinos no Estado de Rondônia. O Senhor Presidente comunicou que no dia 18 de março, a partir das 16:00 horas acontecerá a oitiva dos seguintes convocados: João Carlos Daronco – Itapoã D'Oeste, Alex Sandro Guatolini – Cacoal, Homero Raimundo Cambraia – Porto Velho, e Wesley Villaça – Presidente do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho - SINPEC. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia 18 de abril do corrente, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Às dezoito horas e cinquenta e seis minutos do dia onze de abril do ano dois mil e dezesseis, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião. E, Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e dois minutos do dia dezoito de abril do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Ribamar Araujo, Lazinho da Fetagro, e Lebrão. Registrou-se a ausência do Senhor Deputado Laerte Gomes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro procedeu à leitura do expediente recebido: Ofício nº 120/DIEESE/2016, de 05 de abril de 2016, em resposta ao Ofício nº 017/CPI/2016, da Senhora Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva do DIEESE/SP. O Senhor Presidente, com a aprovação dos membros presentes da Comissão, comunicou que a dinâmica da oitiva seria diferente, e que os convocados seriam ouvidos ao mesmo tempo, alegando não haver necessidade de ouvi-los em separado. Em seguida, agradeceu a presença de todos; e determinou à Secretária da Comissão que solicitasse aos convocados que preenchessem e assinassem os Termos de Compromisso. Foram ouvidos os Senhores Erli José Garcia – Pecuarista em Porto Velho, Alex Sandro Guatolini – Pecuarista em Cacoal, Homero Raimundo Cambraia – Pecuarista em Porto Velho, e Wesley Villaça – Presidente do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho - SINPEC. O Senhor Homero Cambraia, entregou à Comissão cópias de documentos e carta reclamatória, que foram elaborados e entregues ao frigorífico JBS. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Lazinho da Fetagro, Ribamar Araújo e Lebrão. O Senhor Deputado Lebrão solicitou que fossem entregues as cópias das notas taquigráficas da presente reunião. O Senhor Pre-

sidente autorizou a entrega das devidas notas, bem como solicitou que fossem entregues as notas taquigráficas de todas as reuniões realizadas até o momento, para todos os membros da CPI. Em seguida, deliberaram e aprovaram por unanimidade a expedição dos seguintes Requerimentos: **1º)** Requerimento para Presidente da Associação dos pequenos frigoríficos de Rondônia, solicitando informações sobre o nome completo, endereço, CNPJ, capacidade de abate dos associados, bem como o quantitativo de abates desses pequenos frigoríficos, relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016; **2º)** Requerimento para Presidente Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne – ABIEC – solicitando informações referentes aos associados da ABIEC em Rondônia, na forma a seguir: nome completo, localização, CNPJ, capacidade instalada de planta, SIF, e o volume de abates e vendas externas relativos aos anos de 2013 a 2016, **3º)** Requerimento ao Coordenador do Curso de Agronomia do Instituto Federal de Rondônia - IFRO solicitando informações referentes à pesquisa do mercado de comercialização do boi gordo em Rondônia, cujo objetivo é demonstrar matematicamente e estatisticamente se há práticas comerciais predatórias pelas empresas frigoríficas. O Senhor Presidente comunicou que no dia 25 de abril, a partir das 16:00 horas acontecerá a oitiva dos seguintes convocados: José Valterlins Calaça Marcelino - Superintendente Federal da Agricultura – SFA, Wagner Garcias Freitas - Secretário de Estado de Finanças – SEFIN, Basílio Leandro de Oliveira - Superintendente de Desenvolvimento de Rondônia – SUDER, e Antônio Camardelli - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne – ABIEC. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia 25 de abril do corrente ano, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Às dezoito horas e vinte e um minutos do dia dezoito de abril do ano dois mil e dezesseis, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião. E, Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e trinta e três minutos do dia vinte e cinco de abril do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Ribamar Araujo e Lazinho da Fetagro. Registrou-se a ausência justificada do Senhor Deputado Lebrão, e ausência do Senhor Deputado Laerte Gomes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Foi lida e aprovada

a ata da reunião anterior. Foram lidos: Ofício Nº 1604141P/ABIEC/SP, de 14 de abril de 2016, em resposta ao ofício 042/CPI/2016, do Senhor Antonio Jorge Camardelli – Presidente/ABIEC; JBS – S/A São Paulo, 19 de abril de 2016, em resposta ao ofício 038/CPI/2016, do Senhor Marcelo Zanatta de Oliveira – Diretor Regional Frigorífico – JBS – S/A; Requerimento do Vice - Chefe do Departamento de Economia Universidade Federal de Rondônia – UNIR. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Em seguida, deliberaram e aprovaram por unanimidade ouvir os Senhores Ricardo de Aguiar Vasconcelos - representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentações e Afins – CNTA, e Senhor Marcos Cardoso dos Santos - representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da alimentação do Estado de Rondônia, que se apresentaram espontaneamente a esta CPI, com propósito de prestarem depoimentos, e por ser de interesse ouvi-los. O Senhor Presidente convidou os convocados para assentarem à mesa, e determinou à Secretária da Comissão que solicitasse aos convocados que preenchessem e assinassem os Termos de Compromisso. Foram ouvidos os Senhores, Wagner Garcias Freitas - Secretário de Estado de Finanças – SEFIN, Basílio Leandro de Oliveira - Superintendente de Desenvolvimento de Rondônia – SUDER, José Valterlins Calaça Marcelino - Superintendente Federal da Agricultura – SFA, Ricardo de Aguiar Vasconcelos - representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA, e Senhor Marcos Cardoso dos Santos - representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado de Rondônia. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Lazinho da Fetagro e Ribamar Araújo. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro solicitou ao Senhor Wagner Garcia de Freitas cópias dos documentos que ele tem em mãos, que foram apresentados nesta Comissão; o Senhor Wagner Garcia de Freitas, atendendo à solicitação do Senhor Deputado, assinou os documentos e passou às mãos do Relator, pedindo sigilo quanto à documentação. Em seguida, deliberaram e aprovaram por unanimidade a expedição dos seguintes Requerimentos: **1º)** Requerimento para Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins – CNTA, solicitando informações referentes às cópias do Estudo Organizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, dos salários e médias de salários praticados pelo setor dos frigoríficos nos Estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso; **2º)** Requerimento para Secretário de Estado de Finanças – SEFIN solicitando relação dos benefícios concedidos por Atos Concessórios no período de 2009 a 2015, destacando quais atos foram revogados, extintos e/ou suspensos, com os pareceres técnicos em anexo, a cada situação. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia 02 de maio do corrente ano, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Às dezessete horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e cinco de abril do ano dois mil e dezesseis, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião. E, Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia dois de maio do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Lebrão e Lazinho da Fetagro. Registrou-se a ausência dos Senhores Deputados Ribamar Araujo e Laerte Gomes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro procedeu à leitura do expediente recebido: Ofício nº 001/2016, do Senhor Ricardo de Aguiar Vasconcelos, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins – CNTA, Carta do Presidente Marcos Cezar Lopes Lacerda, da Associação das Indústrias Frigoríficas do Estado de Rondônia – ASFRIGO/RO, em resposta ao ofício 043/CPI/2016, e Convite dos Senhores: Adélio Barofaldi – Presidente/APPO, e Hélio Dias – Presidente/FAPERON para reunião da Avaliação do Grito da Pecuária, no dia 10 de maio de 2016, às 19:00 horas, no Parque de Exposição Hermínio Victorelli, em Ji-Paraná. Após vários questionamentos, os membros da Comissão decidiram conceder mais dez dias de prazo à Associação dos Frigoríficos de Rondônia - ASFRIGO para entrega de informações sobre abate de animais, solicitadas por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. O Senhor Presidente colocou em votação a dispensa da oitiva do Senhor Antônio Jorge Camardelli, o que foi aprovado por unanimidade dos membros presentes. Em seguida deliberaram e aprovaram por unanimidade a expedição dos seguintes Requerimentos: **1º)** Requerimento para Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER solicitando relatório do quadro geral de preços médios, medidos nas praças da Pesquisa Semanal de Preços referentes ao período de janeiro a abril de 2016; **2º)** Requerimento para Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON/RO solicitando envio do quadro geral com os dados referentes ao período de janeiro a abril de 2016, do abate ocorrido nas plantas com Serviço de Inspeção Estadual - SIE e municipais que sejam objeto de fiscalização e acompanhamento da agência, como também do quadro geral com os dados de egressos por idade, compilados de julho de 2015 a abril de 2016, por idade de animais e por estado de envio; **3º)** Requerimento para Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Rondônia - SFA/RO solicitando envio do quadro geral com os dados referentes ao período de janeiro a abril de 2016, do abate ocorrido nas plantas com Serviço de Inspeção Federal - SIF, no Estado de Rondônia. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro – Relator da CPI informou que já está trabalhando na confecção

do Relatório, que será apresentado à CPI para apreciação de seus membros, e posteriormente encaminhado à apreciação do Plenário desta Casa. O Senhor Deputado Lebrão assegurou que esta CPI está trabalhando com isenção, uma vez que estão sendo ouvidos representantes de todos os segmentos envolvidos, tais como representantes dos produtores, dos trabalhadores e dos frigoríficos; com objetivo de encontrarem uma solução para esse problema. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia 09 de maio do corrente ano, às 16:00 horas, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Às dezesseis horas e dezoito minutos do dia dois de maio do ano dois mil e dezesseis, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião. E, Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEL FORMAÇÃO DE CARTEL DOS FRIGORÍFICOS DE ABATE BOVINOS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia dezesseis de maio do ano dois mil e dezesseis, no Plenarinho das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, criada em sessão ordinária, por meio do Requerimento nº 397, de 09 de dezembro de 2015, e constituída pelo ATO Nº 001/2016-P/ALE; sob a presidência do Senhor Deputado Adelino Follador; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Ribamar Araújo, Lazinho da Fetagro, Laerte Gomes e Lebrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Presidente solicitou do Deputado Lazinho da Fetagro que fizesse a leitura do expediente recebido: Abiec 1604291P, do Senhor Antônio Jorge Camardelli, em resposta ao ofício 044/CPI/2016; Ofício nº 03/GAB/PRES/DITEP/GEPIN/16, do Senhor Luiz Gomes Furtado – Diretor Presidente da EMATER-RO; Ofício nº 43/2016/SFA-RO – MAPA, em resposta ao ofício 050/CPI/2016; e Ofício nº 866/GAB/SEFIN, em resposta ao ofício 047/CPI/2016. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Deputado Lazinho da Fetagro – relator do processo, para fazer a leitura do Relatório. O Senhor Deputado Lazinho da Fetagro sugeriu que faria a leitura somente da conclusão do Relatório. Considerando que o Relatório Final contém 60 páginas não haveria necessidade de fazer toda a leitura, diante disso colocou em apreciação a sugestão do Relator, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para o Relator Deputado Lazinho da Fetagro, que deu início a leitura do Relatório Final, tendo sido interrompida a leitura por alguns minutos. Momento em que fizeram uso da palavra os senhores Deputados Ribamar Araújo, Laerte Gomes e Lebrão. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. E diante da necessidade em projetar uma matéria aos membros da CPI, e

em razão do Plenarinho não dispor de data show, houve a necessidade da transferência dos trabalhos para o Plenário da Assembleia Legislativa. Reaberta às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, todos já devidamente instalados no Plenário, o Senhor Presidente declarou reaberto os trabalhos, devolvendo a palavra ao Relator Deputado Lazinho da Fetagro que procedeu a conclusão da leitura do Relatório Final, bem como o Projeto de Resolução que será deliberado pelo Plenário. Colocado em votação nominal, o Relatório Final da CPI, foi aprovado com 04 (quatro) votos favoráveis, e 01 (uma) ausência, o Relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 001/2016/P/ALE, bem como a remessa do mesmo aos Órgãos que menciona no Projeto de Resolução. O Presidente também informou que o resultado dos trabalhos da Comissão será encaminhado à Mesa Diretora, para que a mesma tome as providências que se fizerem necessárias, inclusive à deliberação do Plenário do Projeto de Resolução de autoria da CPI. O Presidente agradeceu a todos que colaboraram para o sucesso e o desenvolvimento pleno da Comissão, inclusive produtores, empresários, o Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Maurão de Carvalho, os demais parlamentares, que deram apoio para a constituição da comissão a Assessoria Jurídica e Assessoria Técnica, agradecendo, também aos representantes dos frigoríficos, que atenderam ao convite da CPI, bem como aos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e esta última reunião. Para constar, foi determinada a lavratura da presente ata que será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Plenário das Comissões, às dezessete horas e dezenove minutos, do dia dezesseis de maio do ano dois mil e dezesseis.

ADVOCACIA GERAL

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2016/ALE

FIRMADO ENTRE Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e Odontolive Operadora de Planos Odontológicos LTDA

OBJETO: 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Convênio a consignação em folha de pagamento dos servidores da ALE/RO, visando o débito das mensalidades e outros valores dos planos de saúde odontológicos disponibilizados pela ODONTOLIVE.

1.2. Somente será autorizado o desconto em folha do servidor, comissionado e estatutário, quando voluntariamente, de forma expressa, aderirem ao plano.

PRAZO DE DURAÇÃO E VIGÊNCIA: 3.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que haja real interesse da Administração.

3.2. A falta de apresentação de qualquer documento indispensável ao credenciamento da ODONTOLIVE ensejará suspensão da vigência deste termo até a devida regularização.

RESCISÃO: O presente CONVÊNIO poderá ser rescindido:

6.1. Bilateralmente, por acordo entre as partes a qualquer tempo, devendo apenas ser comunicado com antecedência mínima de trinta dias.

6.2. Unilateralmente, por qualquer dos acordantes, mediante NOTIFICAÇÃO escrita, com comprovação de recebimento e com antecedência mínima de 30(trinta) dias, nos casos de:

6.2.1. Inexecução total ou parcial das cláusulas constantes do presente CONVÊNIO;

6.2.2. Razões de interesse públicos de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da ALE/RO.

6.2.3. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva de execução de acordo.

FORO: Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente, e para um só efeito, será registrado às fls. 12 do Livro de Contrato e Convênio do ano de 2016 da Advocacia-Geral desta Casa Legislativa, o que segue em cinco laudas, impressas em duas vias de igual teor.

Porto Velho-RO, 04 de maio de 2016.

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente – ALE/RO

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

Antônio Augusto Plizel Ranieiri - Representante Legal
Odontolive Operadora De Planos Odontológicos LTDA

Visto: Celso Ceccatto
Advogado Geral

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 641, DE 18 DE MAIO DE 2016

Susta os efeitos do Decreto Governamental nº 20.858, de 9 de maio de 2016.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica sustado, nos termos do artigo 29, inciso XIX da Constituição Estadual, os efeitos do Decreto Governamental nº 20.858, de 9 de maio de 2016, relacionados com as medidas complementares de racionalização do gasto público e dá outras providências.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 18 de maio de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

RESOLUÇÃO Nº 342, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Aprova Relatório Conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 001/2016 – P/ALE, e remessa aos órgãos que menciona.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica aprovado o Relatório Conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possível cartel dos frigoríficos de abate bovinos no Estado de Rondônia, constituída pelo Ato nº 001/2016 – P/ALE, e sua remessa:

- I – ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- II – ao Governo do Estado de Rondônia;
- III – ao Ministério Público Federal - MPF;
- IV – ao Ministério Público Estadual – MPE;
- V – a Bancada Federal do Estado de Rondônia, representativa no Senado Federal e na Câmara dos Deputados;
- VI – a Comissão de Agropecuária e Política Rural deste Poder; e
- VII – ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 18 de maio de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

ATO Nº 007/2016-P/ALE

Constitui e nomeia os membros da Comissão Temporária Especial destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais e, em consonância com o Requerimento nº 570/16, lido e aprovado na Sessão Plenária de 10 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir, nos termos dos artigos 30, 31 e 32 do Regimento Interno, a Comissão Temporária Especial, composta de 5 (cinco) membros e com prazo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, destinada a analisar as tarifas de energia elétrica, água e esgoto no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Nomear, para compor como titulares da referida Comissão, os seguintes Deputados: Hermínio Coelho – PSD; Léo Moraes – PTB; Jesuíno Boabaid – PT do B; Dr. Neidson – PMN; e Lúcia Tereza – PP.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 19 de maio de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0820/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

CONCEDER:

Afastamento remunerado a servidora **MARIA HÉLIA BOTELHO PERREIRA DE MELLO**, matrícula nº 100003062, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068/2002 e Processo nº 05763/2016-91.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 16 de maio de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 166/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 31/05/2016 a 03/06/2016, ao Deputado Estadual LAERTE GOMES, cadastro nº200160364, conforme Processo nº. 07463/2016-68.

Porto Velho - RO, 17 de Maio de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 167/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 31/05/2016 a 03/06/2016, ao servidor relacionado, para Assessorar o Deputado Estadual Laerte Gomes, que irá participar da XX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - CNLE, na cidade de Aracaju - SE, conforme Processo nº. 07466/2016-71.

Matrícula: 200160770
Nome: Charles Luis Pinheiro Gomes
Cargo: Chefe Gab. Deputado
Lotação: Gab. Dep . Laerte Gomes

Porto Velho - RO, 17 de Maio de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 168/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 31/05/2016 a 03/06/2016, ao servidor relacionado, para participar da XX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - CNLE, na cidade de Aracaju - SE, conforme Processo nº. 07506/2016-13.

Matrícula: 100007626
Nome: Carlos A Martins Manvailer
Cargo: Secretário Legislativo
Lotação: Gab. Sec. Legislat.

Porto Velho - RO, 17 de Maio de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 6235/2016-80

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, tipo **Menor Preço**, consignando o que se segue:

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para consultoria, acompanhamento, fiscalização e medição dos sistemas de ar condicionado com fluxo de refrigerante variável, renovação do ar exterior, exaustão mecânica dos banheiros, compensação de ar na cozinha, extração de gases por coifa, recuperação de energia com rodas entálpicas nas áreas do plenário e auditório e controle de fumaça por pressurização das escadas do edifício da nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, localizada no município de **Porto Velho/RO**, conforme as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 333.433,80 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia **07 de junho de 2016**, às **08h00min**.

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, situada a Rua Major Amarante, nº 390 - Bairro Arigolândia, Porto Velho/RO.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site www.al.ro.leg.br, Link Licitações.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Pregão – CPP/ALE-RO, e-mail: cpl@al.ro.leg.br - telefone: (0xx) 69-3216-2732.

Porto Velho - RO, 18 de maio de 2016.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200162382

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 009/2016/CPA/ALE/RO
Processo Administrativo nº 3613/2016-56

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000 e inciso VI do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005, **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade a **AQUISIÇÃO DE CAMINHONETA**, tendo como vencedora a empresa **NISSEY MOTORS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **04.996.600/0001-02**, por estar em conformidade com as normas legais: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/2005, Resolução ALE 152/2007 e Lei nº 8.666/93, conforme abaixo.

LOTE ÚNICO

DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	MODELO	VLR-UNIT	VLR-TOTAL
Veículo automotor com as seguintes especificações: Veículo automotivo de utilitário tipo caminhonete <i>PICK-UP</i> , cabine simples, zero quilômetro, ano-modelo 2016-2016 ou atualizada, movido a combustível diesel S10, motor de no mínimo 1.900 cm³ ou superior, potência de no mínimo 140 cv. ou superior, capacidade de carga de no mínimo 1.000 kg, cor branca ou preta, dotada de: barras de proteção contra impactos laterais nas portas, capa de proteção contra incêndio do tanque de combustível, extintor de incêndio de no mínimo 1,5 KG, freio a disco nas rodas dianteiras e tambor nas rodas traseiras com ABS e EBD, gancho de reboque dianteiro, ganchos externos na caçamba, grade de proteção do vidro traseiro, imobilizador, luz auxiliar de freio – “ <i>brake light</i> ”, <i>Air bag</i> duplo, cintos de segurança dianteiros retráteis de três pontos com regulagem de altura, seletor eletrônico de tração 4x2, 4x4 e 4x4 reduzida, cobertura do piso em carpete, jogo de tapetes de borracha par proteção do piso da cabine, estepe conforme rodas do veículo, faróis dianteiros com refletor, para-barro dianteiro e traseiro, para choque dianteiro na cor do veículo, para choque traseiro, pneus de no mínimo 205/60 R16", rodas de no mínimo aro 16" ou superior - 16x6,5, J, ar condicionado de fábrica com controle manual, direção hidráulica ou elétrica, iluminação de teto central, limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa, trava da coluna de direção, tanque de combustível de no mínimo 76 litros, transmissão manual de no 6 velocidades (5 velocidades para frente uma para trás) ou superior, antena no teto, base do sistema de áudio AM/FM entrada para CD e USB com no mínimo 02 alto-falantes devidamente instalados, alarme eletrônico com travamento das portas, veículo emplacado, seguro obrigatório e licenciado, SEGURO TOTAL COM FRANQUIA REDUZIDA , garantia de acordo com a montadora do veículo a partir da data de entrega, estar em conformidade com normas de trânsito e legislações vigentes; Estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como homologados pelo PROCONVE/IBAMA; Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata; O veículo especificado deverá atender as especificações das Resoluções 415/2009 do CONAMA e a 65/2011 da ANP, no que tange a utilização do combustível diesel S10	UND	03	TOYOTA	HILLUX 2.8L	119.800,00	359.400,00

Porto Velho/RO, 20 de maio de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA
 SECRETÁRIO GERAL - ALE/RO